

Fevereiro 2021

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop - Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>6</b>
1.1 Mais de mil famílias carentes vão receber apoios este ano	6
1.2 Kwenda regista mais de 337 mil agregados familiares em todo o país	6
1.3 Adiada graduação de Angola a País de Rendimento Médio	7
1.4 A informação & a mediocridade da nossa economia	8
1.5 Nos últimos tempos a informação do INE passou de má para muito má	9
1.6 Angola, país de rendimento médio em 2024	12
1.7 Mais de mil pessoas vulneráveis amparadas pelo Kwenda no Bengo	13
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>15</b>
2.1 Sector do Agronegócio lidera no microcrédito	15
2.2 Nenhum banco cumpriu o mínimo de créditos exigidos pelo BNA	15
2.3 Linha de crédito da Facra orçada em sete milhões de kzs	16
2.4 Risco de crédito está sob controlo na banca	17
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>18</b>
3.1 Empresa Act Look2 vai gerir as receitas milionárias do mercado 4 de Abril	18
3.2 Sector do Agronegócio lidera no microcrédito	18
3.3 Taxistas ameaçam parar actividades em Luanda	19
3.4 Sindicato defende inserção de motoristas e cobradores no sistema de segurança social	20
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>22</b>
4.1 Nos últimos tempos a informação do INE passou de má para muito má	22
4.2 Petróleo já é vendido 22,5 USD acima da referência do OGE 2021	25
4.3 Protocolo UNICEF junta -se ao Ministério das Finanças na divulgação das premissas do OGE	25
4.4 Receita fiscal 16 % acima do previsto no OGE 2020 R, mas cai em USD	26
4.5 OGE vai ser elaborado na perspectiva de género	27
4.6 Governo vai reduzir na taxa dos impostos	28
4.7 Governo vai reduzir na taxa dos impostos <sup>29</sup>	28
4.8 Quota de 2 por cento do OGE atribuída à agricultura é baixa	29
<b>5. DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA</b>	<b>32</b>
5.1 Lei que institucionaliza as autarquias vai a debate	32
5.2 Deputados aprovam regras para o processo autárquico	32
<b>6. URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>34</b>
6.1 EGTI disponibiliza mais de 1.000 lotes de terrenos	34
6.2 “Este ano vão estar concluídas mais quatro mil habitações sociais”	34
6.3 Retoma da venda de habitações será anunciada oportunamente	36
6.4 Centralidades devem 175 mil milhões de kwanzas	37
6.5 Distrito Urbano do Zango com novo condomínio	38
6.6 Moradores das centralidades devem 308 mil milhões de kz ao Estado	38

6.7	Imposto Predial arrecada 43 mil milhões de kwanzas	39
6.8	Imposto predial cresce 62% com adesão ao portal do contribuinte	40
<b>7.</b>	<b>TERRA</b>	<b>42</b>
7.1	EGTI disponibiliza mais de 1.000 lotes de terrenos	42
<b>8.</b>	<b>SERVIÇOS BÁSICOS</b>	<b>43</b>
8.1	Lixo toma conta da centralidade do Km 44	43
8.2	Moradores vão pagar pela recolha do lixo	43
8.3	Lixo II	43
8.4	Um “plano B” para o lixo	44
8.5	Sociedade é chamada a valorizar os resíduos sólidos a valorizar os resíduos sólidos	44
8.6	Governo de Luanda realiza reunião sobre o lixo	45
8.7	GPL “sufocado” com dívida de mais de Kz 200 mil milhões do lixo	46
8.8	Operadoras que retiraram contentores 'das ruas podem ser penalizadas	47
8.9	GPL vai agir contra operadoras de limpeza	47
8.10	A limpeza de Luanda	48
8.11	Campanha de limpeza regista grande adesão dos munícipes	49
8.12	Cartoon	50
8.13	Contratos não dizem que GPL e «dono» dos contentares de lixo	50
8.14	Gestão do lixo em Luanda custa 365,5 milhões USD por ano	51
8.15	OGE 2021 prevê 8,3 mil milhões Kz para limpeza de Luanda	52
8.16	Operadoras acusam Governo Provincial de Luanda de fuga ao diálogo	53
8.17	Valores dos contractos publicados em diario da república	53
8.18	Violação da lei e falta de liquidez puseram fim aos contratos	53
8.19	A politização e os sujeitos do lixo	54
8.20	Viana transfere lixo para os Mulenvos	55
8.21	Operadoras retomam a recolha de resíduos	55
8.22	Lixo e dinheiro	55
<b>9.</b>	<b>GÉNERO E VIOLENCIA</b>	<b>57</b>
9.1	Cidadãos detidos por exploração ilegal de madeira no Cuando Cubango	57
9.2	Cuanza-Norte: OMA quer integração da comerciante na Segurança Social	57
9.3	Empoderamento da mulher	58
<b>10.</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>59</b>
10.1	Detidos sete indivíduos por exploração ilegal de madeira	59
10.2	Cidadãos detidos por exploração ilegal de madeira no Cuando Cubango	59
10.3	Seca compromete colheita de cereais e hortícolas no Huambo	60
10.4	Previstas para hoje fortes chuvas no Sul	60
10.5	Chuva anima camponeses no Andulo e na Nharêa	61
10.6	Chuva deixa rasto de destruição na província do Cuando Cubango	61
10.7	Mais de 200 mil pessoas afectadas pela estiagem	62
10.8	CARTA AO DIRECTOR Mortes em Cafunfo e a nossa insensibilidade	63
10.9	Famílias afectadas pela estiagem no Cuando Cubango recebem ajuda do Executivo	64
10.10	Seca afecta mais de 90 mil pessoas nos Gambos	65
10.11	Estiagem vai provocar prejuízos e fome a muitas famílias	65
<b>11.</b>	<b>MINEIRA</b>	<b>67</b>

<b>12. MIGRAÇÃO</b>	<b>67</b>
<b>13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA</b>	<b>67</b>
13.1 Lições da China	67
13.2 A vacina chinesa beneficia África e Angola	68

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Mais de mil famílias carentes vão receber apoios este ano

*Jornal de Angola*

*03 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Marcelino Wambo*

Os 49 projectos inscritos no Programa de Combate à Fome e à Pobreza, no município da Chicala Cholohanga, província do Huambo, prevêem beneficiar, este ano, mil e 250 famílias, num universo de sete mil e 850 populares, com acções ligadas aos cuidados primários de saúde, agricultura familiar, infraestruturas rurais e empoderamento da mulher, com gastos a rondar os 300 milhões de Kwanzas.

O facto foi revelado pelo vice-governador do Huambo para o Sector Político, Económico e Social, durante a primeira sessão ordinária da Comissão Municipal de Implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza.

José Cornélio, que falava na qualidade de coordenador do grupo de acompanhamento ao município da Chicala Cholohanga, disse que se deve imprimir maior dinamismo na implementação dos projectos, para que se possa atender às necessidades das populações mais vulneráveis. Os gestores públicos, fez notar, devem seguir os procedimentos de acompanhamento e prestação de contas, na execução dos Programas de Combate à Fome e à Pobreza, apresentando relatórios mensais e trimestrais convincentes. “A execução desse processo exige dinamismo e rigor, pois, o propósito é melhorar a qualidade de vida das populações”, sublinhou.

“O Governo da Província do Huambo, no âmbito desses projectos, realizará formações sobre estatísticas e outras valências dirigidas aos técnicos das administrações municipais, para que estejam preparados para o processo de acompanhamento das necessidades das famílias carenciadas”, disse.

A criação de condições de biossegurança, mormente o fornecimento de água às instituições escolares, de imputes agrícolas para os camponeses, entre outras, constam nas acções de implementação do Programa de Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

## I.2 Kwenda regista mais de 337 mil agregados familiares em todo o país

*Jornal de Angola*

*03 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Garrido Frago*

Ao todo, 337.451 agregados familiares foram registados até 30 de Janeiro deste ano, em 24 municípios, 101 comunas, 2.829 aldeias e bairros de 17 províncias do país, com excepção do Uíge, sete meses depois do arranque do Programa de Fortalecimento da Protecção Social, Transferências Sociais e Monetárias - Kwenda.

O início do processo na província do Uíge acontece no primeiro trimestre deste ano, nos municípios de Cangola e Songo, nos quais se prevê cadastrar, respectivamente, 11.960 e 12.520 agregados familiares.

Os dados foram divulgados durante a conferência de imprensa sobre o balanço da execução do Programa Kwenda, orientada ontem, em Luanda, pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, no centro de imprensa Aníbal de Melo (CIAM).

Antes dos discursos do ministro da Administração do Território, Marcy Lopes, e da ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves, a ministra de Estado para a Área Social falou da finalidade do Programa Kwenda, adiantando que com o mesmo o Executivo pretende mobilizar 1.608.000 agregados familiares, para mitigar os níveis de pobreza monetária e multidimensional no seio das famílias mais vulneráveis, durante cinco anos de implementação do programa (2019-2023), em todo o país.

Carolina Cerqueira apontou como componentes essenciais do Programa Kwenda as transferências sociais monetárias, inclusão produtiva, municipalização da acção social e cadastro social único, acrescentando que o Kwenda conta com um orçamento de 420 milhões de dólares, dos quais 320 milhões reembolsáveis do Banco Mundial (BM) e 100 milhões provenientes do Tesouro Nacional.

As transferências monetárias são utilizadas para investir em actividades produtivas e no desenvolvimento das crianças, sobretudo em agregados familiares que enfrentam insegurança alimentar crónica, referiu a ministra de Estado, para quem o Kwenda também visa ajudar a remover o estigma social, garantindo mais coesão e apoio público à protecção social.

## Registo moroso

O cadastramento de famílias na província de Luanda já teve início. O processo começou nos municípios da Quiçama e de Icolo e Bengo, garantiu Carolina Cerqueira, ao reconhecer que na capital do país o recenseamento das famílias carenciadas será "mais moroso", pelo facto de nela residirem actualmente oito milhões de habitantes. Em relação às denúncias de fraude no processo no município do Nzeto, província do Zaire, a ministra de Estado esclareceu tratar-se de "oportunistas que desejavam servir-se de um programa social".

Os aproveitadores, segundo Carolina Cerqueira, tentaram usurpar dinheiro para desvirtuar os objectivos do Programa Kwenda, mas foram descobertos pelos "serviços especiais", que têm vindo a denunciar tais práticas. Segundo a ministra de Estado, o sistema de segurança montado está tecnologicamente protegido. "Se alguém tentar retirar dinheiro ou entrar no sistema utilizando métodos pouco credíveis será imediatamente detectado", assegurou.

Solicitou, por isso, a colaboração dos órgãos de comunicação social, no sentido de esclarecerem as populações para acreditarem no sistema de segurança instituído. "Não há forma de se fazer burla ou duplos pagamentos. O sistema está devidamente preparado para não sofrer qualquer tipo de fraude", garantiu Carolina Cerqueira.

A credibilidade do Kwenda é, periodicamente, testado pelo Banco Mundial, uma das instituições financeiras internacionais mais credíveis, referiu a ministra de Estado, para quem da execução do Kwenda, o Executivo espera apenas o bem-estar social das populações mais carenciadas, sobretudo das crianças, que são o futuro da Nação.

## Porta a porta

Ainda sobre a credibilidade e segurança do Kwenda, o ministro da Administração do Território lembrou que o cadastramento das famílias para serem incluídas no Programa é feito de porta em porta. "Se as famílias falharem nalguns requisitos ou se a equipa verificar que a família tem capacidade de se sustentar não beneficiam do programa", afirmou.

O que aconteceu no Nzeto, explicou Marcy Lopes, deveu-se ao facto do programa estar no início, mas garantiu que os oportunistas que tentaram fazer inscrições foram logo rejeitados porque não conseguiram preencher os requisitos previamente definidos.

"Não há ninguém que esteja a beneficiar-se do programa sem ter sido previamente cadastrado para o efeito", afirmou, salientando que o Executivo é o maior interessado para que o programa beneficie maior número de cidadãos.

Marcy Lopes lembrou que, para além das transferências monetárias, o Programa Kwenda também tem uma componente de inclusão produtiva. Alertou, entretanto, que até 2023, data limite da limitação orçamental do programa, as famílias deverão ter capacidade criada para possuírem mecanismos de auto-sustento.

## I.3 Adiada graduação de Angola a País de Rendimento Médio

*Jornal de Angola*

*12 De Fevereiro de 2021*

Uma resolução que adia para 2024 a subida de Angola da categoria de País Menos Avançado para a de País de Rendimento Médio foi ontem adoptada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas.

A subida de categoria de Angola estava marcada para este mês, mas foi agora adiada por três anos, devido à vulnerabilidade social e económica, dificuldades trazidas pela pandemia da Covid-19, vários anos consecutivos de "recorrente recessão económica" e falta de diversificação económica.

Os Estados Unidos pronunciaram-se durante a sessão, prometendo trabalhar com a comunidade internacional para reforçar uma "recuperação económica sustentável para Angola e outros países menos avançados". "Reiteramos a importância da nossa relação com Angola e entendemos o impacto contínuo e devastador da pandemia de Covid-19 e da recessão de vários anos", disse o representante dos Estados Unidos. A União Europeia declarou "apoio total" à intenção do Governo angolano de actualizar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento e a sua estratégia nacional de transição suave, como pedido pela ONU. "Estamos conscientes dos desafios particulares que Angola enfrenta no contexto da sua graduação do estatuto de PMA, notavelmente a diversificação da economia e redução de desigualdades", disse o representante da União Europeia.

A UE desejou a Angola um processo de desenvolvimento "bem-sucedido e sustentável", vendo a subida de categoria, em 2024, como uma forma de cumprir a Agenda 2030 (Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, definidos pela

ONU). "A União Europeia vai continuar a apoiar Angola na jornada para a sua graduação e além, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, mantendo um diálogo político estreito", declarou o diplomata. Com o título "Extensão do período preparatório precedente à graduação de Angola da categoria de País Menos Avançado", a resolução foi apresentada pela Guiné-Conacri, como presidente do grupo de co-patrocinadores - a organização intergovernamental de países em desenvolvimento do Grupo dos 77 e China.

O representante da Guiné considerou, no discurso perante a Assembleia-Geral, que a percepção sobre a graduação deve ser alterada: "A graduação de PMA não é um fim, mas um importante marco na jornada de um país para o desenvolvimento sustentável, resiliência e auto-suficiência", sustentou. Segundo a Guiné, a comunidade internacional pretende que os países avancem com confiança, exercício de propriedade nacional (autoridade sobre políticas e actividades de desenvolvimento e articulação da agenda de desenvolvimento), "para tornar a graduação suave e irreversível". De acordo com o representante da Guiné, 11 países estão a caminho de avançar de categoria, mas o mundo ainda está muito longe do objectivo de graduar metade dos países menos avançados (existem actualmente 46) durante a década 2020-2030.

Favorece a Angola

Uma fonte do Jornal de Angola afirmou que o adiamento favorece a Angola, que tem mais três anos para preparar a sua economia e outros indicadores, antes de receber a graduação. O especialista disse que, apesar de o rendimento por habitante (PIB per capita) colocar já o país como de Rendimento Médio, em outros indicadores está bem abaixo dos necessários para a graduação. "Sem dúvidas que é benéfico para Angola", disse.

## 1.4 A informação & a mediocridade da nossa economia

*Jornal Expansão*

*12 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Miguel Cardoso*

E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará! A verdade que é transversal à sociedade, às pessoas, à ciência, à inovação e às instituições.

A verdade transforma o homem, e este dá frutos bons e visíveis. A sua transversalidade às instituições "económicas e financeiras" é importante, tendo-as

como base para melhor planificação, eficiência, rumo à eficácia desejada por todos.

A verdade assenta na independência das pessoas que compõem as instituições, que se convertem também em independentes. Uma economia de mercado prima pela independência das instituições (destacando instituições como o

Instituto Nacional de Estatística (INE); Banco Nacional de Angola (BNA); Instituto Regulador de Seguros-IRSEG), mormente aquelas que servem outros sectores, para promover o crescimento económico de um país.

Preocupa-nos o facto de assistirmos a certas acções, que podem macular toda a transparência no fornecimento de informações menos claras e indiciar interpretações adversas ao que se pretende. Por mais que se oculte a verdade, só estaríamos a adiar as soluções, prolongando o sofrimento das pessoas. Como disse Agostinho Neto, num dos seus poemas, que: "espera pacientemente o acumular das nuvens ao sopro da história, ninguém impedirá a chuva". Deixem-na cair!

Por exemplo, das instituições acima citadas, cobramos que haja a máxima transparência possível para brindar a todos nós, informações que nos sirvam de bússola, barómetro, na tomada de decisões, como utilizadores dos seus serviços, quando desejarmos realizar um investimento v.g. em bolsa; na compra de uma acção, de um título de participação, de um título de dívida pública, de uma obrigação, ou na compra de moeda. Logo, a importância de uma informação fiável e clara.

Há pronunciamentos de certos gestores-mor comprometedores, enviesados, com falta de clareza, tomando-nos como ignorantes, mesmo com os parcos conhecimentos adquiridos, que nos capacitam a compreender ao menos, o que se pretende. Tomem-nos a sério!

É importante passar informações fiáveis e lógicas, ao environment [ambiente] económico, social, cultural, desportivo, etc. para percebermos, e daí colaborar no bem-estar das pessoas, independentemente da sua origem, raça ou etnia.

Afinal, quando a diminuição das importações é devido à perda do poder de compra dos consumidores; o aumento da inflação é motivada pela subida dos preços dos bens e serviços, mormente os bens cuja produção doméstica não satisfaz a procura doméstica, resultando na correria dos bens importados; a subida da taxa de juro e restrição na massa monetária, para conter a inflação resultando



numa política restritiva, o que desestimula o crédito à economia, e concomitantemente o seu crescimento; o aumento da população empregada em 8,3% para 10,7 milhões de habitantes, diminuindo a taxa de desemprego de 31,8% para 30,6% à custa do crescimento do emprego no mercado informal, que cria uma mão de obra menos qualificada, com efeitos negativos na produtividade, que nos enfraquece em matéria de competitividade; a economia angolana cai de terceira maior da África Subariana em 2018 para oitava em 2021, cuja cronologia da queda do PIB a contar de 2004 (Angola tinha um PIB de 23,6 mil milhões USD que lhe deu o terceiro lugar), ficou atrás da África do Sul (PIB de 228,9 mil milhões

USD) e Nigéria (PIB 130,3 mil milhões USD) tendo-se mantido neste lugar até 2018. E, em 2019, Angola caiu para o quinto lugar (PIB de 89,6 mil milhões USD) ultrapassado pelo Quênia (PIB de 95,4 mil milhões USD) e pela Etiópia (PIB de 92,8 mil milhões USD). No ano passado, Angola (PIB de 61,9 mil milhões USD) caiu para sétimo lugar, superada pelo Gana (PIB de 67,3 mil milhões USD) e pela Tanzânia (PIB de 64,1 mil milhões USD). Fontes do FMI, projectam Angola para o oitavo lugar para 2021, com um PIB de 61,4 mil milhões USD, ultrapassada pela Costa do Marfim (PIB de 71,1 mil milhões USD), estamos em presença de uma economia medíocre.

Outra informação que acentua a mediocridade da economia é a desvalorização da nossa moeda, o kwanza, que perdeu cerca de 62% do seu valor para o dólar em 2018, comparativamente com as moedas de outras economias como a da Etiópia (37%); Gana (25%); África do Sul (19%); Nigéria (15%); Quênia (8%); Tanzânia (4%). Só com informação fiável, clara e lógica é que podemos aferir qual o estado da nossa economia.

Portanto, com cinco anos consecutivos em recessão económica, ou seja, de não crescimento económico, a depender do petróleo, para partir da mediocridade, Angola deve: (i) tornar as instituições o mais independentes possível; (ii) mais transparência nas informações a prestar à sociedade; (iii) velar mais pelo capital humano; (iv) implementar medidas de carácter expansionista para estimular o crédito e consequentemente o crescimento económico; (v) ter uma política tributária mais suave para promover a liquidez à economia; (vi) estimular a produção mais do que o consumo; (vii) ter foco no desenvolvimento tecnológico; e, (viii) que o Estado seja o mentor do bem estar das pessoas ou famílias angolanas.

São objectivos que podem servir de base para o que se pretende desta nação, sem descurar o binómio educação e saúde.

## 1.5 Nos últimos tempos a informação do INE passou de má para muito má

*Jornal Expansão*

*12 De Fevereiro de 2021*

*Texto: João Armando (texto) e Lídia Onde (fotos)*

Estando a trabalhar num centro de estudos de uma universidade, lida diariamente com dados que lhe chegam das diversas instituições oficiais. Aliás, é muitas vezes com base nestes que se podem produzir trabalhos. Qual é a sua leitura face à qualidade das estatísticas que são feitas no País? Vamos separar duas coisas. Temos a informação que vem do BNA, que é razoavelmente boa, tem tido um ou outro erro, e do INE, que na minha opinião é muito má. Nos últimos tempos passou de má para muito má.

Que sustentação tem para esta análise?

Primeiro, os dados da inflação. Na inflação do INE, os dados estão errados. Os de base. Inflação é o crescimento dos preços, se os preços de base estão errados, tudo está errado. Pode até o resto estar tudo bem. Vamos assumir que os ponderadores até estão bem, que não estão, o próprio INE reconhece que estão desactualizados. Se pusermos no sistema preços de base errados, o cálculo vai estar errado.

Concretize alguns desses erros.

Temos coisas perfeitamente absurdas. Por exemplo, em Agosto, o quilo de arroz nos preços base do INE estava a 1.029 kz. O quilo de arroz não está a esse preço, nem nunca esteve. A costeleta de porco, não é bife do lombo, está a 8.164 kz. A coxa de frango a 2.473 kz, em média. Isso não existe. O óleo a 1.774 kz! A lata de fuba de bombó de 900 gr a 775 kz. Não pode ser, esses não são os preços médios de Luanda. Nem de perto nem de longe!

Então, o que fizeram?

Pegámos nos preços da amostra do INE, fomos ver junto do nosso local de residência, na zona do Nova Vida, caracterizada por preços médios-altos, e conseguimos preços para 75% da amostra do INE, e sem ponderação, média simples, e a diferença face ao INE é de 3, 4 vezes, ou seja 340%, em 2018. E depois foi baixando, em 2019 já só são 2,6 vezes, e agora em Agosto deste ano 2,2%. Há claramente uma empolgação dos preços base por parte do INE, o que significa que o aumento que foi considerado foi claramente inferior ao aumento real.

Dê-nos um exemplo.

Se uma mercadoria que vale 1.000 kz aumenta 100 kz de preço, dizemos que houve um aumento de 10%. Agora se nós considerámos que o preço base dessa mercadoria é 3.000 kz, o aumento foi apenas de 3,3%. Os preços reais são três vezes menos que a base como expliquei acima, a inflação real é três vezes mais. Juntando esses efeitos desde 2018, fazendo cálculos, dá um valor de inflação de 75%, e não de 17%. Não estou a dizer que a inflação real seja de 75%, mas 17 não é certamente.

E depois quem decide fá-lo tendo como base valores que não são reais. Parece que estamos todos a lidar com uma realidade virtual.

Nós não temos nenhuma aferição do deflator do PIE relativamente à inflação. Moçambique, já vi várias apresentações das contas do País, e está lá a diferença entre o factor PIE e a inflação, e esta lá a explicação, ou a tentativa de explicação por parte de quem apresenta as contas. Dá-se às vezes a explicação de que não se apresenta o deflator porque isto dos preços do petróleo distorce tudo. Pois tire-se, subtraíam-se as exportações todas. Só exportamos matérias-primas. Se tiramos todas as exportações, ficamos com a produção interna, e essa já pode ser comparada com a inflação. E se fizermos essa comparação, apontamos para valores de inflação muito superiores daqueles que são apresentados pelo Executivo.

Isso parece um "puzzle" difícil de decifrar.

Não há maneira de conferir. Os dados têm que bater uns com os outros. Não podemos ter um PIB nominal que não tem nada a ver com o crescimento real do PIB que nos é dado também pelo INE. Isto porque a inflação e o deflator entre o PIE nominal e o PIE real não têm nada a ver, são completamente diferentes.

Isso cria problemas à decisão dos nossos governantes?

Vai decidir sobre uma informação incorrecta. Não sei como é que o Governo decide na base destes números. E também não é possível que ele tenha outros números. E quando trabalha com estes números, não é possível ter a melhor decisão.

Se calhar é por isso que nunca se acerta nas previsões. Que temos taxas de execução 40 orçamento entre 60 e 70%...

Não podemos ter margens tão grandes. Isso distorce tudo. Temos que ter balizas, temos que saber por onde vamos e o que realizamos com números certos.

Mesmo no PIB, sem as exportações há discrepâncias enormes. A inflação baixa para dizermos que temos um valor baixo, mas depois deixa de jogar com o deflator do PIE. Os números que estão no nosso orçamento do PIB nominal não têm nada a ver com os números que nos são dados pelo do INE por medidas encadeadas de volume. À parte da questão da valorização das exportações, que nós levantamos, e é um problema que tem que ser posto, mesmo no PIB sem exportações, nós temos diferenças abismais, exactamente porque o valor da inflação não bate certo.

Com este panorama com é que pode calcular de forma objectiva o consumo?

Primeiro há que dizer que todos os angolanos continuam a viver à base do petróleo. Nós calculamos o consumo na seguinte base. Se nós o que exportamos são apenas matérias-primas, o petróleo, os diamantes e as rochas ornamentais valem 99,7%, podemos dizer que o nosso consumo é aceitavelmente igual à nossa produção sem exportações, mais a importação de bens finais de consumo. Se nós fizermos esta conta, temos uma queda do consumo em dólares, aqui não podemos usar outra coisa e deflacionámos o dólar de acordo com a taxa mundial, temos na verdade um consumo que caiu 56% desde 2017. Se juntarmos o crescimento da população, PIE per capita, este valor chega aos 60%. Em 2020 consumimos menos de metade do que acontecia em 2017.

Ou seja, o decréscimo das importações tem a ver com a baixa do consumo e não com o aumento da produção interna?

Claro! Temos uma baixa da produção interna, como revelam os números em dólares, e uma baixa das importações. E estes dois factores justificam a baixa do consumo. Claro que para sermos rigorosos, temos ali uma parte da produção interna que é bens de investimento que devíamos subtrair, coisa pouca, e por outro lado devíamos meter a importação de serviços finais. Mas como eles se compensam, nós aceitámos que os 0,03% das exportações, mais os poucos bens de investimento que produzimos, menos os serviços directos ao público, praticamente dão zero, e por isso assumimos que toda a nossa produção é produção para consumo.

A economia não se desenvolve com um consumo a baixar... Aí tenho algumas dúvidas... essa tese keynesiana de que o consumo, que a despesa alavanca a economia, tem que ser lida. Depende da relação consumo/produção. Se nós produzimos menos do que consumimos, se aumentarmos o consumo, só tem um destino, o aumento das importações. Não há

solução que não seja aumentar a produção. Porque o nosso deficit não é um deficit de procura, é de oferta. Nós não temos produção para sustentar o consumo que temos.

E como é que se alavanca a produção?

Do meu ponto de vista com boas políticas públicas. E mesmo assim é preciso vencer toda a inércia que fomos criando ao longo de todos estes anos. Isto paga-se! Quando se vão fazendo sucessivamente coisas que não deviam ter sido feitas. Mudar a cabeça das pessoas é o mais difícil.

E começa pelo ambiente de negócios. Nós, desde 2017 substituímos a acumulação primitiva de capital, entre aspas claro, porque não tinha nada aver com o conceito, por uma coisa que é a não acumulação de capital. Sem capital não há produção.

Sem poupança não há fábricas...

Claro. Temos que atrair e congregar capitais, internos e externos. É a primeira coisa. Se não formos capazes, não é possível.

Mas hoje muitas verbas chegam ao País sob a forma de empréstimo e não de investimento directo...

Uma das primeiras coisas que é preciso fazer para agregar capitais é defender a propriedade. Se nós compramos um terreno e não dão a propriedade, e a seguir vem outro a dizer que o terreno é dele, não é possível ninguém investir. Depois cria-se um mito sobre a bolsa, quando a questão é muito simples. A bolsa é um sítio onde as empresas apresentam o seu negócio e pedem aos investidores que o comprem. A única condição para se ir para a bolsa é ter as contas certas.

Apenas transparência...

Bons contabilistas e gestores honestos. Não é impossível de fazer, depende da vontade dos accionistas. Com pessoas honestas à frente das empresas, não é preciso mais nada. Não é preciso dar milhões, dá o que der. Outro problema, e não é por esta ordem, é o deficit de concorrência.

Concretize essa ideia.

Nós não temos concorrência. Os nossos fornecedores, os nossos produtores, são cada vez menos.

Um dos indicadores que mostra esta incapacidade de criar concorrência é o facto de 70% das empresas morrerem antes de iniciarem actividade. Quer dizer, consegue-se construir a empresa, este problema foi ultrapassado, mas depois quando passa a iniciar a

actividade, vai-se às finanças e dizem-nos que é preciso isto e aquilo, uma complicação tremenda Vai-se ao ministério porque o alvará demora, é mais isto e aquilo, e a pessoa desiste. 70% dos investidores que criaram empresas - não estamos a falar de intenções, mas daqueles que as registaram e passaram por todos os processos legais -, desistiram antes de começar a funcionar.

É uma realidade muito preocupante.

Obviamente! E estas pessoas desistiram porque os entraves são absurdos. Começando pelo alvará. Um alvará serve para quê? Não consigo perceber. Primeiro esse nome, altamente feudal, mas para quê?

A inspecção às empresas faz-se quando elas estão em actividade, não é quando ainda não começaram. Tem que se dizer às pessoas quais são as regras, e depois de abrir vai-se inspecionar. Se não estiver a funcionar dentro das regras fecha-se ou penaliza-se, nunca antes.

Mas as regras de cada negócio, muitas vezes não são claras.

Esse é outro problema. No emaranhado de decretos e leis que temos, eu sinceramente duvido que haja alguém, uma pessoa só neste País, que saiba quais são todas as regras para fazer qualquer tipo de negócio. O que nos apresentam depois são fiscalizações que durante um determinado período esquecem, deixam adormecer uma determinada lei, e depois de repente vêm com essa lei que mais ninguém usou.

Depois as pessoas sentem-se surpreendidas, sentem-se roubadas, extorquidas, e desistem. E qual é a solução?

Pergunto se custa muito fazer uma lista para cada tipo de negócio daquilo que se exige? Se calhar na lei está mais alguma coisa, admita-se, mas para o seu tipo de negócio o que se exige é isto. E entrega-se aos empresários. Devido ao período de emergência que vivemos face à necessidade de concorrência, o que tem de se cumprir é isto. E façam listagens exequíveis e correspondam ao nível de desenvolvimento do nosso tecido empresarial. E não venham com listagens que se calhar nem nos Estados Unidos são aplicáveis. Porque se não, não temos negócios. Podemos ter leis muito bonitas, mas não temos negócio algum. E o nosso problema é ter concorrência, é ter empresas a funcionar.

Isso traz para discussão outro dos problemas, a relação dos órgãos e das instituições do Estado com os empresários.

Os nossos ministérios funcionam como centros de controlo e report da actividade empresarial. O que lhes interessa é perguntar ao empresário "o que é que anda a fazer?".

O empresário não tem que dar nenhuma informação do que é que anda a fazer, excepto às finanças para pagar os seus impostos e aos seus accionistas para justificar a sua actividade. É naturalmente, o cumprimento geral das leis. Não faz sentido que os ministérios andem a fazer esse trabalho de controlo. Cada vez que aparece um empresário, chamam-no, "explique lá o que vai fazer?". Como se fosse necessário essa explicação. O que tem que se dizer a um empresário novo é "muito obrigado, comece. Faça!"

Esse controle permanente feito por várias entidades é uma queixa frequente dos empresários.

Parece simples acabar com isso. Tiramos do circuito todos esses órgãos de controlo e registo e entregamos às Finanças, e o registo estatístico ao INE. A inspecção é depois feita por uma entidade única, que tem essa listagem que está na posse dos empresários, para que o inspector possa inspecionar isso e mais nada. É isto não tem custos, pelo contrário baixa os custos. Ter uma inspecção única, que por acaso foi criada, mas a verdade é que os inspectores dos ministérios continuam a ir todos os dias às empresas. Em vez de diminuir o número de inspectores, aumentámos. O empresário tem que se sentir livre e bem-vindo, não podemos estar permanente a criarlhe "chatices". Ele depois cansa-se e vai-se embora, ou fecha a actividade. Não podem ser tratados como uns "bandidos", que já meteram o dinheiro deles, e ainda tem de explicar o que é que andam aqui a fazer.

Isso retira aos ministérios uma actividade que "gostam" de fazer.

Os ministérios têm que ser entidades de promoção dos seus sectores. O ministro da Indústria tem que ser avaliado pelo número de empresas e pelo volume de negócios da indústria, pelo aumento do PIE da indústria. Não é por andar a proibir ou a ver se os empresários são bons ou não são.

## 1.6 Angola, país de rendimento médio em 2024

*Jornal de Angola*

*16 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Juliana Evangelista Ferraz*

A pandemia da Covid-19 continua a trazer transtornos à economia mundial, num contexto de

crise financeira, sanitária e humanitária. Porém, é importante referir que, mesmo antes da pandemia, quer a taxa de crescimento do PIB, quer a taxa do volume das trocas comerciais a nível internacional estavam em constante queda, atingindo valores significativamente baixos.

Agora, em Fevereiro, seria efectuada a classificação de Angola para escalar a categoria de País de Rendimento Médio (PRM). A intenção foi adiada, devido ao registo de alguns constrangimentos, como a vulnerabilidade socio-económica do país, em consequência da pandemia da Covid-19, bem como a recessão, por vários anos consecutivos, e à falta de diversificação da economia, um conjunto de factores que foram amplamente impactados pela posição recessiva da economia mundial.

Nem tudo, porém, está mal: o preço do petróleo atingiu recentemente os 60 USD, o que impacta positivamente no cenário de desenvolvimento da economia angolana. Daí a importância de se aproveitar as vantagens provenientes destes encaixes financeiros, que são situacionais e temporários, pois a economia é cíclica; hoje, a conjuntura é favorável e amanhã pode ser adversa. A nível internacional, os mercados têm reagido positivamente aos sinais de retoma, sobretudo no continente asiático, onde se prevê que a Índia, pela primeira vez, possa tornar-se o principal mercado importador de commodities.

Olhando para os critérios da Organização das Nações Unidas (ONU), o país deve apresentar melhorias ao nível do índice de vulnerabilidade económica, sendo que formação deste carece da melhoria de vários indicadores (como distância nos mercados mundiais; concentração das exportações das mercadorias; participação da agricultura, pesca, caça, floresta no PIB; instabilidade nas exportações de produtos e serviços; instabilidade na produção agrícola e outros). Por outro lado, o índice de activos humanos é composto pelos indicadores (taxa de mortalidade de menores de cinco anos; percentagem da população subnutrida; taxa de mortalidade materna, outros).

E já que a avaliação irá acontecer em 2024, é uma oportunidade para Angola, na medida que tem um horizonte de três anos, suficientes para alterar o status destes indicadores, sendo que para atingir a meta desejada precisamos de subir os índices em vulnerabilidade económica e activos humanos em cerca de 5 e 21,5 pontos base, respectivamente, sem descurar que o avanço destes indicadores são fundamentais para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030.

É verdade que o contexto é desafiante e a implementação de várias medidas não dependem

inteiramente de factores internos, estando, por isso, condicionada em alguns casos a conjuntura internacional. Ainda assim, achamos importante imprimir uma dinâmica proactiva no que concerne a alguns processos:

- Acelerar a diversificação da base económica, alargando o espectro a um conjunto de áreas prioritárias, nos sectores da produção agrícola e indústria transformadora, com particular enfoque na produção de cereais, pecuária, agro-indústria e restabelecimento da rede de logística e de distribuição. Por essa via, poderemos alterar de facto a estrutura da economia angolana, garantindo um desempenho mais interessante do seu conjunto.

- Melhorar as infra-estruturas técnicas (estradas, pontes, electricidade, telecomunicações, outros), porque sem a adequação da mesma torna-se difícil aumentar a produtividade e competitividade;

- Reforçar o modelo de desenvolvimento sustentável baseado no aumento da produtividade, uma vez que o crescimento económico a longo prazo depende do aumento do índice de produtividade dos países. O aumento da produtividade é crucial para a melhoria das condições de vida dos cidadãos, crescimento dos salários reais e criação de emprego;

- Acelerar as estratégias que irão impactar na melhoraria do ambiente de negócio, promoção e captação de investimento estrangeiro, fora dos sectores tradicionais, uma vez que, nas últimas décadas, o investimento estrangeiro dirigiu-se particularmente para o sector mineral, ignorando outras áreas de investimento com um potencial extraordinário de desenvolvimento;

- Mais distribuição de terras para o desenvolvimento da agricultura de subsistência, porque permite fixar em zonas rurais famílias que se dedicam à agricultura de subsistência com mais de 90% da actividade, garantindo uma alimentação saudável aos cidadãos;

- Acelerar os programas de informalidade para que, em 2024, atinjam uma redução de 30%, visto que o processo de formalização oferece benefícios económicos e sociais a inúmeras famílias em situação de exclusão social e pobreza;

- Reforçar o sistema de educação, principalmente no ensino primário, com vista a garantir um ensino de qualidade para as próximas gerações.

- Reforçar o sistema de saúde pública, o que irá impactar na redução do número de mortes em crianças menores de cinco anos;

- Reforçar o apoio às famílias e aos indivíduos em situação de precariedade social, com subsídios, de forma a suprir situações de pobreza extrema, entre outras medidas.

Esperamos entrar em poucos anos num processo de retoma económica, com uma recuperação acelerada em "V" e uma avaliação positiva que permita a nação estar na lista dos Países de Rendimento Médio.

## **I.7 Mais de mil pessoas vulneráveis amparadas pelo Kwenda no Bengo**

*Jornal O PAÍS*

*22 De Fevereiro de 2021*

O administrador municipal dos Dembos, que falava no final da visita da ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves, disse que o processo está na fase de consolidação e triagem para se apurarem as pessoas vulneráveis sem fonte de sustento.

Nesta fase, a província do Bengo prevê abranger 6.560 famílias, sendo o município dos Dembos o único contemplado no programa Kwenda.

À propósito, a ministra Faustina Alves garantiu que os beneficiários apurados nesta localidade começam a receber o apoio este ano, segundo a Angop.

Para o êxito deste programa, o Fundo de Apoio Social (FAS) vai reabilitar, no município dos Dembos, as futuras instalações do Centro de Acção Social Integrado (CASI), que vai prestar serviços de atendimento e acompanhamento das famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Durante a visita à província do Bengo, a governante procedeu também a entrega de cerca de 10 toneladas de bens diversos.

Destes, constam arroz, fuba de milho e de mandioca, massa alimentar, óleo vegetal, cadeiras de rodas, triciclos manuais, bicicletas, canadianas, andarilhos, rádios à energia solar, balão de fardo e sabão azul.

Em 2020, o programa Kwenda alcançou mais de 300 mil famílias que já começaram a beneficiar dos valores monetários (8.500 kwanzas mês).

O Kwenda é um projecto desenhado pelo Executivo que visa a transferência de uma renda mensal fixa, no valor de 8.500 kwanzas para as pessoas vulneráveis, estimular a produção agrícola e as trocas comerciais nas zonas rurais.

O município dos Dembos tem uma população estimada em 30.058 habitantes.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Sector do Agronegócio lidera no microcrédito

*Jornal de Angola*

*10 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Ana Paulo*

Os produtos e serviços da cadeia do agro negócio são os maiores beneficiários das operações de microcrédito disponibilizados no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), com 812 milhões de kwanzas.

Na iniciativa do PREI, beneficiaram de financiamento de microcrédito cinco sectores produtivos, designadamente, as áreas de processamento alimentar, logística e distribuição de produtos agroalimentar e de pescas, produção cultural e artística, reciclagem de resíduos sólidos urbanos e produtos e serviços da cadeia do agro negócio.

Os dados avançados ontem, no habitual "briefing" bissemanal do MEP, demonstram que, esta semana, mais nove operações foram aprovadas em comparação com a anterior. O processamento alimentar, com 206 milhões de kwanzas, seguiu-se entre os mais beneficiados de financiamento.

Já o de reciclagem e resíduos sólidos, com 144 milhões, foi o terceiro ramo mais apoiado. A meta do microcrédito, conforme o programa do MEP é de quatro mil milhões de kwanzas disponibilizados para o micro negócio e para o ano de 2021, o limite é de 2,8 mil milhões de kwanzas. Com relação aos pedidos de microcrédito, no global foram registados mais 60 novos financiamentos. Houve a aprovação de outros 52 projectos, o que totaliza, desde o início deste ano, 242 projectos de microcrédito já aprovados.

Para o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, o montante solicitado só na semana transata, foi de 67 milhões de kwanzas e os 52 projectos aprovados estão avaliados em 20 milhões. A concentração dos projectos aprovados continua a estar no centro do país, dos quais, 22 na província de Benguela, 19 na Huíla, nove no Huambo e dois em Luanda.

"Neste processo é de ressaltar que seis provinciais continuam a não beneficiar do financiamento de microcrédito, significando um desafio para o sector. Para se reverter o quadro, o ministério está em

negociação com as instituições financeiras para a resolução do problema", garantiu, o governante.

Dinamização do sector

Para a dinamização ao Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) e criar melhor ambiente de negócio, está em curso a primeira fase do projecto de massificação do registo para a emissão do Bilhete de Identidade, para se dar continuidade ao processo de criação e operacionalização da base de dados do sector informal.

Quanto à operacionalização do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), até a primeira semana de Fevereiro deste ano, o sector formalizou um total de 525 micro empresas. Até ao final de 2021, está previsto um total de 750 micro empresas formalizadas.

Mário Caetano João reconheceu que para a concretização do previsto, conta-se com o apoio de sete sociedades de microcrédito e uma cooperativa, principais mentores da medida e que têm feito fluir o financiamento destinado aos micro-empresendedores.

"Para o arranque vamos capacitar os centros de atendimento, como o Instituto Nacional de Apoio a Pequenas Empresas (INAPEM), balcão do cidadão e as direcções provinciais", sublinhou Mário Caetano João, tendo acrescentado que, para o início da campanha de formalização são necessárias implementar estas cinco etapas que vão trazer serviços adequados para o micronegócio.

### 2.2 Nenhum banco cumpriu o mínimo de créditos exigidos pelo BNA

*Jornal Expansão*

*12 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Joaquim José Reis*

Nenhum dos bancos do sistema financeiro nacional tinha cumprido em Dezembro o mínimo de novos créditos exigidos pelo Banco Nacional de Angola (BNA), no âmbito do Aviso 10/20, que visa dinamizar o financiamento à produção nacional ao abrigo do PRODESI. Entretanto, os prazos foram alargados e a banca comercial tem até final de Abril para conceder 372 financiamentos e para desembolsar o dinheiro a 56 projectos aprovados até final de 2020 mas que ainda não tinham recebido o financiamento.'

O Aviso 10/20 do banco central impõe a obrigação de saldo do crédito contratualizado por cada banco corresponder a, no mínimo, 2,5% do valor total do activo líquido. As instituições financeiras bancárias com maior activo líquido (BFA e BAI) devem assegurar a contratualização de um mínimo de 50 novos créditos e as restantes devem assegurar 20 novos créditos. Ou seja, os bancos estão a obrigados a conceder um número mínimo de créditos mas também um valor mínimo do total de créditos concedidos no âmbito deste aviso.

Só que segundo uma nota publicada no site do BNA, até Dezembro de 2020 apenas oito bancos (BCGA, BIR, BNI, BVB, FNB, Keve, SBA e Yetu) tinham cumprido a concessão de crédito no valor mínimo de 2,5 % do respectivo activo líquido e nenhum cumpriu os números mínimos de financiamento. Ao todo, a banca estava obrigada a financiar 520 projectos, tendo até final de 2020 concedido um total de 92 financiamentos e aprovado outros 56 que não tinham desembolsado até àquela data. Como no final de 2020 os bancos estavam longe de cumprir as obrigações impostas pelo banco central, o BNA fez sair o Instrutivo 21/2020, que estabelece 30 de Abril de 2021 como a data-limite para cumprimento dos requisitos estabelecidos no Aviso 10/20 no que toca aos mínimos de crédito a conceder.

Estes dados demonstram que, apesar dos esforços do banco central em forçar a banca a dar crédito à economia, os bancos continuam avessos aos financiamentos e dizem-se perseguidos pela instituição liderada por José Massano. Questionam também a independência do banco central face ao poder político, isto porque consideram que estas imposições de concessão de crédito à economia resultam da necessidade de o Executivo atingir objectivos políticos. "É por estas razões que instituições internacionais como o Banco Central Europeu não acreditam no BNA e no seu papel de supervisor e de banco central, porque também não acreditam na sua independência face ao poder político", admite um banqueiro que não quer ser identificado.

Os bancos têm-se escudado na baixa qualidade dos projectos submetidos a financiamentos e na falta de conhecimento por parte dos empresários que lhes têm apresentado projectos sobre as áreas onde pretendem investir. Fazem também referência aos tempos de incerteza provocada pela pandemia da Covid-19 e ao histórico de malparado na banca nacional para justificar a necessidade de garantir segurança aos depósitos dos seus clientes. Assim, admitem pagar as multas por incumprimento destas obrigações do banco central, lembrando até que algumas das instituições bancárias que terão de pagar

multas têm o Estado como accionista directo ou indirecto (por via, por exemplo, da Sonangol).

Se olharmos para as fontes de financiamento dos 212 mil milhões Kz já desbloqueados pela banca comercial no âmbito do PRODESI, apenas 4% resulta do Programa de Apoio ao Crédito (PAC) criado há dois anos para financiar este programa nacional que visa aumentar a produção nacional para diminuir as necessidades de importação. Já 80,5% resulta do Aviso 10/20, o que demonstra que os bancos só estão a emprestar dinheiro à economia porque são obrigados.

BPC não está obrigado a cumprir exigências do BNA Banco Sol, Banco Comercial Angolano (BCA) e Standard Chartered Bank (SCBA) eram os únicos bancos que até final de Dezembro não tinham concedido qualquer crédito ao abrigo do Aviso 10/20. Já o Banco de Poupança e Crédito (BPC) é a única instituição bancária a ficar de fora da estatística do BNA sobre o cumprimento do Aviso 10/20. Segundo fonte do BNA, o maior banco estatal "está em reestruturação" e, por isso, fica de fora do Aviso 10/20.

## 2.3 Linha de crédito da Facra orçada em sete milhões de kzs

*Jornal O PAÍS*

*13 De Fevereiro de 2021*

Sete milhões de Kwanzas é o valor da Linha de Crédito do Fundo de Activos de Capital de Risco Angolano (FACRA) apresentada, Quinta-feira, 11, aos jovens empreendedores da província do Bengo.

Apresentado pela Cooperativa de Crédito (COOPER-RA), a iniciativa está inserida no Programa de Alívio Económico que visa dinamizar a actividade das micro e pequenas empresas do impacto da pandemia.

Para implementar o programa, estão definidos os sectores de processamento de produtos agrícolas, pesqueiros, armazenagem, reciclagem de resíduos sólidos, produção de sementes e mudas, escolas de corte e costura e desenvolvimento de softwares.

Segundo o director comercial da COOPERA, Carlos Santiago, o fundo vai trabalhar junto das comunidades para acudir as necessidades das famílias neste momento de pandemia.

Por seu turno, a directora do Gabinete Provincial do Desenvolvimento Integrado, Fátima Sebastião, sublinhou que este programa do Executivo vai permitir a criação do auto-emprego, a redução da



informalidade na economia e o aumento da inclusão económica e social.

Para o êxito desta iniciativa, a Coopera criou, no Bengo, uma agência com o objectivo de apoiar os jovens empreendedores da região.

A instituição tem disponíveis dois produtos (o adiantamento de salário até três meses e o financiamento de apoio ao micro e pequeno empreendedor).

O período do reembolso varia entre 2 a 6 meses a um ano e dependerá do produto e do valor que o associado beneficiar, bem como das suas particularidades.

## 2.4 Risco de crédito está sob controlo na banca

*Jornal de Angola*  
24 De Fevereiro 2021

Os bancos comerciais e todas as demais instituições financeiras não bancárias que actuam no mercado nacional estão registados na Central de Informação de Risco de Crédito (CIRC), estando por isso obrigados a reportar àquele organismo do Banco Nacional de Angola a situação do crédito activo, passivo e em expectativa.

Quem o disse foi o chefe da Divisão do Gabinete de Acompanhamento de Crédito do Banco Nacional de Angola, Ricardo Costa, ontem, numa videoconferência, organizada pelo Ministério da Economia e Planeamento.

Na ocasião, o responsável assumiu estarem sob domínio das autoridades todas as informações relativas à posição do crédito concedido e que a lei concede um período de sete anos para a divulgação das informações dos mutuários constante na base de dados em caso de necessidade.

Também tranquilizou que apenas as instituições financeiras bancárias e as não bancárias podem reportar na CIRC, mas que o acesso aos dados é e só exclusivo aos gestores. Todavia, cada usuário, incluindo pessoas singulares, podem aceder, por solicitação ao respectivo banco comercial ou ao BNA, o acesso aos seus dados.

Conforme lembrou Ricardo Costa, até Dezembro de 2020, apenas os bancos comerciais reportavam à CIRC. Já no início deste ano, o banco central identificou a necessidade de incluir os demais "players", atendendo ao processo de formalização da economia em curso.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Empresa Act Look2 vai gerir as receitas milionárias do mercado 4 de Abril

*Jornal O PAÍS*

*02 De Fevereiro de 2021*

O acto formal de apresentação das candidaturas aconteceu na manhã de Segunda-feira, 01 de Fevereiro, na sede da Administração Municipal de Benguela. O presidente da Comissão de Avaliação, Gabriel Adelino, justificou que a referida empresa foi a única que cumpriu os procedimentos previstos na Lei dos Contratos Públicos.

No ano passado, a administração municipal de Benguela retirou a gestão à empresa Transmaya, LDA., por alegada irregularidade. Segundo apurou este jornal, a Associação dos Feirantes tinha denunciado àquele órgão de Administração Local do Estado que o que a empresa declarava, em termos de receitas, ficava muito aquém do que se cobrava diariamente.

A associação falava em uma facturação mensal na ordem dos 15 milhões de kwanzas.

Face à referida denúncia, a administração de Adelta Matias decidiu então revogar o contrato e, por conseguinte, promover um outro concurso para o qual, inicialmente, concorreram, em pé de igualdade, sete empresas, entre as quais a que detinha a gestão do mercado.

Entretanto, no quadro do que estabelece a Lei número 41/20 (Lei dos Contratos Públicos), conforme justificou à imprensa o coordenador da Comissão de Avaliação, Gabriel Adelino, as empresas que ficaram reprovadas, nesta fase, têm até cinco dias para apresentarem as suas reclamações junto do órgão que dirige.

‘A lei dá a possibilidade de os concorrentes remeterem o recurso hierárquico no prazo de 5 dias. Após este período e com a emissão do relatório preliminar proferido pela comissão, é enviado a todos os concorrentes’, disse.

De acordo com Gabriel Adelino, um dos critérios tidos em conta na avaliação foi o da proposta economicamente mais vantajosa, mencionado no programa do concurso. Porém, segundo assevera, a intenção da administração não é apenas por optar por

aquela em- presa que melhor arrecada receitas para os cofres públicos, mas a que melhor atenda, igualmente, ao interesse dos milhares de feirantes naquele mercado informal. ‘Salvaguardar o interesse público e as condições sociais. Os nossos termos de referência falam de maior comodidade, o aumento de mais infra-estruturas, do- mínio do saneamento básico, entre outros’, justifica, sublinhando, contudo, que uma outra preocupação da administração de Adelta Matias tem que ver com os postos de trabalho que esta acção deverá criar.

Da empresa vencedora o responsável espera mais transparência na gestão das receitas públicas que serão arrecadadas num dos maiores mercados informais a céu aberto na província.

Posição da Transmaya, Lda Momentos antes de terem sido divulgado os resultados, o jurista Vicente Kanga, que representou no acto a Transmaya, empresa a quem se lhe retirou a concessão, considerou o processo de concessão em curso bastante transparente.

‘Pela forma como começou, o processo demonstra que há rigor da comissão na análise das propostas dos concorrentes e, de alguma forma, é uma lufada de ar fresco e que, na legalidade, seja vencedora aquela empresa que apresentar os melhores requisitos, no sentido de satisfazer os interesses colectivos’, avilta.

Questionado pelo OPAÍS se a empresa que representava estava a ser prejudicada com o processo, o jurista respondeu negativamente.

Recorde-se que gestão irregular das receitas arrecadadas naquele mercado tinha levado, em 2019, à cadeia o antigo administrador municipal, Carlos Guardado, por alegado crime de peculato, conforme justificou, na altura, a Procuradoria-Geral da República na Comarca de Benguela. Até aqui ainda não se sabe o desfecho do processo.

### 3.2 Sector do Agronegócio lidera no microcrédito

*Jornal de Angola*

*10 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Ana Paulo*

Os produtos e serviços da cadeia do agro negócio são os maiores beneficiários das operações de microcrédito disponibilizados no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), com 812 milhões de kwanzas.

Na iniciativa do PREI, beneficiaram de financiamento de microcrédito cinco sectores produtivos, designadamente, as áreas de processamento alimentar, logística e distribuição de produtos agroalimentar e de pescas, produção cultural e artística, reciclagem de resíduos sólidos urbanos e produtos e serviços da cadeia do agro negócio.

Os dados avançados ontem, no habitual "briefing" bissemanal do MEP, demonstram que, esta semana, mais nove operações foram aprovadas em comparação com a anterior. O processamento alimentar, com 206 milhões de kwanzas, seguiu-se entre os mais beneficiados de financiamento.

Já o de reciclagem e resíduos sólidos, com 144 milhões, foi o terceiro ramo mais apoiado. A meta do microcrédito, conforme o programa do MEP é de quatro mil milhões de kwanzas disponibilizados para o micro negócio e para o ano de 2021, o limite é de 2,8 mil milhões de kwanzas. Com relação aos pedidos de microcrédito, no global foram registados mais 60 novos financiamentos. Houve a aprovação de outros 52 projectos, o que totaliza, desde o início deste ano, 242 projectos de microcrédito já aprovados.

Para o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, o montante solicitado só na semana transata, foi de 67 milhões de kwanzas e os 52 projectos aprovados estão avaliados em 20 milhões. A concentração dos projectos aprovados continua a estar no centro do país, dos quais, 22 na província de Benguela, 19 na Huíla, nove no Huambo e dois em Luanda.

"Neste processo é de ressaltar que seis provinciais continuam a não beneficiar do financiamento de microcrédito, significando um desafio para o sector. Para se reverter o quadro, o ministério está em negociação com as instituições financeiras para a resolução do problema", garantiu, o governante.

#### Dinamização do sector

Para a dinamização ao Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) e criar melhor ambiente de negócio, está em curso a primeira fase do projecto de massificação do registo para a emissão do Bilhete de Identidade, para se dar continuidade ao processo de criação e operacionalização da base de dados do sector informal.

Quanto à operacionalização do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), até a primeira semana de Fevereiro deste ano, o sector formalizou um total de 525 micro empresas. Até ao

final de 2021, está previsto um total de 750 micro empresas formalizadas.

Mário Caetano João reconheceu que para a concretização do previsto, conta-se com o apoio de sete sociedades de microcrédito e uma cooperativa, principais mentores da medida e que têm feito fluir o financiamento destinado aos micro-empresários.

"Para o arranque vamos capacitar os centros de atendimento, como o Instituto Nacional de Apoio a Pequenas Empresas (INAPEM), balcão do cidadão e as direcções provinciais", sublinhou Mário Caetano João, tendo acrescentado que, para o início da campanha de formalização são necessárias implementar estas cinco etapas que vão trazer serviços adequados para o micronegócio.

### 3.3 Taxistas ameaçam parar actividades em Luanda

*Jornal de Angola*

*24 De Fevereiro de 2021*

Taxistas na província de Luanda ameaçam paralisar as actividades nos dias 1,2 e 3 de Março, alegadamente devido a excessos na actuação da Polícia Nacional, discriminação, mau estado das vias, exclusão nas políticas públicas, entre outras inquietações.

Os taxistas manifestam, ontem, descontentamento pelo facto de serem "vítimas" de um excesso de rigor na fiscalização por parte da Polícia de Trânsito, no que toca à lotação das viaturas, ao contrário do que acontece com os transportes públicos (autocarros), que se apresentam nas vias completamente lotados, desrespeitando a orientação dos 75 por cento.

Francisco Paciente, da Associação dos Taxistas de Luanda, aponta ainda as condições e o mau estado das vias, que estão a dificultar o trabalho dos associados.

"Essa decisão foi tomada depois de termos tentado vários diálogos e enviado documentos às instituições competentes, com os pontos de insatisfação dos taxistas", explicou.

O líder da associação disse, à Angop, que as políticas públicas excluem a classe dos taxistas e os pontos reivindicados, enviados ao Instituto Nacional de Segurança Social, para a inserção dos associados no sistema de segurança social, e a criação de uma carteira profissional são ignorado

### 3.4 Sindicato defende inserção de motoristas e cobradores no sistema de segurança social

*Jornal de Angola*

*Daia: 08 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Ana Pulo*

Motoristas, cobradores e lotadores envolvidos na actividade de táxis devem estar inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) para que, em situações de perda ou redução de rendimentos no trabalho, possam, no futuro, através das prestações sociais, continuar a garantir o sustento das suas famílias, defendeu o presidente do Sindicato dos Taxistas de Angola (STA).

Geraldo Wanga disse ao *Jornal de Angola* que, além da instituição que dirige estar empenhada em ver os seus filiados inscritos no sistema de segurança social, outro dos principais objectivos é exigir que a relação jurídico-laboral entre o patrão e o empregador (taxista) esteja definida através de um Contrato de Trabalho, para prevenir determinadas violações dos direitos laborais, como despedimentos sem justa causa, doenças profissionais, acidentes de trabalho e a questão da regularização da carga horária.

Para Geraldo Wanga, o taxista desempenha uma profissão digna de respeito, que serve de alavanca para o desenvolvimento económico e turístico de qualquer país. "Devemos acabar com a ideia de que a actividade de táxi é uma escapatória para os indivíduos com baixo grau de escolaridade ou de instrução profissional. Isso não é verdade", declarou.

O responsável destaca a criação do Sindicato dos Taxistas de Angola, instituição que contribui para a defesa de todos os agentes envolvidos neste tipo de actividade, enquanto cidadãos nacionais e trabalhadores. Geraldo Wanga disse que o conceito de "paragem" que se tem, em Luanda, precisa de ser redefinido. Segundo o também especialista em gestão de tráfego e mobilidade urbana, na capital do país as bermas são usadas como paragens, e a coabitação entre os que manuseiam veículos ligeiros, pesados, motorizadas de duas e três rodas, carros de mão, e vendedores ambulantes, no mesmo espaço, dão lugar ao "acampamento" de trânsito que se verifica em muitos pontos da cidade.

Para que tal facto não aconteça, Wanga defende a construção de baias para facilitar o transbordo de passageiros em segurança, e acrescenta que outro constrangimento está relacionado às empresas de construção civil, que mesmo sabendo da existência dessa actividade não a contempla nas obras de

requalificação de estradas. Quanto à sinalização das vias, o presidente do STA reconheceu haver excessos na colocação de sinais verticais e horizontais, por não obedecerem às regras internacionalmente estabelecidas. "Já nos deparamos com sinais verticais colocados a um metro da passadeira. Em Luanda, existem muitos sinais de proibição, e dificilmente encontramos uma placa a indicar o fim da mesma", lamentou.

Alertou às empresas contratadas para a requalificação das vias no sentido de terem sempre em conta a assessoria da Direcção Nacional de Trânsito e Prevenção Rodoviária (DNTPR), órgão da Polícia Nacional que possui técnicos qualificados para o efeito.

Angola ratificou os acordos regionais que visam a harmonização da sinalização rodoviária, e até aqui nada se tem feito para a sua materialização", sublinhou o responsável.

#### Melhorias nas paragens

O presidente do STA, Geraldo Wanga, disse que para a província de Luanda o sistema de transportes requer um roteiro claro. "Já temos criada uma Rede de Transportes de Luanda que define as rotas existentes, paragens de confluências e intermédias ao nível da província, com documentos no formato físico. Havendo oportunidade e vontade, apresentaremos os documentos como proposta para Luanda", prometeu.

Acrescentou que o projecto vai definir uma visão concreta para a cidade, priorizar as acções de melhorias no sistema de transporte e aclarar as responsabilidades de todos os agentes envolvidos. De acordo com o responsável, é necessário repensar com urgência os modelos de veículos para efeitos de transporte de passageiros mais inclusivos, permitindo a acessibilidade dos cidadãos portadores de deficiência física e idosos, qualificando as vias e construindo rampas em diversas zonas.

"Esta atitude vai permitir que seja dado um tratamento digno às pessoas com necessidades especiais", disse, para explicar que as infra-estruturas de transportes falham em atender as necessidades de mobilidade de uma população em crescimento. Geraldo Wanga referiu que, em relação ao uso crescente de veículos motorizados individuais, em Luanda e noutras cidades do país, o elemento causador do congestionamento de tráfego, má qualidade do ar, saúde pública em declínio, segregação social e crescimento da pressão, para implantar expansões viárias dispendiosas, são outros elementos necessários e que devem ser revistos no

sector. Existem, actualmente, no país, a Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) e a Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA).

Sobre o funcionamento destas duas instituições, o presidente do Sindicato dos Taxistas de Angola disse que dão o seu melhor, e que só não fazem mais por falta de cooperação entre estas organizações e as autoridades competentes. O responsável liderou a ANATA de 2015 a 2018, tendo interrompido o mandato de cinco anos devido aos vários conflitos internos. Geraldo Wanga acredita que o desenvolvimento do sector dos transportes dependerá da melhoria na relação entre as associações existentes. "Precisamos de acabar com as ilhas e deixar bem claro que os conflitos no seio dos taxistas só adiam o sonho da afirmação da classe na sociedade".

"Em relação ao "feedback" com o Governo, as associações têm mais problemas entre si, o que não dignifica a classe", disse Geraldo Wanga, que arrastou mais de seis mil ex-membros da ANATA para o Sindicato dos Taxistas de Angola (STA). "Desvinculei-me da ANATA devido aos conflitos internos que deram lugar a uma interminável luta de poder, por parte de alguns amigos que entenderam, por via de calúnias e difamação, produzir mentiras das mais grosseiras, tornar público a existência de factos que até hoje não foram comprovados", sublinha. O presidente do STA apelou aos jovens no sentido de aprenderem a trabalhar para construírem uma carreira digna, baseados em princípios e valores fundamentais.

### Órgão regulador

Com mais de seis mil membros inscritos, o Sindicato dos Taxistas de Angola (STA) é um órgão intermediário, com competência reguladora vocacionada na defesa dos interesses dos trabalhadores ligados à actividade de táxi e de mototáxi. Até ao momento, existe uma comissão instaladora funcional e a constituição do processo para o funcionamento do sindicato caminha a 90 por cento da sua legalização. Segundo Geraldo Wanga, por questões burocráticas dez por cento das acções que visam a legalização do processo estão pendentes.

Com este desafio, para a direcção do sindicato a principal ferramenta de trabalho são as leis vigentes na República de Angola. Diferente das associações, o Sindicato é uma plataforma congregadora e com atribuições legais para advogar, junto do Governo, os problemas das associações de taxistas. É um interlocutor válido para emitir opiniões legislativas destinadas à classe, fiscalizar as cláusulas contratuais impostas aos profissionais taxistas, e o regulamento

interno das empresas cujas exigências atentam contra os direitos fundamentais do trabalhador. Em Angola, esta actividade é desenvolvida através de táxis colectivos de passageiros (azul e branco), táxis turismos não personalizados e personalizados, e mototáxis.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Nos últimos tempos a informação do INE passou de má para muito má

*Jornal Expansão*

*12 De Fevereiro de 2021*

*Texto: João Armando (texto) e Lídia*

*Onde (fotos)*

Estando a trabalhar num centro de estudos de uma universidade, lida diariamente com dados que lhe chegam das diversas instituições oficiais. Aliás, é muitas vezes com base nestes que se podem produzir trabalhos. Qual é a sua leitura face à qualidade das estatísticas que são feitas no País? Vamos separar duas coisas. Temos a informação que vem do BNA, que é razoavelmente boa, tem tido um ou outro erro, e do INE, que na minha opinião é muito má. Nos últimos tempos passou de má para muito má.

Que sustentação tem para esta análise?

Primeiro, os dados da inflação. Na inflação do INE, os dados estão errados. Os de base. Inflação é o crescimento dos preços, se os preços de base estão errados, tudo está errado. Pode até o resto estar tudo bem. Vamos assumir que os ponderadores até estão bem, que não estão, o próprio INE reconhece que estão desactualizados. Se pusermos no sistema preços de base errados, o cálculo vai estar errado.

Concretize alguns desses erros.

Temos coisas perfeitamente absurdas. Por exemplo, em Agosto, o quilo de arroz nos preços base do INE estava a 0,29 kz. O quilo de arroz não está a esse preço, nem nunca esteve. A costeleta de porco, não é bife do lombo, está a 8.164 kz. A coxa de frango a 2.473 kz, em média. Isso não existe. O óleo a 1.774 kz! A lata de fuba de bombó de 900 gr a 775 kz. Não pode ser, esses não são os preços médios de Luanda. Nem de perto nem de longe!

Então, o que fizeram?

Pegámos nos preços da amostra do INE, fomos ver junto do nosso local de residência, na zona do Nova

Vida, caracterizada por preços médios-altos, e conseguimos preços para 75% da amostra do INE, e sem ponderação, média simples, e a diferença face ao INE é de 3, 4 vezes, ou seja 340%, em 2018. E depois foi baixando, em 2019 já só são 2,6 vezes, e agora em Agosto deste ano 2,2%. Há claramente uma empolgação dos preços base por parte do INE, o que significa que o aumento que foi considerado foi claramente inferior ao aumento real.

Dê-nos um exemplo.

Se uma mercadoria que vale 1.000 kz aumenta 100 kz de preço, dizemos que houve um aumento de 10%. Agora se nós considerámos que o preço base dessa mercadoria é 3.000 kz, o aumento foi apenas de 3,3%. Os preços reais são três vezes menos que a base como expliquei acima, a inflação real é três vezes mais. Juntando esses efeitos desde 2018, fazendo cálculos, dá um valor de inflação de 75%, e não de 17%. Não estou a dizer que a inflação real seja de 75%, mas 17 não é certamente.

E depois quem decide fá-lo tendo como base valores que não são reais. Parece que estamos todos a lidar com uma realidade virtual.

Nós não temos nenhuma aferição do deflator do PIE relativamente à inflação. Moçambique, já vi várias apresentações das contas do País, e está lá a diferença entre o factor PIE e a inflação, e esta lá a explicação, ou a tentativa de explicação por parte de quem apresenta as contas. Dá-se às vezes a explicação de que não se apresenta o deflator porque isto dos preços do petróleo distorce tudo. Pois tire-se, subtraíam-se as exportações todas. Só exportamos matérias-primas. Se tiramos todas as exportações, ficamos com a produção interna, e essa já pode ser comparada com a inflação. E se fizermos essa comparação, apontamos para valores de inflação muito superiores daqueles que são apresentados pelo Executivo.

Isso parece um "puzzle" difícil de decifrar.

Não há maneira de conferir. Os dados têm que bater uns com os outros. Não podemos ter um PIB nominal que não tem nada a ver com o crescimento real do PIB que nos é dado também pelo INE. Isto porque a inflação e o deflator entre o PIE nominal e o PIE real não têm nada a ver, são completamente diferentes.

Isso cria problemas à decisão dos nossos governantes?

Vai decidir sobre uma informação incorrecta. Não sei como é que o Governo decide na base destes números. E também não é possível que ele tenha

outros números. E quando trabalha com estes números, não é possível ter a melhor decisão.

Se calhar é por isso que nunca se acerta nas previsões. Que temos taxas de execução 40 orçamento entre 60 e 70%...

Não podemos ter margens tão grandes. Isso distorce tudo. Temos que ter balizas, temos que saber por onde vamos e o que realizamos com números certos. Mesmo no PIB, sem as exportações há discrepâncias enormes. A inflação baixa para dizermos que temos um valor baixo, mas depois deixa de jogar com o deflator do PIE. Os números que estão no nosso orçamento do PIB nominal não têm nada a ver com os números que nos são dados pelo do INE por medidas encadeadas de volume. À parte da questão da valorização das exportações, que nós levantamos, e é um problema que tem que ser posto, mesmo no PIB sem exportações, nós temos diferenças abismais, exactamente porque o valor da inflação não bate certo.

Com este panorama com é que pode calcular de forma objectiva o consumo?

Primeiro há que dizer que todos os angolanos continuam a viver à base do petróleo. Nós calculamos o consumo na seguinte base. Se nós o que exportamos são apenas matérias-primas, o petróleo, os diamantes e as rochas ornamentais valem 99,7%, podemos dizer que o nosso consumo é aceitavelmente igual à nossa produção sem exportações, mais a importação de bens finais de consumo. Se nós fizermos esta conta, temos uma queda do consumo em dólares, aqui não podemos usar outra coisa e deflacionámos o dólar de acordo com a taxa mundial, temos na verdade um consumo que caiu 56% desde 2017. Se juntarmos o crescimento da população, PIE per capita, este valor chega aos 60%. Em 2020 consumimos menos de metade do que acontecia em 2017.

Ou seja, o decréscimo das importações tem a ver com a baixa do consumo e não com o aumento da produção interna?

Claro! Temos uma baixa da produção interna, como revelam os números em dólares, e uma baixa das importações. E estes dois factores justificam a baixa do consumo. Claro que para sermos rigorosos, temos ali uma parte da produção interna que é bens de investimento que devíamos subtrair, coisa pouca, e por outro lado devíamos meter a importação de serviços finais. Mas como eles se compensam, nós aceitámos que os 0,03% das exportações, mais os poucos bens de investimento que produzimos, menos os serviços directos ao público, praticamente

dão zero, e por isso assumimos que toda a nossa a produção é produção para consumo.

A economia não se desenvolve com um consumo a baixar... Aí tenho algumas dúvidas... essa tese keynesiana de que o consumo, que a despesa alavanca a economia, tem que ser lida. Depende da relação consumo/produção. Se nós produzimos menos do que consumimos, se aumentarmos o consumo, só tem um destino, o aumento das importações. Não há solução que não seja aumentar a produção. Porque o nosso deficit não é um deficit de procura, é de oferta. Nós não temos produção para sustentar o consumo que temos.

E como é que se alavanca a produção?

Do meu ponto de vista com boas políticas públicas. E mesmo assim é preciso vencer toda a inércia que fomos criando ao longo de todos estes anos. Isto paga-se! Quando se vão fazendo sucessivamente coisas que não deviam ter sido feitas. Mudar a cabeça das pessoas é o mais difícil.

E começa pelo ambiente de negócios. Nós, desde 2017 substituímos a acumulação primitiva de capital, entre aspas claro, porque não tinha nada aver com o conceito, por uma coisa que é a não acumulação de capital. Sem capital não há produção.

Sem poupança não há fábricas...

Claro. Temos que atrair e congregar capitais, internos e externos. É a primeira coisa. Se não formos capazes, não é possível.

Mas hoje muitas verbas chegam ao País sob a forma de empréstimo e não de investimento directo ...

Uma das primeiras coisas que é preciso fazer para agregar capitais é defender a propriedade. Se nós compramos um terreno e não dão a propriedade, e a seguir vem outro a dizer que o terreno é dele, não é possível ninguém investir. Depois cria-se um mito sobre a bolsa, quando a questão é muito simples. A bolsa é um sítio onde as empresas apresentam o seu negócio e pedem aos investidores que o comprem. A única condição para se ir para a bolsa é ter as contas certas.

Apenas transparência...

Bons contabilistas e gestores honestos. Não é impossível de fazer, depende da vontade dos accionistas. Com pessoas honestas à frente das empresas, não é preciso mais nada. Não é preciso dar milhões, dá o que der. Outro problema, e não é por esta ordem, é o deficit de concorrência.

Concretize essa ideia.

Nós não temos concorrência. Os nossos fornecedores, os nossos produtores, são cada vez menos.

Um dos indicadores que mostra esta incapacidade de criar concorrência é o facto de 70% das empresas morrerem antes de iniciarem actividade. Quer dizer, consegue-se construir a empresa, este problema foi ultrapassado, mas depois quando passa a iniciar a actividade, vai-se às finanças e dizem-nos que é preciso isto e aquilo, uma complicação tremenda. Vai-se ao ministério porque o alvará demora, é mais isto e aquilo, e a pessoa desiste. 70% dos investidores que criaram empresas - não estamos a falar de intenções, mas daqueles que as registaram e passaram por todos os processos legais -, desistiram antes de começar a funcionar.

É uma realidade muito preocupante.

Obviamente! E estas pessoas desistiram porque os entraves são absurdos. Começando pelo alvará. Um alvará serve para quê? Não consigo perceber. Primeiro esse nome, altamente feudal, mas para quê?

A inspecção às empresas faz-se quando elas estão em actividade, não é quando ainda não começaram. Tem que se dizer às pessoas quais são as regras, e depois de abrir vai-se inspeccionar. Se não estiver a funcionar dentro das regras fecha-se ou penaliza-se, nunca antes.

Mas as regras de cada negócio, muitas vezes não são claras.

Esse é outro problema. No emaranhado de decretos e leis que temos, eu sinceramente duvido que haja alguém, uma pessoa só neste País, que saiba quais são todas as regras para fazer qualquer tipo de negócio. O que nos apresentam depois são fiscalizações que durante um determinado período esquecem, deixam adormecer uma determinada lei, e depois de repente vêm com essa lei que mais ninguém usou.

Depois as pessoas sentem-se surpreendidas, sentem-se roubadas, extorquidas, e desistem. E qual é a solução?

Pergunto se custa muito fazer uma lista para cada tipo de negócio daquilo que se exige? Se calhar na lei está mais alguma coisa, admita-se, mas para o seu tipo de negócio o que se exige é isto. E entrega-se aos empresários. Devido ao período de emergência que vivemos face à necessidade de concorrência, o que tem de se cumprir é isto. E façam listagens exequíveis e correspondam ao nível de desenvolvimento do nosso tecido empresarial. E não venham com listagens que se calhar nem nos Estados Unidos são

aplicáveis. Porque se não, não temos negócios. Podemos ter leis muito bonitas, mas não temos negócio algum. E o nosso problema é ter concorrência, é ter empresas a funcionar.

Isso traz para discussão outro dos problemas, a relação dos órgãos e das instituições do Estado com os empresários.

Os nossos ministérios funcionam como centros de controlo e report da actividade empresarial. O que lhes interessa é perguntar ao empresário "o que é que anda a fazer?"

O empresário não tem que dar nenhuma informação do que é que anda a fazer, excepto às finanças para pagar os seus impostos e aos seus accionistas para justificar a sua actividade. E naturalmente, o cumprimento geral das leis. Não faz sentido que os ministérios andem a fazer esse trabalho de controlo. Cada vez que aparece um empresário, chamam-no, "explique lá o que vai fazer?". Como se fosse necessário essa explicação. O que tem que se dizer a um empresário novo é "muito obrigado, comece. Faça!"

Esse controle permanente feito por várias entidades é uma queixa frequente dos empresários.

Parece simples acabar com isso. Tiramos do circuito todos esses órgãos de controlo e registo e entregamos às Finanças, e o registo estatístico ao INE. A inspecção é depois feita por uma entidade única, que tem essa listagem que está na posse dos empresários, para que o inspector possa inspeccionar isso e mais nada. E isto não tem custos, pelo contrário baixa os custos. Ter uma inspecção única, que por acaso foi criada, mas a verdade é que os inspectores dos ministérios continuam a ir todos os dias às empresas. Em vez de diminuir o número de inspectores, aumentámos. O empresário tem que se sentir livre e bem-vindo, não podemos estar permanente a criá-lhe "chatices". Ele depois cansa-se e vai-se embora, ou fecha a actividade. Não podem ser tratados como uns "bandidos", que já meteram o dinheiro deles, e ainda tem de explicar o que é que andam aqui a fazer.

Isso retira aos ministérios uma actividade que "gostam" de fazer.

Os ministérios têm que ser entidades de promoção dos seus sectores. O ministro da Indústria tem que ser avaliado pelo número de empresas e pelo volume de negócios da indústria, pelo aumento do PIE da indústria. Não é por andar a proibir ou a ver se os empresários são bons ou não são.



## 4.2 Petróleo já é vendido 22,5 USD acima da referência do OGE 2021

*Jornal Expansão*

*12 De Fevereiro de 2021*

O preço do petróleo encerrou a sessão desta quarta-feira em 61,5 USD por barril, estando a ser comercializado 22,5 USD acima do preço de referência estabelecido pelo Executivo no Orçamento Geral do Estado de 2021.

Especialistas contactados pelo Expansão explicam que apesar do preço de venda do petróleo estar acima dos 39 USD estabelecidos no OGE 2021 ainda não é possível confirmar se o Executivo vai ter ou não uma folga orçamental. Tudo depende do comportamento dos mercados até ao final do ano.

O desconhecimento da quantidade de barris de petróleo angolano que estão comprometidos para honrar o serviço da dívida, a incerteza sobre a erradicação da Covid-19 e a possibilidade de o FMI forçar Angola a acelerar a amortização de algumas dívidas ameaçam corroer a folga orçamental que se poderia estimar nesta altura

Mas em caso de existência de folga orçamental, o Partner da Deloitte para o sector de Petróleo e Gás, Frederico Martins Correia, recomenda que seja utilizada ou para antecipar pagamentos de dívidas ou para reforçar a dotação do Ministério da Saúde para assegurar a vacinação e imunização da população ao combate à Covid-1919.

Se a primeira opção permitiria ao País estar mais desafogado em relação aos compromissos com os credores permitindo-lhe focar-se noutras prioridades, a segunda opção permitirá a Angola uma vantagem competitiva em relação aos países da região pois a população activa voltaria ao trabalho mais cedo o que por sua vez permitiria alavancar o desempenho da economia do País.

Para o CEO da Petro Angola, Patrício Quingongo, a instituição que dirige vai manter pelo menos para já a previsão dos preços para este ano nos 47 USD por barril.

As motivações da subida dos preços do petróleo Especialistas defendem que o principal factor que impulsiona a subida dos preços do petróleo neste momento é o facto de a OPEP e aliados estarem a eliminar o excesso de oferta de petróleo sobre a procura, o que por sua vez acontece porque os membros da OPEP e associados estão a cumprir com

os cortes estabelecidos para eliminar o excesso de oferta.

Para José Oliveira, o facto de até ao momento a OPEP+ continuará retirar do mercado 7,3 milhões de barris por dia, quantidade nunca antes retirada na indústria petrolífera mundial, está a animar os mercados, permitindo que os países industrializados, incluindo a China, estejam a reduzir os stocks elevados antes do tempo previsto. Prevvia-se que os stocks só iriam reduzir no final do primeiro trimestre.

Sobre o preço, Oliveira pensa que se se mantiver umas semanas acima de 60 "vamos ter um outro problema que é as pressões dentro da OPEP e associados para aliviarem mais rapidamente a redução de cortes. E se isto acontecer vai fazer com que os preços baixem para os 54 ou 57 dólares dependendo da celeridade do alívio sobre os cortes ", sublinhou.

Para o especialista, se os preços continuarem a 60 USD por mais algumas semanas, o Iraque, a Rússia e a Arábia Saudita vão querer aumentar as quantidades produzidas já na próxima reunião do comité da OPEP + que monitoriza os cortes.

J.C.

## 4.3 Protocolo UNICEF junta -se ao Ministério das Finanças na divulgação das premissas do OGE

*Novo Jornal*

*12 De Fevereiro de 2021*

Estabelecer uma relação assente na disseminação e na promoção da elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) está no epicentro de um protocolo de cooperação assinado recentemente, em Luanda, pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e pelo Ministério das Finanças (MINFIN), apurou o Novo Jornal de um documento oficial que espelha as linhas do acordo.

"Tendo em conta o interesse mútuo das entidades em estabelecer uma relação de cooperação, assente na disseminação e na promoção da elaboração do OGE, bem como a participação do cidadão nas finanças públicas do país, o memorando de entendimento visa promover plataformas de diálogo em sede do OGE, com a elaboração de eventos de debates e de carácter pedagógico, bem como a elaboração de estudos e análises que proporcionam maior entendimento das premissas do OGE ao público", refere um comunicado do UNI- CEF a que o NJ teve acesso.

A nota acrescenta que, voltados para alavancar o conhecimento das comunidades e da sociedade civil sobre matérias ligadas ao OGE, os dois organismos comprometeram-se em prestar, entre si, uma cooperação para o desenvolvimento e publicação de conteúdos sobre políticas e programas para a promoção e avanço dos direitos especialmente das crianças, dos jovens e das mulheres.

A efectivação destes objectivos, de acordo com o documento, será feita através da troca de experiências, partilha de conhecimentos nos seus esforços comuns de apoiarem o Governo e a população angolana, por meio de acções de comunicação, capacitação institucional e humana, projectos conjuntos de comunicação e advocacia, bem como a elaboração de estudos e análises que fortaleçam o desenvolvimento sustentável e inclusivo de Angola.

"O UNICEF reitera o compromisso em trabalhar com o Ministério das Finanças e com a Sociedade Civil, para promover maior participação nas diferentes etapas do OGE, no sentido de melhorar o nível e a qualidade do investimento social, de forma especial, naqueles que impactam directamente o desenvolvimento das crianças e das suas comunidade", referiu o representante do Fundo das Nações Unidas para Infância, Ivan Yerovi.

Citado no referido comunicado, Yerovi salientou que a formalização desta parceria representa um passo positivo para a participação do cidadão nas finanças públicas de Angola.

Em Janeiro, o UNICEF e a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) manifestaram o desejo de ajudar o Governo no combate aos "graves níveis" de desnutrição no País e impedir o aumento da insegurança alimentar e a perda de meios de subsistência de famílias vulneráveis.

#### **4.4 Receita fiscal 16 % acima do previsto no OGE 2020 R, mas cai em USD**

*Jornal Expansão*

*12 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Martins Chambassuco*

O Estado arrecadou 52,1 mil milhões Kz em receitas fiscais com o sector dos diamantes no ano passado, o que representa um aumento de 61,2% face aos 32,2 mil milhões Kz que estavam previstos no conservador' Orçamento Geral do Estado 2020 Revisto e uma subida de 54% face aos 33,8 mil

milhões arrecadados em 2019. Mas se as contas forem feitas em dólares, as receitas fiscais caíram 2,6% para pouco mais de 90 milhões USD.

2020 foi um ano atípico para o sector dos diamantes em todo o mundo. A procura por estas pedras preciosas esteve suspensa devido ao encerramento dos mercados um pouco por todo o mundo devido à pandemia da Covid-19, prejudicando os países produtores como Angola. Ainda assim, perto do fim do ano foi possível recuperar algum do tempo perdido e Angola acabou por exportar 1.196 milhões USD em diamantes no ano passado, ainda assim, uma quebra de 4,1 % face aos 1.248 milhões registados em 2019, indicam os dados da Administração Geral Tributária (AGT).

Apesar de em Angola as empresas terem continuado a operar, no entanto suspenderam parcialmente a produção. As consequências da crise pandémica, de acordo com uma fonte da ENDIAMA, afectou a indústria extractiva, sobretudo no subsector dos diamantes, com destaque para a paralisação parcial da mina de Catoca e do projecto mineiro do Lulo, duas minas responsáveis por 90% do total da produção de diamantes em Angola, que chegaram a paralisar parcialmente a sua actividade, reduzindo para menos de metade o numero de trabalhadores. Além de Catoca, que explora a quarta maior mina de diamantes a céu-aberto do mundo, muitos outros projectos diamantíferos, como o

Cuango, chegaram mesmo a reduzir ou suspenderam a sua actividade produtiva, tudo por- que as bolsas internacionais estiveram quase sem actividade e foi a forma de reduzir os custos operacionais. Ainda assim, segundo os dados da AGT, as operadoras do subsector dos diamantes reportaram à SODIAM, no ano passado, uma produção total de 9,1 milhões de quilates, registando um aumento de 4%, comparativamente a 2019.

Entre Janeiro e Dezembro do ano passado, o mês de Maio foi o pior de todos os tempos da exploração de diamantes em Angola, com a produção a fixar-se nos 41 mil quilates, tendo gerado uma receita fiscal de 572 milhões Kz, equivalente a cerca de 1 milhão USD à taxa de câmbio média daquele mês.

Embora se tenha gerado uma incerteza muito grande, toda- via, os resultados do último trimestre de 2020 pesaram nas contas finais e os números revelados justificam o aumento da receita fiscal com a comercialização de diamantes que também andou atrelada à desvalorização do Kwanza.

A indústria dos diamantes em Angola tem vindo a recuperar ao longo dos anos sobretudo devido à nova

política de comercialização que pôs fim à imposição dos clientes preferenciais, que acabava por monopolizar a venda, com prejuízos para o Estado. Hoje a negociação liderada pela SODIAM tendencialmente defende mais os interesses e direitos do Estado, revelam fontes ao Expansão.

11 e 111 trimestre difíceis Ainda em relação ao desempenho das empresas, os meses de Março, Maio, Julho e Agosto, foram os que registaram a maior quebra. A produção de diamantes no mês de Março caiu 83,3% comparativamente ao mesmo período de 2019. Em Maio a quebra atingiu os 71,4% face ao mesmo período do ano anterior.

Os efeitos com a crise da pandemia da Covid-19, de acordo com os especialistas, são a principal explicação para tanta oscilação da produção e comercialização de diamantes no ano passado.

Os números apontam, por outro lado, que o preço médio manteve-se em alta, mesmo com a crise da pandemia da Covid-19 e a justificação está na produção de gemas da Mina do Lulo.

O preço médio por quilate dos diamantes vendidos entre Janeiro e Dezembro manteve a alta, rondando os 397 USD, o que fez subir o preço médio.

Uma fonte da SODIAM revelou também, que 2020 foi o ano em os operadores foram obrigado a fazer estocagem de diamantes a nível interno e a comercializar apenas gemas puras que têm um teor mais elevado e são mais procuradas no mercado internacional.

Contra todas as expectativas, garante uma fonte da AGT, a evolução da receita com a venda de diamantes para os objectivos do Governo superou as expectativas, tendo em conta a fraca procura por diamantes brutos, nos primeiros sete meses de 2020, no mercado internacional devido ao impacto da pandemia da Covid-19 e a às quebras registadas em Catoca e no Lulo.

#### **4.5 OGE vai ser elaborado na perspectiva de género**

*Jornal de Angola*

*13 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Adelina Inácio*

A secretária de Estado do Orçamento, Aia-Eza da Silva, informou, ontem, em Luanda, que Angola está a trabalhar para, a partir do próximo ano, os Orçamentos Gerais do Estado (OGE) contemplarem receitas na perspectiva de género.

Aia-Eza da Silva admitiu que o país precisa ter um orçamento mais sensível e, por isso, o Ministério das Finanças está a trabalhar, em parceria com o UNICEF e a ADRA (As-sociação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) para fazer com que o orçamentos ensaiem as "primeiras noções de um orçamento sensível ao género". A ideia é que estes orçamentos também sejam publicitados e inclusivos no processo de elaboração. A secretária de Estado falava, por videoconferência, num seminário sobre "Análise e fiscalização orçamental com enfoque no género", promovido pelo Grupo de Mulheres Parlamentares, no âmbito da implementação do projecto para o reforço das competências técnicas e funcionais das instituições para o controlo das finanças públicas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Tomor Leste (PALOP-TL).

"Não temos, ainda, um orçamento virado para o género", admitiu a governante, informando que estão a dar-se os primeiros passos. "Pretendemos um orçamento mais sensível ao género e melhor qualificado", insistiu. Aia-Eza reconheceu que, nesta acção, a responsabilidade do Ministério das Finanças deve começar a ser mais abrangente. "Precisamos de levar a sensibilização do orçamento com base no género para que todos os órgãos que compõem o sistema orçamental tenham sensibilidade e saibam o que é um orçamento com base no género", defendeu.

Durante a elaboração dos próximos OGE, disse, as di-versas unidades orçamentais vão apresentar as principais necessitadas para o ano se-guinte. "Elas serão obriga-das a estabelecer prioridades na proposta orçamental", informou, garantindo que orçamento para as autarquias tem, também, a sensibilidade ao género. Lembrou que há dois anos Angola tem implementado uma série de reformas abrangentes e fortes de consolidação fiscal que envolvem, além de uma série de programas inovadores, o processo de desconcentração e descentralização das finanças públicas.

A ministra da Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves, que também participou no seminário, apelou à elaboração, nos próximos anos, de OGE com perspectiva de género. Faustina Alves disse ser importante que se desenvolvam orçamentos sectoriais sensíveis ao género e respondam ao ODS (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável) 5, respeitando os instrumentos regionais e internacionais. A ministra falava no painel sobre os "ODS-metas para Angola e política nacional de igualdade de género", para o alcance da paridade de género em todos os níveis, através do aumento da participação das mulheres e a integração da dimensão da igualdade de género em todos os sectores e áreas.

## Contribuição do Parlamento

A primeira vice-presidente da Assembleia Nacional, Emília Carlota Dias, que falou na abertura do seminário, manifestou a disponibilidade do Parlamento em contribuir para consolidação e fortalecimento da cooperação inter-parlamentar entre os PALOP e Timor Leste. Esta contribuição, disse, será feita particularmente entre as redes de mulheres parlamentares que constituem, actualmente, uma plataforma de concertação e de aprendizagem mútua, com vista a maior integração e participação da mulher na vida política e democrática dos países membros.

Emília Carlota Dias destacou o papel do Executivo e da Assembleia Nacional na advocacia e promoção da igualdade do género, particularmente ao "orçamento sensível ao género". Lembrou que o facto dos países estarem assolados pela pandemia da Covid-19 condiciona, não só a acção parlamentar, mas, também, a execução das políticas orçamentais sensíveis ao género. A deputada considerou importante a realização do seminário, tendo em conta os esforços financeiros que os Estados estão a desenvolver para a protecção das pessoas mais vulneráveis, sobretudo os idosos, crianças e mulheres. Carlota Dias pediu reflexão sobre as reais implicações do momento actual na concretização dos processos de análise e fiscalização orçamental, considerando que os Estados foram forçados a realizar despesas suplementares em função da necessidade e investirem em infra-estruturas hospitalares e em soluções tecnológicas para atenuar os efeitos da Covid-19.

A primeira vice-presidente da Assembleia Nacional espera que os participantes encontrem caminhos que conduzam às melhores práticas de análises e fiscalização orçamental, com enfoque no género, visando melhor compreensão dos diferentes processos parlamentares e o reforço das capacidades internas de cada parlamento. "A troca de experiência entre os parlamentares será a pedra basilar para que, em conjunto, lancem-se as perspectivas sobre o futuro, permitindo a consolidação da governação económica, gestão do sistema de finanças públicas, com base na transparência, prestação de contas, eficiência e responsabilização", defendeu. Para a deputada, só agindo desta forma se estará a respeitar a carta de compromisso do grupo de trabalho da rede de mulheres parlamentares, bem como os compromissos nacionais do ODS das agendas 2030-2063 das Nações Unidas.

## 4.6 Governo vai reduzir na taxa dos impostos

*Jornal de Angola*

*15 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Isaque Lourenço*

O Governo pretende, nos próximos tempos, reduzir ainda mais as actuais taxas de imposto em vigor no país, como parte da estratégia de aumento da base de contribuintes e redução do peso fiscal nas contas das empresas e pessoas singulares.

Para que tal ocorra, está em curso, neste momento, o processo de revisão da legislação fiscal.

A página de Internet do Ministério das Finanças cita o presidente do Conselho de Administração da Administração Geral Tributária (AGT), Cláudio Paulino dos Santos, que fez estas declarações na estreia recente do programa "Hora do Contribuinte" na Rádio Mais, que, todavia, não adiantou quais os impostos em revisão e em que fasquia se pretende fixar as futuras taxas a vigorar.

"Hoje, temos no código do IVA três taxas de 5, 10 e 14 por cento, tudo isto vem demonstrar o desagravamento que temos tido dentro da carga tributária", afirmou.

### Canais virtuais

Segundo a AGT, em 2020, cerca de 63,3 por cento dos contribuintes pagaram os impostos através dos canais remotos disponibilizados. No ano passado, a entidade lançou o produto "AGT Mobile", serviço que acaba por funcionar, conforme explicam, como uma Repartição Fiscal no telemóvel. Cláudio dos Santos explicou ainda que o pagamento de impostos pelos canais remotos permite maior comodidade ao contribuinte, uma vez que o mesmo pode consultar o seu Número de Identificação Fiscal (NIF), o estado da liquidação, da declaração fiscal, entre outros, além de realizar as obrigações tributárias sem ter que se deslocar a uma Repartição Fiscal ou Posto Aduaneiro de forma presencial.

"Existem também os impostos externos que resultam do comércio externo, estes são pagos junto das instâncias aduaneiras ou alfândegas. Estamos a falar das licenças e pagamentos que ocorram no âmbito desta prestação de serviço, fazendo-se recurso ao sistema Asycuda World, sistema das Nações Unidas que corporiza todos os procedimentos manuais que tínhamos até então", acrescentou.

Para ele, o sistema fiscal está a sofrer alterações profundas e bastante significativas e, este ano, pensa-se avançar já com a primeira fase da Janela Única de Pagamento do Comércio Externo (JUPCE), que vai estar sedeado na plataforma.

Neste momento, estão em cobranças o Imposto sobre Veículos Motorizados (IVM), que substituiu a Taxa de Circulação, e deve arrecadar para os cofres públicos 2,2 mil milhões de kwanzas e o Imposto Predial (IP), cuja expectativa de receita não foi avançada. Este processo não afecta nem altera o curso das demais operações fiscais mensais permanentemente em cobrança.

#### Conselho Aduaneiro

A AGT fez saber que vai realizar, na sexta-feira, um seminário subordinado ao tema "O Conselho Superior Técnico Aduaneiro e a garantia da justiça tributária no procedimento aduaneiro". O evento decorrerá no Auditório Abílio Gomes, do Ministério das Finanças, e vai contar com a prelecção de Carlos Maria da Silva Feijó, prestigiado professor catedrático angolano.

#### Indicadores

Dados mais recentes da AGT avançaram que, em 2020, estavam controlados um total de 320.440 contribuintes "pessoas singulares" com actividade comercial (5,6 por cento), 196.290 colectivas (3,4 por cento) e 15.316 institucionais (0,3 por cento).

Ao todo, estão cadastrados 5.737.426 contribuintes. Destes, 5.205.380 (90,7 por cento) são singulares sem actividade comercial.

Existem 47 repartições fiscais (incluindo a Repartição dos Grandes Contribuintes), 27 Postos Fiscais, 15 Delegações Aduaneiras, 15 Postos Aduaneiros e 92 Postos de Controlo. No controlo da AGT, constam 422 certificações do IVA (210 softwares certificados e 212 gráficas) e 4.265 fiscalizações efectuadas (247 internas e 1.794 externas).

## 4.7 Governo vai reduzir na taxa dos impostos

*Jornal de Angola*

*15 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Isaque Lourenço*

O Governo pretende, nos próximos tempos, reduzir ainda mais as actuais taxas de imposto em vigor no país, como parte da estratégia de aumento da base de contribuintes e redução do peso fiscal nas contas das empresas e pessoas singulares.

Para que tal ocorra, está em curso, neste momento, o processo de revisão da legislação fiscal.

A página de Internet do Ministério das Finanças cita o presidente do Conselho de Administração da Administração Geral Tributária (AGT), Cláudio Paulino dos Santos, que fez estas declarações na estreia recente do programa "Hora do Contribuinte" na Rádio Mais, que, todavia, não adiantou quais os impostos em revisão e em que fasquia se pretende fixar as futuras taxas a vigorar.

"Hoje, temos no código do IVA três taxas de 5, 10 e 14 por cento, tudo isto vem demonstrar o desagravamento que temos tido dentro da carga tributária", afirmou.

#### Canais virtuais

Segundo a AGT, em 2020, cerca de 63,3 por cento dos contribuintes pagaram os impostos através dos canais remotos disponibilizados. No ano passado, a entidade lançou o produto "AGT Mobile", serviço que acaba por funcionar, conforme explicam, como uma Repartição Fiscal no telemóvel. Cláudio dos Santos explicou ainda que o pagamento de impostos pelos canais remotos permite maior comodidade ao contribuinte, uma vez que o mesmo pode consultar o seu Número de Identificação Fiscal (NIF), o estado da liquidação, da declaração fiscal, entre outros, além de realizar as obrigações tributárias sem ter que se deslocar a uma Repartição Fiscal ou Posto Aduaneiro de forma presencial.

## 4.8 Quota de 2 por cento do OGE atribuída à agricultura é baixa

*Jornal de Angola*

*12 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Domingos Mucuto*

O fraco investimento na dinamização da agricultura em Angola, avaliado pela quota de dois por cento do Orçamento Geral do Estado (ONG) atribuída ao sector agrícola, preocupa a Organização Não Governamental Acção para ao Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

A preocupação foi, recentemente, manifestada pelo director-geral da ADRA, Carlos Cambuta, à margem do encontro técnico da Unidade de Projectos de Desenvolvimento que decorre até hoje, com a participação de membros do conselho directivo, directores de antenas e técnicos da organização não governamental.

O director-geral da ADRA lamentou o facto de ser recorrente a agricultura receber menos de dois por cento da verba do Orçamento Geral do Estado, quando a recomendação de Malabo é que os Estados e os respectivos governos atribuam pelo menos 10 por cento para o sector agrícola.

"Estamos muito longe. É verdade que ao nível de África, Angola não é o único país que se encontra nesta situação, mas devemos entender que quanto menos investimento for feito na agricultura mais dificuldades teremos para atingirmos a segurança alimentar", afirmou.

Carlos Cambuta referiu que como acções de advocacia, a ADRA tem como principal desafio para este ano continuar a interagir com o Executivo no sentido de atribuir maior valor para a agricultura, porquanto "tem sido um sector banalizado do ponto de vista de financiamento público".

O director da ADRA afirmou que a pandemia da Covid-19 demonstra a importância de se investir neste sector devido à sua função múltipla. Acrescentou que o sector da agricultura deve ser entendido e encarado como o principal motor para a dinamização da economia local pelos seus efeitos sociais múltiplos.

"É um sector que tem efeitos multiplicadores indispensáveis. É por via da agricultura que se garante a segurança alimentar e nutricional, a redução das importações e das exportações. A partir deste sector, cria-se maior desempenho de outros sectores como a indústria, o comércio, saúde e outros. Este é o sector crucial. Por esta razão, o Governo deve prestar maior atenção", defendeu.

O ADRA entende que o sector tem merecido apenas atenção teórica com a elaboração de Plano Integrado para Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar, da constituição da sexta básica a partir dos produtos locais e da retomada do programa de me-renda escolar baseada na produção agrícola nacional.

"Ainda não estamos a ver os efeitos destes instrumentos que deveriam ser complementados com aposta e mais investimentos para incentivar a produção nacional. Os camponeses queixam-se ainda da dificuldade de acesso ao financiamento que permitiria ter acesso aos factores de produção. Precisamos que o Executivo dê um salto qualitativo passando da teoria à prática", reforçou.

#### Intervenção no sector

O director-geral da Organização Não Governamental disse que dos três milhões de dólares do orçamento anual da ADRA, 60 por cento são aplicados nas

acções de dinamização do sector agrícola em 247 aldeias, onde desenvolve projectos de desenvolvimento social.

Carlos Cambuta disse que o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável, voltado ao sector da agricultura, permite injectar o montante de um milhão e 800 mil dólares no apoio às famílias de camponeses e 32 cooperativas agrícolas para o acesso à terra e água, tractores, alfaías agrícolas, sementes, fertilizantes e conhecimento técnico.

"Temos estado a desenvolver acções de capacitação para que os membros destas cooperativas tenham capacidade de desenvolver planos de negócios e de produção no sentido de promover o crescimento sustentável da actividade agrícola", disse.

O director da ADRA acredita que a capacitação técnica, o conhecimento e o crescimento qualitativo das cooperativas agrícolas permitem incrementar os níveis de produção e, por via disso, contribuir para a redução das importações e aumentar a exportações.

O director da ADRA - Antena na Huíla, Cunene e Namibe, Simeone Chiculo, informou que à luz do Plano de Acção Operativa a organização investiu cerca um milhão e 300 mil dólares em cinco projectos para a melhoria da condição de vida de mais de 7.468 famílias.

Carlos Cambuta referiu que a União Europeia é o principal financiador do volume financeiro anual, seguida pela Entidade Eclesiástica Alemã, denominada "Pão para o Mundo", pela África Grupo Perna e outros parceiros internacionais que garantem o sucesso da intervenção sustentável da ADRA em Angola.

"Existem também os impostos externos que resultam do comércio externo, estes são pagos junto das instâncias aduaneiras ou alfândegas. Estamos a falar das licenças e pagamentos que ocorram no âmbito desta prestação de serviço, fazendo-se recurso ao sistema Asycuda World, sistema das Nações Unidas que corporiza todos os procedimentos manuais que tínhamos até então", acrescentou.

Para ele, o sistema fiscal está a sofrer alterações profundas e bastante significativas e, este ano, pensa-se avançar já com a primeira fase da Janela Única de Pagamento do Comércio Externo (JUPCE), que vai estar sedado na plataforma.

Neste momento, estão em cobranças o Imposto sobre Veículos Motorizados (IVM), que substituiu a Taxa de Circulação, e deve arrecadar para os cofres públicos 2,2 mil milhões de kwanzas e o Imposto Predial (IP), cuja expectativa de receita não foi

avançada. Este processo não afecta nem altera o curso das demais operações fiscais mensais permanentemente em cobrança.

#### Conselho Aduaneiro

A AGT fez saber que vai realizar, na sexta-feira, um seminário subordinado ao tema "O Conselho Superior Técnico Aduaneiro e a garantia da justiça tributária no procedimento aduaneiro". O evento decorrerá no Auditório Abílio Gomes, do Ministério das Finanças, e vai contar com a prelecção de Carlos Maria da Silva Feijó, prestigiado professor catedrático angolano.

#### Indicadores

Dados mais recentes da AGT avançaram que, em 2020, estavam controlados um total de 320.440 contribuintes "pessoas singulares" com actividade comercial (5,6 por cento), 196.290 colectivas (3,4 por cento) e 15.316 institucionais (0,3 por cento).

Ao todo, estão cadastrados 5.737.426 contribuintes. Destes, 5.205.380 (90,7 por cento) são singulares sem actividade comercial.

Existem 47 repartições fiscais (incluindo a Repartição dos Grandes Contribuintes), 27 Postos Fiscais, 15 Delegações Aduaneiras, 15 Postos Aduaneiros e 92 Postos de Controlo. No controlo da AGT, constam 422 certificações do IVA (210 softwares certificados e 212 gráficas) e 4.265 fiscalizações efectuadas (247 internas e 1.794 externas).

## 5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Lei que institucionaliza as autarquias vai a debate

*Jornal de Angola*  
03 De Fevereiro de 2021  
Texto: Edna Dala

A proposta de Lei que institucionaliza as autarquias locais começa a ser discutida, a partir da próxima terça-feira, na Assembleia Nacional. A decisão saiu da conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, realizada ontem.

Em declarações à imprensa, o deputado do MPLA Américo Cuononoca disse esperar um debate “franco, aberto e patriótico”, por ser uma das leis com muitos elementos fracturantes.

“O MPLA sempre primou pelo consenso e busca pela unanimidade e cedências para que essa lei seja aprovada, à semelhança do que aconteceu com as restantes que já foram aprovadas no quadro do pacote legislativo autárquico”, sublinhou.

Um dos pontos de maior divergência é como serão implementadas as autarquias. O MPLA defende o gradualismo e a oposição quer que sejam realizadas nos 164 municípios.

Por seu turno, o presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Liberty Chiyaca manifestou a sua satisfação com o agendamento do debate sobre a institucionalização das autarquias locais.

O deputado saudou a iniciativa, mas reconheceu que o debate acontece muito tarde. Disse crer que o diploma seja aprovado até ao mês de Março.

Alexandre Sebastião André, da CASA-CE, lamentou o adiamento, quase sistemático até agora, da lei que institucionaliza as autarquias locais. “Vamos debater a todos os níveis para termos essa lei mãe que cria as autarquias”, afirmou.

### 5.2 Deputados aprovam regras para o processo autárquico

*Jornal de Angola*  
10 De Fevereiro de 2021  
Texto: Gabriel Bunga

Os deputados à Assembleia Nacional aprovaram, ontem, na especialidade, a Proposta de Lei do Processo Constitucional, na qual se destacam, pela primeira vez no Ordenamento Jurídico Angolano, as regras processuais para as autarquias.

A Lei do Processo Constitucional é o diploma que permite concretizar os princípios e normas constitucionais junto do Tribunal Constitucional e complementa a Lei Orgânica do Tribunal Constitucional recentemente aprovada na especialidade. Com 87 artigos, a Proposta de Lei prevê 15 espécies de processos, onde se destacam os processos relativos ao contencioso da Assembleia da Autarquia, da candidatura do presidente da Câmara e de Membros da Assembleia da Autarquia, aos órgãos do poder local, ao contencioso do registo eleitoral, ao referendo e de consulta sobre a concretização da Constituição.

A Proposta de Lei prevê ainda os processos de fiscalização preventiva, sucessiva, de omissão inconstitucional, de recurso ordinário de inconstitucionalidade, de candidatura do Presidente da República, Vice-Presidente e de Deputados, processo do contencioso do registo eleitoral e do contencioso eleitoral. O deputado da UNITA David Mendes louvou o posicionamento dos parlamentares por aprovarem a Proposta de Lei do Processo Constitucional, que contempla regras processuais relativas às eleições autárquicas.

“Até agora não existia nenhum regulamento sobre as autarquias e acho que estamos na fase final de aprovação da Lei das Autarquias, portanto era importante termos uma Lei de como se vão processar as autarquias. O mais importante nesta Lei é o procedimento que nos vai levar às autarquias”, disse.

O deputado do MPLA João Pinto considerou que os direitos fundamentais previstos na Constituição vão continuar a ser concretizados com a aprovação da Proposta da Lei do Processo Constitucional.



“Não existe, depois da Constituição, norma mais importante para garantir que um Tribunal Constitucional funcional, do ponto de vista processual, das decisões dos outros tribunais, dos actos do Estado ou da Assembleia Nacional, que esta norma ou Lei”, disse, sublinhando que os abusos aos direitos fundamentais dos cidadãos podem ser defendidos com base na Lei do Processo Constitucional.

O membro da Comissão da Reforma do Direito e da Justiça Raul Araújo, que participou da discussão e esclareceu as dúvidas dos parlamentares, garantiu que não houve grandes alterações ao diploma anterior e que se vão manter as principais linhas orientadoras.

"No fundo, há alguns aspectos que se pretendem clarificar, introduzir aspectos novos. Portanto, do ponto de vista de garantias, defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, vão manter-se os mesmos princípios”, disse, frisando que os cidadãos vão continuar a recorrer ao Tribunal Constitucional sempre que os seus direitos fundamentais forem violados, recorrendo, primeiro, à jurisdição comum.

Raul Araújo explicou aos deputados que, em matéria de referendo, só existe a fiscalização preventiva e que uma vez os cidadãos tomarem decisões por via de referendo já não se pode mais tomar nenhuma outra decisão por nenhuma instituição ou órgão. "A questão que se colocava é de saber se depois de feito o referendo se deveria ir ao Tribunal fazer nova fiscalização sucessiva, o que foi explicado é que não.

A partir do momento em que é feito o referendo há uma decisão do titular da soberania que é o povo, a decisão está tomada e mais nenhuma entidade pode alterar uma decisão dos cidadãos manifestada de forma directa num determinado sentido”, sublinhou.

O também constitucionalista disse que a Constituição, no que toca a referendos, refere que não podem ser objecto de referendo matérias constitucionais, que vem na Constituição sobre limites materiais.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 EGTI disponibiliza mais de 1.000 lotes de terrenos

*Jornal de Angola*  
10 De Fevereiro de 2021  
Texto: Pedro Peterson

Mais de mil lotes de terrenos estão disponíveis para serem comercializados, a partir deste ano, pela Empresa de Gestão de Terrenos Infraestruturados (EGTI), às empregadas domésticas e zungueiras para a construção autogerida.

Os terrenos a serem comercializados para a construção de casa própria, estão localizados nos perímetros das centralidades do Kilamba e Saquele em Luanda e nas demais províncias do país. As candidaturas serão feitas via "online", ou directamente na sede da instituição.

A informação foi prestada pelo presidente do Conselho de Administração da EGTI, Pedro Cristóvão, na conferência de imprensa realizada ontem, em Luanda, para o balanço dos trabalhos desenvolvidos no exercício económico de 2020.

O gestor disse que o programa surge em função do número de solicitações que a empresa tem recebido nos últimos anos, numa média de 150 a 300 diárias, demonstrando grande interesse por parte dos cidadãos na aquisição de terrenos para a construção de habitação, comércio e outras actividades.

Pedro Cristóvão disse ainda que a gestão e comercialização de terrenos é a melhor forma que a empresa encontrou para a materialização dos projectos definidos, tendo em conta que a EGTI não é uma instituição orçamentada. "Só para terem uma ideia, o ano passado a EGTI arrecadou 19 mil milhões de kwanzas na comercialização de terrenos e a nossa previsão é duplicar o valor com a venda de mais lotes infra-estruturados, este ano, em todo o território nacional", disse o gestor.

Adiantou que no ano transacto a empresa tinha como previsão infraestruturar cerca de 115 lotes de terrenos, dos quais 100 seriam para habitação, bem como a comercialização de terrenos a todo o país, mas a pandemia impediu a execução dos projectos.

Até final do primeiro semestre do ano em curso, segundo Pedro Cristóvão, a empresa prevê começar a

comercializar todos os terrenos infra-estruturados a nível nacional.

O foco principal da sua administração, este ano, é a infra-estruturação de lotes, mais especificamente, para a auto construção dirigida, com uma previsão de no mínimo disponibilizar cerca de 1.116 lotes. "Nestes lotes, vamos dar uma atenção especial à aquisição de terrenos para as empregadas domésticas e zungueiras porque é a franja da sociedade que tem maior dificuldade de acesso as centralidades em função da actividade que exerce", esclareceu Pedro Cristóvão.

Segundo o técnico, do estudo feito pela EGTI, viu-se que é possível encontrar espaço nas centralidades com todas as condições (água, luz, arborização e sistema de drenagem), para esta franja da sociedade para não se sentirem excluídas. Para isso, a EGTI vai trabalhar junto das organizações femininas no sentido de se definir os critérios de distribuição e os moldes de pagamento que facilitem a requisição de terrenos com os rendimentos disponíveis visto que muitas não possuem casa própria.

Disse ainda que a EGTI vai trabalhar também com as administrações provinciais para a concretização dos objectivos traçados para este ano e encontrar a melhor forma de gestão de terrenos, nos locais, onde a empresa não tem presença física.

### 6.2 “Este ano vão estar concluídas mais quatro mil habitações sociais”

*Jornal de Angola*  
12 De Fevereiro de 2021  
Texto: Ana Paulo

O director nacional de Gestão Fundiária e Habitação, Adérito Carlos Mohamed, garantiu que está em curso o processo de levantamento de casas, que a nível nacional foram abandonadas pelos seus beneficiários. Depois deste trabalho, o sector irá rever os contratos assinados para que, eventualmente, se rescindam os contratos com aqueles que as abandonaram ou nunca chegaram a ocupar as casas, que lhes foram atribuídas e atribuir-se a quem realmente tenha necessidade de aí viver.

Para quando a retoma das candidaturas públicas, para a obtenção de residências a nível das centralidades do país?

A comercialização dos projectos habitacionais construídos com fundos públicos depende da conclusão dos mesmos. E a conclusão pressupõe não

apenas o acabamento das infra-estruturas internas, como também a conclusão de infra-estruturas externas, para que se salvguarde o bem-estar dos futuros habitantes. Desta forma, para este ano de 2021, temos em vista a conclusão da co-mercionalização da Centralidade do Capari, no Bengo, Caála no Huambo, Km 44 e Zango 5, em Luanda, 5 de Abril e Praia Amélia no Namibe. Ou seja, mais de 10 mil famílias com destaque para os jovens poderão beneficiar pela primeira vez de habitação construída com fundos públicos, observando o Regime Geral de Acesso às Habitações Construídas com Fundos Públicos. Em Paralelo, o Estado angolano tem realizado acções de realojamentos em várias províncias do país, em socorro de sinistrados de calamidades naturais, auxílio dos mais necessitados dentro das obrigações sociais do Estado ou por questões de expropriação por utilidade pública. Neste sentido, para 2021, estão previstas a conclusão de mais de quatro mil habitações sociais para atender populações já identificadas e cadastradas que se encontram em zonas de alto risco e vulnerabilidade.

A classe jovem coloca em causa o actual processo de venda de residências, alegando falta de transparência e defende o regresso do processo de venda presencial, como o mais claro e transparente. O que têm a dizer sobre a questão?

Como acima ressaltamos, o acesso às habitações é regido por um diploma que fixa o Regime Geral das Habitações Construídas com Fundos Públicos. É neste diploma onde se define o procedimento ou o regime para o acesso, quer seja sorteio, quer seja atribuição, dependendo uma e outra do critério da prioridade estabelecida pela entidade responsável pela execução da política habitacional ou de serem os cidadãos ou concorrentes submetidos a um concurso electrónico definido por aquela mesma entidade. É ainda naquele diploma que se define 20 por cento da quota dos projectos habitacionais construídos com fundos públicos para os jovens. Da avaliação feita do resultado dos anteriores processos presenciais, constatamos que existia muita burla entre cidadãos e pessoas que faziam do tráfico de influência como sendo o caminho para o enriquecimento sem causa.

Muitas das residências já atribuídas pelo Estado ainda continuam desocupadas e outras abandonadas pelos beneficiários há mais de cinco anos. Que estratégias estão a ser gizadas para pôr cobro a este tipo de situação?

Está em curso o processo de levantamento de casas que a nível nacional foram abandonadas pelos seus beneficiários. Depois deste trabalho, certamente, iremos rever os contratos assinados para que se rescindam os contratos com aqueles que as

abandonaram ou nunca chegaram a ocupar as casas que lhes foram atribuídas e se atribuir a quem realmente tenha necessidade de aí viver. A prioridade nos próximos tempos, será atribuir habitação a quem realmente viva na circunscrição administrativa onde o projecto foi erguido para evitarmos, a título de exemplo, que cidadãos residentes em Luanda sem razões aceitáveis concorram no Huambo e vice-versa.

No geral, quantas centralidades o Governo pretende construir e deste número quantas já foram construídas e quantas estão em curso?

No âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, foram iniciadas obras para a construção de 35 centralidades em todo o país, das quais 23 foram concluídas com 88.924 habitações e 12 centralidades e urbanizações por concluir com 19.746 habitações, contabilizando no total 108.670 habitações nas centralidades. O Programa Nacional do Urbanismo e Habitação incluiu o subprograma de construção de 200 fogos em 130 municípios, onde estavam previstas 26 mil habitações sociais. No entanto, por razões de ordem financeira, foram concluídas 11.477 habitações estando 14.523 ainda por concluir tão logo estejam reunidas as condições para o efeito. Pensamos ser igualmente importante referir que além das habitações construídas no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, foram construídos projectos habitacionais com recurso a fundos públicos, através dos diferentes órgãos da administração directa e indirecta do Estado, cooperativas, fundos de pensões, associações de direito público, parcerias público-privada, ou ainda feita aquisição de habitações de entidades privadas por meio de acordos específicos. E, por este facto, está em curso o levantamento destes projectos para balanço do parque habitacional. Quais são as perspectivas para o sector?

A perspectiva do sector é construir mais e melhor, procurando garantir a todos os cidadãos o direito constitucional à habitação adequada e à qualidade de vida. Um dos nossos maiores desafios neste momento é, na diversidade e constrangimentos criados pela recessão económica e financeira mundial, assim como pela COVID-19, atingir os objectivos definidos no Plano de Desenvolvimento Nacional promovendo, de forma participativa, terrenos infraestruturados para responder aos desafios da política habitacional do Estado.

O processo de trespasse é legal? Se não, que medidas estão a ser gizadas para a resolução do mesmo e que penalizações são atribuídas àqueles infractores que insistem em continuar com este processo?

Se a pergunta que nos foi formulada tem em vista a sinonímia entre trespasse e transmissão ilegal dos imóveis ou habitações, o Minopot entende que uma habitação sujeita à modalidade de propriedade resolúvel, ou arrendamento urbano, não deve ser transmitida nem onerada, enquanto a titularidade da mesma não for plenamente transferida para a esfera jurídica do cidadão. Ora, só o proprietário, enquanto titular do bem (habitação) tem o direito de o transmitir. O direito de transmitir definitivamente uma habitação não é reconhecido ao possuidor do bem mas, tão-somente, ao seu proprietário, porquanto se o possuidor transmite uma habitação sem que seja titular, cai no regime da venda dos bens alheios, cuja consequência imediata é a nulidade do contrato.

Em termos estatísticos, a Direcção Nacional de Gestão Fundiária e Habitação, tem o controlo do número de apartamentos comercializados por sistema trespasse?

O fenómeno do trespasse nas centralidades é quase que diário e resulta fundamentalmente das tentativas das pessoas em ver resolvidas de forma oportunista, necessidades quotidianas fazendo negócio com propriedades alheias, no caso, do Estado. A Direcção Nacional de Gestão Fundiária e Habitação tem recebido regularmente informações em sede desta matéria, quer aquelas que foram objecto de comercialização, a nível das modalidades de arrendamento, propriedade resolúvel, pronto pagamento, pagamento parcial, quer aquelas que foram objecto de atribuição gratuita, quer ainda de todas as habitações que ainda, por razões de várias ordens, não estão em posse dos seus destinatários finais, ou seja, à população.

Qual é a centralidade que mais viveu este fenómeno?

A centralidade que mais vivencia a problemática de trespasse, transmissão dos imóveis é a Centralidade do Kilamba, quer a nível do subarrendamento, quer de transmissão de propriedade.

Há elementos detidos que praticam tais actos?

O trespasse constitui um ilícito civil, cuja consequência imediata é a nulidade do acto ou do negócio praticado que nem sequer vincula o dono do imóvel. Quem faz o trespasse deve assumir os riscos disso decorrente que em muitos casos desemboca em burla por defraudação. No âmbito das suas competências, o Serviço de Investigação Criminal (SIC) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) têm desempenhado, com dedicação, o seu papel na inibição desta desaconselhável prática.

Perfil

Adérito Adelino João Carlos Mohamed, natural de Luanda, mestre em Ciências Jurídicas Económicas e Desenvolvimento, pós graduado em Administração e Gestão Pública, licenciado em Direito e em Gestão Pública e Desenvolvimento, é actualmente o Director Nacional de Gestão Fundiária e Habitação do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, departamento ministerial do Executivo, que tem por missão propor a formulação, conduzir, executar e controlar a política do Executivo nos domínios do ordenamento do território e habitação

Desde o período de 1992, Adérito Adelino João Carlos Mohamed ocupou vários cargos de destaque no Governo, dentre eles, como director geral do Instituto Nacional de Habitação, director adjunto do gabinete da Ministra do Ordenamento do Território e Habitação, consultor do Gabinete do Secretário de Estado para a Habitação, director do gabinete de Intercâmbio, cooperação internacional do Ministério da Construção, entre outros.

### 6.3 Retoma da venda de habitações será anunciada oportunamente

*Jornal de Angola*

*16 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Paulo Mulazô*

O Fundo de Fomento Habitacional (FFH) informa que a comercialização de casas dos Projectos Habitacionais do Estado (PHE), nas centralidades da Vida Pacífica (Zona III), Zango Zero e Zango 5, será anunciada oportunamente e feita de acordo com o Decreto Presidencial nº 278/20, de 26 de Outubro.

Num comunicado de imprensa, divulgado domingo pela Angop, o FFH desmente, mais uma vez, notícias em circulação nas redes sociais sobre o recomeço da comercialização de moradias nesses projectos, salientando ser um documento falso.

"Logo que haja condições para o início desse processo, o Executivo, através do seu órgão que superintende a política da habitação, dará a conhecer tal facto por via dos órgãos de comunicação social e das suas páginas nas redes sociais", adianta o documento, alertando para a existência de criminosos habituados a enganar cidadãos menos avisados.

Neste sentido, o Fundo de Fomento Habitacional pede a quem se deparar com pessoas envolvidas na elaboração de falsos comunicados para informar às autoridades policiais e ao próprio FFH, para que o

prevaricador ou prevaricadores possam ser responsabilizados.

#### Modalidades e preços

Em Dezembro de 2020, em Decreto Executivo conjunto, os ministérios das Finanças, das Obras Públicas e do Ordenamento do Território publicaram a tabela de preços de venda das habitações, construídas com fundos públicos, em diversas regiões do país, sobretudo onde o Executivo não chegou a fixar preços.

A regra, publicada em Diário da República, é aplicada a contratos a celebrar a partir da publicação do diploma e os mesmos são sujeitos à actualização. Nos casos em que a habitação é adquirida na modalidade renda resolúvel, o prazo de pagamento é de até 30 anos.

O preço inclui a taxa de juros sobre a parcela financeira de 3%, o que eleva o custo fixado na tabela de preços, que varia entre os quatro milhões e 980 mil kwanzas para a tipologia T3, sem elevadores (Centralidade do Capari), e os 23 milhões e 26 mil kwanzas, neste caso para as T4 (Centralidade Vida Pacífica).

Num conjunto de 22 centralidades com imóveis de tipologias diversas, residências térreas e duplex, muitas delas recém-concluídas, a lista não inclui as centralidades do Kilamba e Sequele, pelo facto de estarem já todas ocupadas ou vendidas, por via da renda resolúvel e algumas a pronto pagamento.

Com fundos públicos, o Executivo construiu, em Angola, 24 centralidades de tipologia diversa, em várias regiões das 18 províncias. As receitas dos apartamentos a serem arrendados vão para a Conta Única do Tesouro Nacional.

## 6.4 Centralidades devem 175 mil milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*

*17 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Ana Paulo*

Cerca de 57 mil (64 por cento) do total de 88.924 habitações já construídas pelo Estado em 23 centralidades implantadas pelo país estão, neste momento, em situação de dívida com o Fundo de Fomento de Habitação, num valor estimado equivalente a 2,5 mil milhões de dólares (175 mil milhões de kwanzas ao câmbio de 70,00).

Segundo o director Nacional de Gestão Fundiária e Habitação do Ministério das Obras Públicas e

Ordenamento do Território, Adérito Carlos Mohamed, em breve, vai dar-se início a campanha de sensibilização para o pagamento voluntário das dívidas ao que se seguirá outra já coerciva, dependendo do grau de adesão dos ocupantes das habitações nas distintas centralidades.

Em entrevista à Angop, sublinhou que, dentre os projectos com peso na balança das dívidas, está a Centralidade do Kilamba, em Luanda, daí que se dará início, em breve, a uma campanha de sensibilização, a cargo do Fundo de Fomento de Habitação, adiantou Adérito Carlos Mohamed.

"Neste momento, se analisarmos a dívida no sentido das obrigações contratuais com os prestadores de serviço versus possuidores dos imóveis do Estado, veremos que não têm honrado com os pagamentos devidos ao Fundo de Fomento Habitacional e ao Instituto Nacional de Habitação", ressaltou.

Lembrou que no âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, foram iniciadas obras para a construção de 35 centralidades em todo o país, das quais 23 foram concluídas com 88.924 habitações e estão 12 centralidades e urbanizações por concluir, num total de 19.746 habitações. O programa prevê disponibilizar ao todo 108.670 habitações nas centralidades.

Adérito Carlos Mohamed lembra, por outro lado, que o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação incluiu o subprograma de construção de 200 fogos em 130 municípios. Neste, estavam previstos 26 mil habitações sociais, mas, por razões de ordem financeira, foram concluídas até aqui apenas 11.477 habitações. Em fase de conclusão estão 14.523, dependentes da evolução da situação financeira do promotor.

Na entrevista que concedeu ao Jornal de Angola, o gestor público disse ser, igualmente, importante referir que além das habitações construídas no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, foram construídos projectos habitacionais com recurso a fundos públicos. Estas iniciativas foram desenvolvidas através dos diferentes órgãos da administração directa e indirecta do Estado, designadamente cooperativas, fundos de pensões, associações de direito público, parcerias público privadas ou ainda feita aquisição de habitações em entidades privadas por meio de acordos específicos.

Por esta razão, está em curso o levantamento destes projectos para o necessário balanço do actual parque habitacional.

"A comercialização dos projectos habitacionais construídos com fundos públicos depende da conclusão dos mesmos. É a conclusão pressupõe não apenas o acabamento das infra-estruturas internas, mas também a conclusão de infra-estruturas externas, para que se salvguarde o bem-estar dos futuros habitantes", disse.

Para este ano, explicou, está em vista a conclusão da comercialização da Centralidade do Capari, no Bengo; Caála, no Huambo; Km 44 e Zango 5, em Luanda e as 5 de Abril e Praia Amélia, no Namibe. Ou seja, mais de 10 mil famílias com destaque para os jovens poderão beneficiar pela primeira vez de habitação construída com fundos públicos, observando o Regime Geral de Acesso às Habitações Construídas com Fundos Públicos.

De acordo com Carlos Mohamed, em paralelo, o Estado realiza acções de realojamento em várias províncias do país, em socorro de sinistrados de calamidades naturais, auxílio dos mais necessitados, dentro das obrigações sociais do Estado ou por questões de expropriação por utilidade públicas

## 6.5 Distrito Urbano do Zango com novo condomínio

*Jornal de Angola*  
17 De Fevereiro de 2021  
Texto: João Paulo

O condomínio "Aida Cristina" vai dar outra imagem ao Distrito Urbano do Zango, em Luanda, e aumentar a qualidade de vida dos moradores e residentes nos arredores, que vão beneficiar de vários serviços disponíveis na localidade, segundo o administrador municipal de Viana, Fernando Manuel.

Construído no Zango 3, numa área de 11 hectares, com 307 residências, entre vivendas e apartamentos de tipologia T3, T4 e T5, o condomínio vai ter um hospital, em fase de acabamento, e uma escola que vai leccionar desde o ensino primário ao universitário. Está igualmente previsto um shopping de seis andares.

Para o administrador de Viana, iniciativas como esta devem ser aplaudidas, porque ajudam a criar mais postos de trabalho.

"Esperamos que mais empresários invistam na região, para engrandecer o nosso país", frisou o administrador de Viana, durante a apresentação do empreendimento, no sábado.

O projecto, promovido pela empresa Afritrack-Angola, tem a parceria do Banco BIC, que pode disponibilizar crédito aos candidatos interessados, para ser reembolsado em 30 anos.

Segundo a directora executiva da Afritrack-Angola, Sabena Yohanes, os moradores do condomínio

"Aida Cristina" e os que vivem nos arredores deixarão de percorrer vários quilómetros à procura de serviços de saúde, porque haverá um hospital com todos os serviços.

Ao lado do hospital, segundo a responsável do projecto, estará o maior shopping de Angola, com seis andares, para atender os interesses e necessidades dos moradores e dos munícipes de Viana. O novo centro comercial terá três salas amplas de cinema, lojas com vários serviços, espaços para rede bancária e supermercados.

## 6.6 Moradores das centralidades devem 308 mil milhões de kz ao Estado

*Jornal Expansão*  
19 De Fevereiro de 2021  
Texto: Faustino Diogo

Os cidadãos que adquiriram habitações nas centralidades, no regime de propriedade resolúvel, devem ao Estado pelo menos 308 mil milhões Kz, segundo o director nacional de Gestão Fundiária e Habitação do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Adérito Mohamed.

De acordo com o responsável, processo de apuramento da dívida ainda não está concluído. "A dívida dos cidadãos ao Estado ainda não está consolidada. É na ordem dos <108 mil milhões Kz. Estamos a falar de mais ou menos 450 milhões USD", disse Adérito Mohamed.

A centralidade' do Kilamba é responsável por 80% do valor da dívida já apurada. "No Kilamba, temos um incumprimento das obrigações contratuais na ordem dos 80%", explicou o director nacional de Gestão Fundiária e Habitação.

O Expansão apurou que entre os grupos dos maiores devedores os funcionários públicos lideram e são os principais beneficiados do Programa Nacional da Habitação.

"A maioria das habitações pertence a funcionários públicos que têm sido contemplados pelas suas instituições. Sem medo de errar, posso afirmar que mais de metade da dívida é destes trabalhadores", acrescentou a fonte.

"O problema está na forma de pagamento. O valor da prestação mensal destes funcionários não é debitado directamente dos salários. É com base numa instrução que dão aos bancos e isso não tem funcionado", concluiu.

No entanto, para reduzir o nível de incumprimento, as autoridades aumentaram o tempo de pagamento das casas para 30 anos, ou seja, para 360 mensalidades, uniformizando assim uma solução que já era usada, mas que não contemplava todos os cidadãos que adquiriram casas nas centralidades no regime de propriedade resolúvel.

Todos os beneficiários das centralidades podem agora alterar os seus contratos e optar por estender o tempo de pagamento. Esta alteração irá permitir baixar o valor da prestação mensal, atenuando o peso no orçamento familiar,

"Esta medida visa facilitar a vida a todos os beneficiários com contrato promessa de compra e venda na modalidade de propriedade resolúvel que têm assim a vantagem de ver uma redução nas suas prestações e, com isso, ajustar a sua taxa de esforço às actuais condições sociais e económicas do país", avançou, em comunicado, o Ministério das Finanças.

O Decreto Presidencial nº 278/20 de 26 de Outubro, que define o regime geral de acesso às habitações construídas com os fundos públicos, mantém os funcionários públicos como os principais beneficiários das habitações das centralidades, cabendo a esta franja da sociedade 30% dos imóveis em todos os projectos habitacionais que forem construídos com dinheiros públicos. À juventude ficam reservados 20%, o público em geral tem acesso a 15% e empresas do sector público e privado ficam também com 15%.

Para a reserva de emergência, que será gerida pelo Fundo de Fomento Habitacional, estão previstos 10%. Os antigos combatentes e veteranos da pátria e as pessoas com deficiência ficam, cada, com 5% das habitações construídas com os fundos públicos.

O diploma define também duas modalidades de acesso. Uma por sorteio e outra por atribuição, que contemplará os cidadãos que se inscreverem em determinado processo, sendo escolhidos segundo critérios de prioridade, estabelecidos pela entidade

pública responsável pela execução da política habitacional.

Conta Única do Tesouro substitui Fundo de Fomento

Os pagamentos das habitações construídas com fundos públicos vão 'passar a ser feitos para a Conta Única do Tesouro (CUT), através da Referência Única de Pagamento ao Estado (RUPE), substituindo assim o Fundo de Fomento Habitacional (FFH) que até então arrecadava os valores vindos das centralidades, segundo o Decreto Executivo Conjunto nº 364/20 dos ministérios das Finanças e Obras Públicas e Ordenamento do Território.

"A ideia é que instituições como o FFH ou o Instituto Nacional da Habitação deixem de ter contas nos bancos comerciais e passem a receber verbas pelo Ministério das Finanças", disse fonte ao Expansão.

Com esta medida o FFH deixa de ser o "guardião" dos pagamentos das casas construídas com dinheiros públicos, apesar de manter a responsabilidade da sua comercialização.

## 6.7 Imposto Predial arrecada 43 mil milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*  
22 De Fevereiro de 2021

A arrecadação do Imposto Predial (IP) para os cofres do Estado atingiu, em 2020, 43,9 mil milhões de kwanzas, o que representa um crescimento de 6,0 por cento face ao arrecadado em 2019, em que se calculou um tributo avaliado em 41,2 mil milhões de kwanzas.

Os dados constam de um relatório de balanço do Imposto Predial (IP), que aponta uma receita do Imposto Predial sobre a Renda, na ordem dos 33,9 mil milhões de kwanzas, tendo o Imposto Predial sobre o Património situado em 99 mil milhões. O crescimento do Imposto Predial (IP) em 2020, face a 2019, deve-se ao bom desempenho do Imposto de Renda, que cresceu 12,5 por cento e o Imposto Predial sobre o Património, por sua vez decresceu 10,2 por cento face a 2019.

A receita arrecadada, à luz do Imposto Predial em 2020, esteve 17 por cento abaixo do Orçamento Geral do Estado (OGE) Revisto de 2020. A performance verificada deve-se ao desempenho das duas componentes do Imposto Predial, Renda e Património.

## Evolução mensal

A receita do IP teve a sua maior arrecadação em Janeiro, atingindo 76 mil milhões de kwanzas, 12 por cento superior ao período homólogo de 2019.

Em 2020, o valor médio do Imposto Predial sobre a Renda foi de 28 mil milhões de kwanzas, tendo registado o seu valor máximo em Dezembro

A quantidade de contribuintes que pagaram o Imposto Predial sobre Património no ano de 2020 é inferior em 218 por cento face à quantidade registada em 2019. Para o Imposto de Renda observou-se, no mesmo ano, uma diminuição de 12,5 por cento, face a igual período de 2012.

Apesar da redução do número de contribuintes que pagaram o Imposto Predial em 2020, houve novos contribuintes que pagaram pela primeira vez, ou seja, muitos dos que já têm pago o tributo, não pagaram, e outros que não pagavam passaram a pagar. Quanto ao Imposto Predial sobre a Renda o fenómeno é idêntico, contudo, não podemos aferir se os que deixaram de pagar deveriam continuar a pagar, pois, a Administração Geral Tributária não possui, ainda, um sistema que regista os contratos de renda.

## Pagamento por província

A província de Luanda, enquanto principal centro urbano do país, teve a maior arrecadação do Imposto Predial, cerca de 41,9 mil milhões de kwanzas o que representa cerca de 95,4 por cento do total arrecadado. Benguela é a segunda maior arrecadação com 1,9 do total e Huíla com 0,7 do total arrecadado. Já Lunda-Norte e Cunene apresentam as maiores taxas de crescimento face a 2019. As províncias do Uíge e Malanje apresentam as maiores reduções na arrecadação do Imposto Predial face a 2019, menos 92 e 53 por cento, respectivamente.

O Imposto Predial tem apresentado um crescimento positivo ao longo dos últimos anos. De 2017 a 2020, apresenta um crescimento médio de 11,8 por cento. De 2018 a 2019, o Imposto Predial cresceu 216 por cento. Em 2020 a tendência manteve-se, apesar do abrandamento no crescimento, onde apenas ascendeu 6,4 por cento face a 2019.

## 6.8 Imposto predial cresce 62% com adesão ao portal do contribuinte

*Jornal O PAÍS*

*22 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Patrícia de Oliveira*

O jornal OPAIS ouviu o fiscalista Francisco Silvestre que acredita ser um ganho o crescimento de adesão ao portal do contribuinte, ressaltando que os investimentos, em termos de tecnologias, devem ser constantes, porque ainda se deparam imensas debilidades.

“É interessante poder ter alternativa para fazer o pagamento do Imposto Predial, porque as pessoas estavam asfixiadas de terem de cumprir filas de espera para liquidarem a dívida. Por outro lado, há reclamação de contribuintes que só após três horas conseguem entrar na plataforma, porque muitas vezes o sistema está muito baixo ou então se deparam com congestionamento”, disse.

O fiscalista referiu que, apesar do crescimento registado no uso dados através do imposto predial ainda é insuficiente para os cofres do Estado.

De acordo com o boletim da AGT, em 2020, o portal do contribuinte verificou um aumento no número de utilizadores que acederam à ferramenta para efectuar o pagamento do imposto predial (IP). De acordo com o boletim, o aumento na preferência da plataforma digital é cada vez mais evidente, com as operações realizadas no mês de Outubro a Dezembro do ano passado, que arrecadou 30.655.586.927 de kwanzas, contra 18.827.318 de kwanzas em 2019. Ainda em 2020, a central de apoio ao contribuinte registou um pagamento de imposto predial na ordem dos 246.939.745 de kwanzas. Mais de oito mil e 500 contribuintes liquidaram e pagaram impostos através de instruções recebidas via telefone, de Janeiro a Abril um total de 17 mil e 108 chamadas atendidas. A CAC recebe em média cerca de 300 mensagens de correio electrónico por mês

Lembrar que, na referida plataforma, o contribuinte pode realizar diversas operações inerentes ao sistema fiscal, por via da consulta e alteração de dados de cadastro emissão do comprovativo do NIF, bem como outros serviços.



O portal, igualmente, permite ao contribuinte liquidar impostos, consultar liquidações, pagamentos, conta corrente, preencher, e submeter as declarações relativas ao imposto mais variado. A ferramenta funciona como verdadeira Repartição Fiscal Virtual, pretende-se disponibilizar de forma gradual, um maior número de operações electrónicas, de modo a facilitar os contribuintes no acesso a diversos serviços tributários, de forma rápida, simples e cómoda

#### Repartições Fiscais

Por outro lado, os sinais da justiça fiscal para os detentores de imóveis, em todo o país, começaram a ser notados no mês de Janeiro do corrente ano, quando estes ocorrem às Repartições Fiscais para liquidarem as prestações anuais do imposto predial IP.

Na primeira Repartição Fiscal de Luanda, por exemplo, o cenário de filas indianas terminavam à beira da estrada. Eram visíveis desde as primeiras horas de Segunda-feira, dia 1 de Janeiro. Todos queriam pagar o IP, os contidos um a um, para efectuarem o referido pagamento.

Frase: “é interessante poder ter alternativa para fazer o pagamento do Imposto Predial, porque as pessoas estavam asfixiadas de terem de cumprir filas de espera para liquidarem a dívida.

## 7. TERRA

### 7.1 EGTI disponibiliza mais de 1.000 lotes de terrenos

*Jornal de Angola*

*10 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Pedro Peterson*

Mais de mil lotes de terrenos estão disponíveis para serem comercializados, a partir deste ano, pela Empresa de Gestão de Terrenos Infraestruturados (EGTI), às empregadas domésticas e zungueiras para a construção autodirigida.

Os terrenos a serem comercializados para a construção de casa própria, estão localizados nos perímetros das centralidades do Kilamba e Saquele em Luanda e nas demais províncias do país. As candidaturas serão feitas via "online", ou directamente na sede da instituição.

A informação foi prestada pelo presidente do Conselho de Administração da EGTI, Pedro Cristóvão, na conferência de imprensa realizada ontem, em Luanda, para o balanço dos trabalhos desenvolvidos no exercício económico de 2020.

O gestor disse que o programa surge em função do número de solicitações que a empresa tem recebido nos últimos anos, numa média de 150 a 300 diárias, demonstrando grande interesse por parte dos cidadãos na aquisição de terrenos para a construção de habitação, comércio e outras actividades.

Pedro Cristóvão disse ainda que a gestão e comercialização de terrenos é a melhor forma que a empresa encontrou para a materialização dos projectos definidos, tendo em conta que a EGTI não é uma instituição orçamentada. "Só para terem uma ideia, o ano passado a EGTI arrecadou 19 mil milhões de kwanzas na comercialização de terrenos e a nossa previsão é duplicar o valor com a venda de mais lotes infra-estruturados, este ano, em todo o território nacional", disse o gestor.

Adiantou que no ano transacto a empresa tinha como previsão infraestruturar cerca de 115 lotes de terrenos, dos quais 100 seriam para habitação, bem como a comercialização de terrenos a todo o país, mas a pandemia impediu a execução dos projectos.

Até final do primeiro se-mestre do ano em curso, segundo Pedro Cristóvão, a empresa prevê começar a

comercializar todos os terrenos infra-estruturados a nível nacional.

O foco principal da sua administração, este ano, é a infra-estruturação de lotes, mais especificamente, para a auto construção dirigida, com uma previsão de no mínimo disponibilizar cerca de 1.116 lotes. "Nestes lotes, vamos dar uma atenção especial à aquisição de terrenos para as empregadas domésticas e zungueiras porque é a franja da sociedade que tem maior dificuldade de acesso as centralidades em função da actividade que exerce", esclareceu Pedro Cristóvão.

Segundo o técnico, do estudo feito pela EGTI, viu-se que é possível encontrar espaço nas centralidades com todas as condições (água, luz, arborização e sistema de drenagem), para esta franja da sociedade para não se sentirem excluídas. Para isso, a EGTI vai trabalhar junto das organizações femininas no sentido de se definir os critérios de distribuição e os moldes de pagamento que facilitem a requisição de terrenos com os rendimentos disponíveis visto que muitas não possuem casa própria.

Disse ainda que a EGTI vai trabalhar também com as administrações provinciais para a concretização dos objectivos traçados para este ano e encontrar a melhor forma de gestão de terrenos, nos locais, onde a empresa não tem presença física.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Lixo toma conta da centralidade do Km 44

*Jornal O PAÍS*

*02 De Fevereiro de 2021*

Estimado coordenador do Jornal O PAÍS, aceite, por favor, os meus melhores cumprimentos!

É uma honra escrever ao vosso jornal para apresentar uma situação que me preocupa bastante.

A forma como se têm surgido amontoados de lixo na centralidade do Km 44 tem deixado os moradores insatisfeitos. Os pouquíssimos contentores presentes em alguns blocos têm-se tornado insuficientes para tomar conta da situação.

Este facto agravou-se porque, ultimamente, a centralidade tem observado o surgimento de novos moradores, sobretudo nos blocos antes fechados, o que também obrigaria o aumento de contentores e o intensificar das periodicidades da empresa que trata de recolha de lixo.

Os amontoados têm tomado conta das bermas da centralidade, retirando a boa imagem que este projecto habitacional tinha.

De modo a evitar o pior cenário, alguns responsáveis de blocos têm promovido campanhas, uma vez mês, para tratarem da questão do saneamento, mas, ainda assim, esta actividade é insuficiente.

Pede-se a quem de direito para tratar do problema do lixo que tem provocado cheiro desagradável, surgimento de moscas e outros insectos na centralidade.

Nelson Buila Francico

### 8.2 Moradores vão pagar pela recolha do lixo

*Jornal de Angola*

*03 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Kilsia Ferreira*

Os moradores e os proprietários de diversos imóveis no município de Cacuaco vão assumir os custos de recolha dos resíduos sólidos naquela circunscrição, pagando às empresas prestadoras de serviço entre 25 e 200 kwanzas.

A informação consta do “Novo Modelo de Recolha de Resíduos Sólidos”, apresentado pelo administrador municipal de Cacuaco, Auzílio Jacob, numa reunião com os administradores dos distritos e presidentes das comissões de moradores dos bairros do município.

O administrador avançou que, em cada residência das áreas urbanizadas, como é o caso da centralidade do Sequele, serão cobrados 350 kwanzas por semana. Nas zonas semi-padronizadas, como os bairros Cacuaco Sede (vila), Eco-Campo, Caop Nova, Complexo e Campo Cuba, deverão ser pagos 200 kwanzas. As zonas três, cujas malhas urbanísticas estão desorganizadas, como o Bairro dos Imbondeiros e Rua da Conduta, pagarão 150 kwanzas.

Os estabelecimentos comerciais, restaurantes, hospitais e centros médicos farão uma contribuição financeira de 12, 14 e 18 mil kwanzas, dependendo da dimensão e quantidade de lixo produzido. Para as fábricas são 25 mil.

Auzílio Jacob sublinhou que o “Novo Modelo de Recolha de Resíduos Sólidos” entra em vigor logo que forem celebrados os contratos entre as empresas e os proprietários dos imóveis, representados pelas comissões de moradores, após aceitação dos termos e condições.

### 8.3 Lixo II

*Jornal o País*

*03 De Fevereiro de 2021*

Depois de ontem termos abordado, neste espaço, a questão do lixo e a necessidade de implementação de um novo modelo de limpeza para a capital do país, surgiram informações de que somente no próximo mês de Março será realizado um novo concurso para se encontrar as operadas que ficarão com este nicho. Importa recordar que Luanda se encontra, nos últimos dias, apinhada de lixo, apesar de algumas acções paliativas para se atenuar a situação. Há dias, num percurso entre a Marginal de Luanda, passando pela Rua Ndunduma, antigo Roque Santeiro, Refinaria de Luanda, Cacuaco, Via Expressa e arredores do Hospital do Kapalanga, foi possível divisar o estado degradante em que se encontra parte da província. Entretanto, não se trata de algo imprevisível. Aliás, desde que se avançou, em Dezembro do ano transacto, através da governadora Joana Lina, que se iriam alterar os contratos existentes com as operadoras que detêm a maior fatia do negócio do lixo, a prudência recomendaria que

existisse um plano alternativo para a província, sobretudo pelo facto de as mudanças terem sido projectadas para um período em que há mais produção de lixo.

Ao surgirem informações sobre um provável concurso para se encontrar novas em- presas ou realizar novos contratos apenas em Março, isto é, cerca de três meses depois do término dos contratos, o lixo existente poderá onerar ainda mais as contas do Esta- do por causa das consequências que produz. O que se teme, por estes dias, é que, enquanto do outro lado muitos oram constantemente para que São Pedro abra as torneiras, noutros bairros da capital há quem esteja a amarrar. Caso caia, este período de espera poderá transformar-se num autêntico tormento para os profissionais de saúde que, diariamente, acodem centenas de pessoas nos hospitais.

Embora a Covid-19 seja uma grande ame- aça, entre nós, a nossa realidade tem-nos mostrado que existem outras patologias, algumas delas com fortes ligações à água e ao lixo, que acabam por criar mais estragos, vitimando centenas de pessoas. Não é em vão que a malária ainda seja a campeã dos campeões.

## 8.4 Um “plano B” para o lixo

*Jornal de Angola*  
05 De Fevereiro de 2021

Diz o ditado popular que “o lugar do lixo é no lixo”, uma alusão clara sobre os procedimentos que envolvem lidar com o lixo a partir de casa, ao dispor nos lugares apropriados na rua, a recolha, gestão e o tratamento por parte das operadoras de limpeza.

De tempos em tempos, quando sucede, pelas mais variadas razões, a retirada das licenças às operadoras de limpeza ocorre sempre o mais imediato, reprovável e inaceitável dos cenários: amontoados de lixo pelas ruas da cidade, entre o casco urbano e a periferia. Essa realidade devia levar a quem tem o poder de decisão, a nível do Governo Provincial, entre os vários que se sucederam até ao actual, a repensar em alternativas antes de retirar as licenças às operadoras, independentemente das razões que estejam por detrás deste passo. Não é compreensível que o Governo da Província de Luanda não tenha um “plano B” para lidar com o período que iria desde a retirada das licenças, que significaria a ausência das operadoras das ruas a remover o lixo, à reposição ou contratação de outros intervenientes.

Hoje, a cidade de Luanda transformou-se numa “lixreira a céu aberto”, na medida em que os poucos contentores que se encontravam em algumas artérias

acabaram por ser removidos pelas operadoras, que viram as suas licenças retiradas. Por isso é que falamos da necessidade, anterior ao estado actual de coisas, da existência de um “plano B” para lidar com a presente situação, nem que para isso fosse preciso se recorrer ao procedimento legal da Requisição Civil, com os meios que a unidade técnica da província dispõe.

Não sabemos quanto tempo mais vai levar o actual quadro que, independentemente das razões objectivas que possam estar por detrás da actual situação, apenas vai acabar por agravar o já preocupante défice de saneamento básico. Quaisquer que sejam as razões do actual estado de coisas relacionadas com o trabalho das operadoras, com os contratos, com as licenças, que obviamente não cabem aqui neste espaço, poucas são mais do que óbvias, nomeadamente a necessidade urgente de se remover o lixo das ruas de Luanda.

Afinal de contas, vivemos tempos em que a perspectiva de se combater algumas doenças, entre elas o paludismo, a Covid-19, não coaduna com a existência de largas quantidades de lixo que prevalecem nas ruas. A remoção do lixo das ruas não pode esperar, sob pena de vermos a agudizar-se os níveis de vulnerabilidade às doenças.

Urge repor a normalidade no que à gestão e recolha dos resíduos sólidos em Luanda diz respeito, numa província que, segundo algumas estimativas avançadas no ano passado pelo então Ministério do Ambiente, produzia seis mil toneladas de lixo diariamente. Obviamente, hoje os referidos números podem estar acima dos registados no ano passado, razão pela qual faz todo o sentido que as entidades competentes acelerem o processo de licenciamento de novas operadoras, para que a capital do país não continue como uma espécie de “lixreira a céu aberto”, como sucede durante estes dias.

## 8.5 Sociedade é chamada a valorizar os resíduos sólidos a valorizar os resíduos sólidos

*Jornal O PAÍS*  
11 De Fevereiro de 2021  
Texto: Stela Cambamba

Nuno Cruz é de opinião que todas as superfícies comerciais, e não só, deveriam ter um plano próprio de gestão de resíduos e a sociedade deve aprender a valorizar os resíduos.

Disse acreditar que a solução não passa apenas pela extinção de contratos com as empresas de recolha,

mas sim a elaboração de novos concursos públicos e adopção de novos modelos.

Deve-se caminhar para uma verdadeira valorização dos resíduos, pois “se cada um souber que as latas que coloco no contentor comum, o quilo custa 600 kz, de certeza que não querará perder este dinheiro, e sim conservar e vender. Se me aperceber que os resíduos orgânicos, por exemplo, a casca da banana, ovo, cebola ou seja dos legumes e frutas, servem para produzir fertilizantes caseiros e posteriormente os comercializar, de certeza que não iríamos desperdiçar”, disse.

Com a valorização dos resíduos sólidos há crescimento, segundo o entrevistado, inclusive para a área do empreendedorismo, porque a população poderá fazer negócio e o que irá apen- as ao contentor de lixo serão os restos de comida.

Entretanto, o mentor do pro- jecto “meu resíduo minha responsabilidade” lembrou que o mesmo visa sensibilizar e consciencializar os vários actores da sociedade sobre a gestão dos resíduos produzidos por si, que passa em colocar nos locais apropriados, separar a partir de casa, e depositar o que não é necessário nos contentores comuns.

O que for possível ser reaproveitado é separado e entregue aos catadores de lixo (trabalhadores que muitas vezes são marginalizados ou excluído da sociedade, mas que desempenham um papel preponderante) ou mesmo depositado nos contentores.

“A população deve saber que lixo é tudo aquilo que não tem utilidade e nós, tecnicamente, chamamos de rejeito, que deve ir para a incineração. Os resíduos são reaproveitados ou reciclados”, reforça.

#### Empregadas sensibilizadas

Nuno Cruz disse que, actual- mente, tem crescido o número de cidadãos que se dedicam à venda de resíduos, os vulgos catadores de lixo, à margem do projecto “Meu resíduo minha responsabilidade”, lançado, recentemente, na Centralidade do Kilamba, em quatro quarteirões, onde foram sensibilizadas duas mil e 800 empregadas domésticas para separarem o lixo antes de o depositar nos locais próprios.

Muitas empregadas acataram as orientações e já não colocam resíduos directamente no contentor comum, mas comercializam e dali que tem saído o dinheiro para o táxi.

A referida associação recebeu a doação de tambores e paletes de duas empresas que se sentiram sensibilizadas com o serviço desenvolvido pela sua

instituição. Pelo facto, os 100 ecopontos que previam instalar até Abril do ano em curso estão assegurados. Prevê em colocar, também, em cada município pelo menos nove ecopontos.

A nível da Centralidade do Kilamba estão identificados mil e 800 catadores de lixo e, desta cifra, 50 fazem recolha nos ecopontos instalados na localidade. “O quilo de garrafas pets custa entre 100 e 150 Kwanzas, a lata de metal vária de 200 a 250 Kz, latas de ferro 35 a 40 Kz e o papelão ronda entre os 10 e 20 Kwanzas”.

A nível de Luanda existem cerca de 50 casas de pesagem de resíduos sólidos.

A Associação Nação Verde vai inaugurar o centro de triagem de resíduos na Centralidade do Kilamba, que irá tratar da separação e envio para as fábricas de reciclagem.

Tendo em conta que ainda não temos ecopontos instalados em grande parte da cidade de Luanda, quem pretender depositar resíduos sólidos deve contactar a Associação Nação Verde pelas redes sociais.

## 8.6 Governo de luanda realiza reunião sobre o lixo

*Jornal O PAÍS*  
*12 De Fevereiro de 2021*

De acordo com uma nota de imprensa do GPL, distribuída ontem quinta-feira a que a ANGOP teve acesso, o encontro será realizado no âmbito das acções de reorganização do sistema de recolha e gestão de resíduos sólidos, mobilização social e sensibilização comunitária.

A actividade será realizada na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP) e vai contar com a presença da governadora da província de Luanda, Joana Lina Ramos Baptista Cândido.

Nos últimos meses, o cenário que Luanda vive é de lixo espalhado pelas ruas, contentores retirados dos pontos habituais, fumaça resultante da colocação de fogo em amontoados de resíduos sólidos, por parte de alguns municípios, para impedir que os vermes penetrem nas suas residências.

A província de Luanda produz, diariamente, pelo menos 6 mil 800 toneladas de resíduos sólidos, que eram recolhidos, até 2020, por seis operadoras de limpeza as seis empresas que tinha capacidade de recolha de apenas 60 por cento do lixo produzido na capital perderam as suas licenças em decorrência da

suspensão dos contractos públicos pelo governo provincial de Luanda.

Para a recolha de lixo, a província de Luanda trabalhava com as empresas Queiroz Galvão, responsável pelo município de Luanda, Vista Weste, município do Talatona e Belas, Nova Ambiente, por Viana, Rota Ambiental, por Cacucaco, Elisal, por Cazenga.

## 8.7 GPL “sufocado” com dívida de mais de Kz 200 mil milhões do lixo

*Jornal O PAÍS*

*13 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Stela Cambambe*

A governadora de Luanda disse, ao intervir na primeira Sessão Ordinária do Conselho de Auscultação da Comunidade, que começou a sentir-se pressionada pelas empresas operadoras de lixo quando estava apenas há 15 ou 20 dias no exercício das suas funções. Foi gerindo a situação da melhor forma possível para cobrir os enormes atrasos no pagamento da prestação de serviço que já vinham há vários anos.

Explicou que, com muito esforço, se conseguiu fazer alguns pagamentos através do Tesouro Nacional, ou seja, do Ministério das Finanças. No entanto, entre Outubro a Novembro, as empresas enviaram uma carta ao GPL informando que, a partir dos primeiros dias de Dezembro de 2020, suspenderiam a suas actividades. Nesta senda, o GPL conversou com cada uma das empresas explicando as dificuldades financeiras e a incapacidade de liquidar a dívida que já ascendia a 246 mil milhões de kwanzas.

“Começamos a pensar como minimizar as consequências do impacto na vida dos municípios, uma vez que o saneamento do meio é o facto mais determinante da saúde”, explicou Joana Lina.

De acordo com a Joana Lina, o Tesouro Nacional não estava em condições de liquidar a dívida na totalidade e o valor que disponibilizou, segundo as empresas, não chegava para cobrir um mês de trabalho.

Por este facto, a situação começou a tornar-se insustentável quer para as empresas quer para o GPL, tendo em conta que a dívida total aumentava e nem sempre correspondia à qualidade do serviço prestado.

Contou que as grandes operadoras, designadamente, a Queiróz Galvão, Vista West, Rota Ambiental, Nova

Ambiental, Sambiente e Elisal tinham assinado contratos com GPL para um período de sete anos, o que constitui uma clara violação à Lei dos Contratos Públicos que estabelece um período de vigência de apenas quatro anos.

Luanda terá novo modelo de recolha de lixo

O GPL vai proceder, nos próximos dias, o lançamento de um novo concurso público para a concessão de serviços de limpeza com base no modelo de tratamento de resíduos aprovado a 20 de Dezembro de 2018, pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, revelou Joana Lina.

A governadora de Luanda explicou que o referido modelo privilegiará, para efeitos de pagamento, a área efectivamente limpa e não o peso do resíduo depositado no aterro sanitário como até então vigorava.

Segundo a governante, o êxito da nova estratégia requer maior e participação mais activa dos municípios, da população e das empresas encarregues da sua gestão, fiscalização e financiamento.

Explicou que vai ser aprovado um regulamento de limpeza pública e de recolha dos resíduos sólidos urbanos que, entre outros aspectos, irá regular a comparticipação dos cidadãos no financiamento do sistema de limpeza, bem como estabelecer uma filosofia de contratação directa das grandes superfícies comerciais e produtores de lixo não-domésticos com a Joana Lina, governadora provincial de Luanda operadoras do sistema.

Na ocasião, Joana Lina convidou a população de Luanda, as empresas, as igrejas, as associações, as organizações não governamentais e os fazedores de arte e de cultura para participarem na mega campanha de limpeza que será realizada em todos os municípios, na Segunda-feira.

“Limpemos à frente da nossa casa, rua e bairro. Cada um participe com o que tiver. Vamos fazer isso por nós, pelas nossas famílias e por Luanda”, apelou.

A governadora anunciou que, a partir de Março, passarão a promover e realizar, no último Sábado e Domingo de cada mês, respeitando as regras impostas pela pandemia, trabalho comunitário e actividades de voluntariado nas comunidades.

## 8.8 Operadoras que retiraram contentores 'das ruas podem ser penalizadas

*Novo Jornal*

*12 De Fevereiro de 2021*

O Governo da província de Luanda (GPL) promete responsabilizar criminalmente as operadoras que estão a retirar das ruas às contentores de lixo. segundo apurou o NJ, uma das cláusulas do contrato explica que "após o fim do acordo, os meios são revertidos a favor do Estado". O assunto está a ser tratado pelo Gabinete Jurídico do pá- lacio da Mutamba.

Há vários dias, circularam nas redes so- ciais vídeos através dos quais é possível visualizar funcionários ligados a operadoras como a Queiroz Galvão e a Nova Ambiental, cujos contratos foram suspensos por Joana Lina, a despejarem lixo ao chão e, de seguida, levarem os contentores para parte incerta.

Face ao silêncio das operadoras, desde o anúncio da suspensão unilateral, em De- zembro, dos contratos, o NJ tentou ouvi-las, mas essas remetem-se ao silêncio, alegando causas contratuais que as proíbe de prestar quaisquer declarações aos ór- gãos de comunicação.

Já o GPL alega que suspendeu os contratos de gestão e recolha de resíduos sólidos com as operadoras por elas não honrarem com a prestação de serviços na capital do país, apesar dos altos custos. Mensalmente, o Estado gastava mais de 30,4 milhões de dólares com as empresas contratadas em 2016.

A província de Luanda produz, diariamente, cerca de 6.800 toneladas de resíduos sólidos, que eram recolhidas, até final de 2020, por seis operadoras de limpeza, nomeadamente: Queiroz Galvão, Nova Ambiental, Elisal, Rota Ambiental, Kiaxi Waste e Sã Ambiente.

Novo modelo prevê que cada município contrate a sua operadora Engavetado desde 2018, Luanda poderá conhecer, em breve, um novo modelo de recolha de lixo que prevê reduzir pela metade os custos com os resíduos sólidos.

O documento aprovado em Conselho de Ministros está novamente sob apreciação do Presidente da República, João Lourenço, podendo sofrer ligeiras alterações face ao contexto actual.

Conforme apurado pelo NJ, o GPL quer descentralizar o processo de contratação das novas operadoras, deixando a responsabilidade a cada

município, mediante a realização de um concurso público previsto para finais de Março.

Por enquanto, o GPL e as administrações municipais garantem avançar com uma campanha de limpeza emergencial da província que nos últimos meses se encontra com uma imagem de contentores abarrotados e a transbordar amontoados de lixo e cheiro nauseabundo por todos os cantos. Está previsto, para esta sexta, 12, um encontro de auscultação com a sociedade civil, para se recolherem contribuições para a implementação da estratégia de implementação de gestão de resíduos sólidos na província.

• TERESA FUKIADY

## 8.9 GPL vai agir contra operadoras de limpeza

*Jornal de Angola*

*13 De Fevereiro de 2021*

O Governo Provincial de Luanda (GPL) vai tomar medidas contra todas as operadoras de limpeza e saneamento que estão a retirar os contentores de lixo das ruas da capital, anunciou, ontem, a governadora Joana Lina, durante um encontro para a apresentação da estratégia de implementação do novo modelo de gestão dos resíduos sólidos.

As empresas que retiraram os contentores de lixo nas ruas da capital foram já notificadas, devendo o GPL, nos próximos dias, reaver os referidos equipamentos, por se tratar de uma clara violação do contrato de prestação de serviço então rubricado entre as partes. No encontro, Joana Lina pediu desculpas à população de Luanda pelos transtornos gerados pela acumulação de lixo nas ruas e bairros da capital, tendo solicitado aos munícipes "compreensão, cooperação, solidariedade e apoio" para mudança da actual imagem da urbe. A governadora justificou a suspensão dos contratos com as seis operadoras de limpeza e recolha de resíduos sólidos da capital, com à elevada dívida de 246 mil milhões de kwanzas, tendo declarado o pagamento até Novembro de 2020, mas depois surpreendida com o anúncio de suspensão de actividades por parte de algumas empresas, a partir dos primeiros dias de Dezembro.

Para a governadora provincial de Luanda, o Tesouro Nacional não estava em condições de liquidar a dívida, nos moldes pretendidos pelas seis operadoras de limpeza, já que o valor disponibilizado, segundo as empresas, não chegava para cobrir um mês de trabalho, situação que começou a ficar insustentável. Além da elevada dívida, outra questão

que pesou na tomada de decisão das operadoras em deixar de efectuar o trabalho, teve a ver com o facto de as mesmas terem assinado contratos com GPL para um período de sete anos, quando a Lei dos Contratos Públicos estabelece um período de vigência de quatro anos.

"O Tribunal de Contas emitiu uma resolução, determinando a redução do prazo e uma delas não recebeu sequer o visto bom", anunciou a governadora, para quem as empresas visadas recusaram-se a rever os termos de contratação, pelo que "não restou outra alternativa senão suspender os contratos com as referidas operadoras". Segundo Joana Lina, apesar do termo dos contratos, algumas empresas continuam a limpar a cidade, no quadro da responsabilidade social, e foram mobilizadas várias outras, algumas das quais então subcontratadas das operadoras que estão a ajudar a gerir a fase de transição.

"A nossa nova estratégia de implementação do novo modelo de recolha de resíduos sólidos na capital requer uma maior e mais activa participação dos municípios, da população e das empresas na gestão de fiscalização e financiamento que irá regular a comparticipação dos cidadãos no sistema de limpeza", disse a governadora. Joana Lina disse que o GPL está a trabalhar com a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), para avaliar a cobrança da taxa dos serviços de limpeza, estabelecida no decreto Presidencial nº107/16 de 20 de Maio.

## 8.10 A limpeza de Luanda

*Jornal de Angola*

*15 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Luciano Rocha*

O estado progressivo de imundice pública em Luanda é tão grave para a saúde pública que deve merecer a atenção de especialistas de vários sectores, o que não dispensa acções imediatas de limpeza, com meios apropriados.

A opinião foi manifestada, sexta-feira, neste mesmo espaço, no qual se alertava, igualmente, para a inconsequência do recurso a "brigadas de voluntários", por o assunto ser demasiado sério, muito mais do que alguns pensam, para ser encarado com ligeireza do amadorismo.

Na altura em que escrevíamos, o Governo Provincial não tinha anunciado, para hoje, a "operação de limpeza" com a participação de moradores das várias zonas de Luanda. Infelizmente, concretizou-se o

receio de ver anunciadas, em pleno século XXI, iniciativas em voga nos anos de 1970, quando Luanda e os tempos eram outros. Muitos de nós, viveram, então, momentos irrepetíveis das nossas vidas, de fulgor revolucionário soprado por ventos de exemplos internos e externos. Era a liberdade, na autêntica acepção da palavra, que não tardou a esmorecer esfrangalhada por conceitos, sobre os quais não éramos ouvidos.

Uns quantos faziam-no por todos, com base em modelos decalcados de outras bandas. Ainda não tínhamos Bandeira, nem Hino e já nos eram impostos organismos e processos, contra os quais se tinham lutado. Tudo, em nome do "bem nacional". Assim, num ápice, surgiu a polícia política. Um clima de suspeição, vivido no tempo da ocupação, ressurgiu. Com todos a desconfiar de todos. Nos empregos, bairros, bares, em casa. Com prisões por vinganças de toda a ordem, apropriação de bens e tudo o mais que mentes perversas concebem. Mais tarde, os "sábados vermelhos", com resultados que se sabem.

Luanda era, nos anos de 1970, cidade provinciana, com meia dúzia de habitantes. Os jovens levados pelo fulgor revolucionário agora já não o são. Os sobreviventes trabalham, descansam, finalmente, o corpo de uma vida a "vergar a mola" ou aburguesaram-se, enriqueceram; os jovens de agora têm outros interesses - estudam os que podem, procuram emprego. Quem resta? Os desocupados por opção, as contrabandistas do nosso dinheiro e quem as fornece? Os "militantes disciplinados", mais os que aparecem sempre para ficar na fotografia? E quantos são precisos para limparem a província de uma ponta a outra? E quando chegarem ao fim voltam ao início, entretanto, já sujo? Que meios vão usar : vassouras, pás e baldes caseiros? E no dia seguinte que rendimento têm nas empresa que lhes pagam os salários?

E os que aceitarem o desafio não são transgressores do recolhimento domiciliário decretado pelo Presidente da República? Ou, afinal, o lixo não é nada amigo da Covid-19, pelo contrário, protege quem se junta a ele?

A limpeza de Luanda pode ser perigosa.



## 8.11 Campanha de limpeza regista grande adesão dos munícipes

*Jornal de Angola*

*16 De Fevereiro de 2021*

*Texto: André Sibi*

Centenas de munícipes, membros do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), efectivos da Polícia Nacional, do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, bem como funcionários das administrações municipais da capital do país aderiram, ontem, em massa, à campanha de limpeza convocada pela governadora da província de Luanda, Joana Lina.

A campanha deve-se ao facto de, nos últimos tempos, registarem-se focos de lixo nas ruas primárias e secundárias, paragens de táxi, mercados, passadeiras e bairros.

Em declarações à imprensa, o secretário provincial executivo do CNJ, Alberto Badúna "Dala", disse que foram mobilizados perto de cinco mil jovens, nos nove municípios da capital, para dar resposta ao apelo do Governo Provincial de Luanda, devido à rescisão de contratos com as operadoras que faziam a recolha do lixo.

De acordo com o líder juvenil, a juventude, enquanto força motriz da nação, não pode ficar indiferente e, em caso de necessidade extrema, deve apoiar as instituições governamentais.

O subcomissário Gabriel Capusso, comandante municipal de Viana da Polícia Nacional, disse ao *Jornal de Angola* que foram mobilizados 250 efectivos, para desactivar os focos de lixo na linha férrea, junto à estação de comboio, localizada no bairro da Estalagem.

Rui Duarte, administrador do distrito urbano da Ingombota, apontou a zona da Kinanga entre as mais críticas, razão pela qual foram mobilizados, aproximadamente, 500 munícipes para a campanha de recolha de lixo. No distrito do Hoji-ya-Henda, segundo a administradora Branca Ferreira, foram preparados 60 carros de mão, 80 vassouras, 30 pás e 20 enxadas.

Para o administrador municipal do Cazenga, Tomás Bica, "mais vale pegar na vassoura para varrer o lixo do que andar de gravata por cima dele". Acrescentou que, para a campanha, foram mobilizados mais de 500 munícipes. O administrador do município de Viana, Fernando Manuel, explicou que foram mobilizados homens e má-quinas, para a recolha do lixo. Quanto ao mau estado das pedonais no

município, prometeu diligências para garantir travessia segura aos munícipes.

Quem também mobilizou 500 cidadãos é a Ascofa (Associação de ex-militares), segundo o seu presidente, Caetano Marcolino. "Os ex-militares constituem uma força activa à disposição do Estado angolano, para apoiar em acções destinadas a assegurar o bem-estar da população", sublinhou.

Francisco Cipriano, de 65 anos, ex-militar, aplaudiu a iniciativa do Governo Provincial de Luanda, pois a quantidade de resíduos sólidos espalhados pela cidade estava a preocupar a população. O activista social Panzo Coutinho disse que aderiu à campanha porque tem visto a sua rua com grandes montes de lixo, que afectam a saúde, principalmente das crianças.

Apelou aos moradores no sentido de depositarem os sacos de lixo nos contentores e não no chão. Gregório Viola, morador do distrito da Samba, disse que a juventude da sua zona aceitou o apelo da governadora, mas acha injusto o cidadão que paga taxa de lixo ter que ser solicitado a recolhê-lo. A campanha de limpeza, que teve início na Nova Marginal de Luanda, passando pela Administração Comunal da Kinanga, contou com a presença da governadora Joana Lina, que se deslocou, também, aos municípios de Cacuaco, Cazenga, Viana, Kilamba Kiaxi e Belas.

A governante agradeceu a pronta resposta de várias instituições que aderiram à campanha nos nove municípios da capital, com destaque para o Conselho Nacional da Juventude, igrejas, Polícia Nacional, administrações municipais, Ascofa e Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL).

### Centralidade do Kilamba

Na Centralidade do Kilamba, a campanha de limpeza e recolha de resíduos sólidos contou com a participação de efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), da Polícia Nacional, da Repartição da Saúde do município de Belas e moradores.

"Logo às primeiras horas da manhã, ouvimos o apelo dos efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros e eu e mais alguns vizinhos decidimos juntar-nos à causa", disse um dos moradores.

Munidos de carros de mão, pás, catanas, vassouras, enxadas e outros utensílios, juntaram-se, também, à campanha, um grupo de membros da Associação de Jovens Honestos Unidos que, com os seus meios motorizados, vulgo kupapatas, faziam a recolha dos amontoados de lixo.

Dívida com as operadoras acima de 240 mil milhões de kwanzas

De recordar que no último sábado a governadora explicou que o Governo Provincial contraiu uma dívida acima dos 246 mil milhões de kwanzas com as operadoras de recolha de lixo.

"O Governo de Luanda vai lançar novos concursos públicos para a concessão do serviço público de limpeza, depois de suspender contratos com as operadoras de recolha de lixo, por dívida de 246 mil milhões de kwanzas", sublinhou.

Joana Lina fez estas declarações na abertura da primeira sessão do Conselho de Auscultação da Comunidade, onde foi apresentada a Estratégia de Implementação do Modelo de Gestão de Resíduos Sólidos em Luanda.

A governadora explicou que o Governo Provincial está a cumprir com todos os procedimentos legais para o lançamento de concursos públicos, com base num modelo aprovado, em Dezembro de 2018, pela Comissão Económica do Conselho de Ministros.

A responsável suspendeu, em finais de Dezembro do ano passado, contratos com seis operadoras de limpeza e recolha de resíduos em Luanda, sobretudo por incapacidade de liquidar a dívida em kwanzas, indexada ao dólar.

## 8.12 Cartoon

*Novo Jornal*

*19 De Fevereiro de 2021*



## 8.13 Contratos não dizem que GPL e «dono» dos contentares de lixo

*Novo Jornal*

*19 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

Contratos assinados em 2016 entre o Governo Provincial de Luanda (GPL) e as cinco prestadoras de serviço de limpeza pública e recolha de lixo na capital do País não estabelecem que, após o fim, caso não haja financiamento externo, meios como contentores de depósito de lixo das operadoras devem ser revertidos a favor do Estado angolano, verificou o Novo Jornal as cópias dos contratos. Diante disso, as empresas reforçam que não agiram à margem da lei, por terem retirado os contentores de lixo das ruas, depois da rescisão imposta pelo GPL, em Dezembro último.

Por essa razão, fontes das operadoras que viram o GPL anular os contratos de prestação de serviços de sete anos disseram ao nosso semanário que não encontram raciocínio lógico nas declarações da governadora de Luanda, Joana Lina, segundo as quais as firmas que retiraram os seus contentores de depósito de lixo nas ruas estão em "clara violação do previsto nos contratos" e que, em função disso, "as mesmas serão responsabilizadas", ao ponto de o GPL estar já a "tomar todas as providências, para que a legalidade seja resposta".

De acordo com as condições dos contratos individuais assinados há quatro anos entre o GPL e as operadoras Queiroz Galvão, Vista Waste, Rota Ambiental, Nova Ambiental e São Ambiente, na primeira fase, as firmas deviam executar os serviços de limpeza, "valendo-se apenas dos meios próprios existentes e destinados à concessão", lê-se no ponto três da quinta cláusula dos contratos consultados pelo NJ.

Já o número três da sexta cláusula dos contratos acresce que "as partes expressamente reconhecem e acordam que os bens da concessionária mobilizados na primeira fase e até ao início da segunda não poderão ser considerados, em caso algum, bens afectos à concessão". Em outras palavras, os documentos em nossa posse expressam que o material de recolha e depósito de lixo das operadoras não pode ser contabilizado como sendo do GPL no final do contrato ou em caso de rescisão.

Fruto disso, as firmas que desde Janeiro começaram com o processo de remoção de contentores de lixo nas diversas ruas e avenidas da capital do País declaram que as notificações que receberam do GPL e as afirmações da governadora não têm cunho legal, afirmam fontes do topo da hierarquia das firmas que falaram sob anonimato ao Novo Jornal.

Na semana passada, recorde-se, a governadora de Luanda, Joana Lina, em declarações à imprensa, garantiu que, nos próximos dias, a sua entidade vai reaver os referidos equipamentos, por se tratar de uma clara violação dos contratos de prestação de serviços então rubricados entre as partes.

O acordo previa que, após o início da segunda fase, cada uma das cinco operadoras deveria envidar esforços, com vista à viabilização de financiamento externo a ser concedido ao Estado. Caso fosse conseguido o crédito, o que não aconteceu, seria realizada uma operação de modernização do sector, com compras de equipamentos para o ramo que no final do acordo reverteriam a favor do GPL e, também, os pagamentos às operadoras relativos aos trabalhos realizados no âmbito do acordo passariam a ser efectuados com base no financiamento externo recebido.

"Não foi conseguido um financiamento externo durante a vigência do contrato, logo os nossos contentores nem outro tipo de equipamento podem reverter a favor do GPL", esclareceu o responsável de uma das operadoras. Quase quatro mil trabalhadores para o desemprego

As operadoras de limpeza confidenciaram ao Novo Jornal que, fruto da rescisão de contrato imposta pelo GPL, foram forçadas, de Janeiro até ao momento, a cortar mais de 3.500 postos de trabalho, uma vez que cada uma delas, em média, emprega 800 trabalhadores.

"Não há condições para manter os empregos, por isso tivemos de rescindir contratos em bloco", lamentou um dos intervenientes.

O GPL, no dia 23 de Dezembro último, transmitiu por escrito às cinco operadoras a rescisão de contrato de sete anos de prestação de serviços, com efeito a partir do final do exercício económico 2020, alegando que os contratos dessa natureza, para além de outros factores, não podem ter vigência superior de quatro anos. A decisão foi acatada pelas visadas, sendo que, depois do final do período estabelecido, deixaram de recolher o lixo produzido pelas famílias e empresas e, posteriormente, arrancaram com o processo de remoção de contentores que estavam colocados em diversos pontos de Luanda, acto que causou um caos,

devido aos transtornos gerados pela acumulação de lixo em todos os pontos da capital do País.

A governadora de Luanda disse que "tinha plena consciência do impacto desta medida na vida dos munícipes", admitindo estar-se diante de um "momento de grande turbulência", que considerou "transitório", pedindo, por isso, "desculpas aos luandenses pelos transtornos".

"Deve ser entendida como uma fase de transição, algo passageiro. É um prenúncio de algo que vem aí. Luanda vai acontecer, tenho fé", venceu Joana Lina, sexta-feira, 12, na abertura da primeira sessão do conselho de auscultação da comunidade, na qual foi apresentada a Estratégia de implementação do Modelo de Gestão dos Resíduos Sólidos na capital.

## 8.14 Gestão do lixo em Luanda custa 365,5 milhões USD por ano

*Jornal Expansão*

*19 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Faustino Diogo e Víctor Panzo*

Os contratos do Estado com quatro privados e uma empresa pública para a gestão dos resíduos sólidos urbanos na província de Luanda custam anualmente pelo menos 365,5 milhões USD, de acordo com cálculos do Expansão com base nos contratos publicados em Diário da República em 2016. Este valor até será superior uma vez que o contrato com a Ambiente não está registado em Diário da República.

Entre as empresas privadas que asseguravam a limpeza de Luanda até à suspensão dos contratos em Dezembro, a Queiroz Galvão é a que mais facturou, tendo assinado um contrato correspondente em Kz a 141,2 milhões USD. Contas feitas pelo Expansão, ao preço médio do USD em 2016 -163,7 kwanzas, na altura em que o contrato foi assinado - o Estado pagava 23,1 mil milhões Kz. Com a desvalorização da moeda nacional, no ano passado, à taxa de câmbio média de 578,3 kwanzas por cada dólar, o valor em kwanzas disparou para 81,7 mil milhões Kz, ou seja quase quatro vezes mais.

A empresa de origem brasileira tinha a responsabilidade de limpar os municípios de Luanda e Kilamba Kiaxi, mas para cobrir as suas zonas subcontratou a Rangol,

No ranking das empresas que mais facturavam com o lixo, tendo como base os acordos assinados em 2016, a Nova Ambiente, criada em 2014, tinha um contrato equivalente a 68,4 milhões USD para limpar o

município de Viana. A sociedade, composta por empresários angolanos e brasileiros, surge logo atrás da Queiroz Galvão, a nível de facturação.

A empresa Vista Waste, que surgiu em 2008, numa parceria entre a Finicapital, ligada ao Millennium Atlântico, e o actual PCA do banco, António João Assis de

Almeida e em que só em 2009 viu entrar na estrutura accionista o grupo português SUMA (pertence à Mota Engil) tem um contrato equivalente a 63,7 milhões USD, o que a torna na terceira empresa com contrato mais 'chorudo' para limpar parte de Luanda.

A Vista Waste é das poucas empresas que mantém as suas equipas em acção depois da suspensão dos contratos pelo Governo Provincial de Luanda por alegada incapacidade para pagar às operadoras. A empresa, detida hoje maioritariamente pelo Grupo SUMA, é responsável pela limpeza dos municípios de Belas e Talatona.

Na lista das empresas que viram os contratos suspensos, a Rota Ambiental aparece na quarta posição das que mais facturam, com contrato equivalente a 37,3 milhões USD. A empresa, que ficou com o município de Cacucaco, tem a particularidade de ter entre os accionistas Eurico Vaz da Costa que esteve na génese da Nova Ambiente.

A Sambiente fecha o leque de empresas privadas com responsabilidades na limpeza de parte da capital. A operar nos municípios da Quissama e Icolo e Bengo, não existe nenhuma referência no Diário da República sobre qualquer contrato da empresa com o Estado. Criada em 1995, esta empresa teve entre os accionistas a SANSUL, pertencente à GEFI. E agora tem como sócio maioritário

Francisco Raimundo Pinheiro, com ligações à empresa Acapir, associada ao caso Conselho Nacional de Carregadores, que condenou o ex-ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, após acusação da Procuradoria-Geral da República.

Entre os contratos assinados em 2016, que aparecem no Diário da República, apenas surge uma empresa pública. A Elisal ficou com a responsabilidade de limpar aquele que já foi o maior município da Capital, o Cazenga, a troco do equivalente em Kz a 54,8 milhões USD, bem distante do valor contratualizado com a Queiroz Galvão e abaixo da Nova Ambiente e Vista Waste.

Suspensão de contratos por insustentabilidade da dívida

A governadora de Luanda, Joana Lina, apontou a insustentabilidade da dívida como razão para a suspensão dos contratos com as operadoras de limpeza.

Anunciada no final do ano passado, a medida entrou em vigor em Janeiro e teve como consequência directa amontoados de lixo pelas ruas da Capital, que nem a campanha realizada na segunda-feira, 15 de Fevereiro, resolveu. "A dívida total às operadoras aumentava e nem sempre correspondia à qualidade do serviço prestado", justificou a substituta de Sérgio Rescova.

Na semana passada, em conferência de imprensa na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas, Joana Lina avançou que, desde Abril de 2020, que o Governo Provincial de Luanda começou a sentir-se pressionado pelas empresas de recolha de lixo, por causa dos atrasos no pagamento dos serviços, queixa que já vinha de vários anos, tendo encontrado uma dívida de 246 mil milhões Kz.

Com a suspensão dos contratos, Governo Provincial prepara novo modelo de limpeza da capital, estando previsto o lançamento de novos concursos públicos.

"Neste momento, estamos a preparar os cadernos de encargos para o lançamento do novo concurso público que vai de Abril a Dezembro", disse a governadora, que não descarta a possibilidade de voltar a contratar as mesmas empresas que viram os contratos suspensos.

Até administrações municipais estão responsáveis por garantir a limpeza das suas localidades.

## 8.15 OGE 2021 prevê 8,3 mil milhões Kz para limpeza de Luanda

*Novo Jornal*

*19 De Fevereiro de 2021*

O Orçamento Geral de Estado (OGE) para o presente ano prevê cabimentar mais de 8,3 mil milhões de kwanzas para assegurar a limpeza e o saneamento da capital do País. Montante atribuído é mais de 19 vezes superior aos 427,5 milhões de kwanzas cabimentados no orçamento revisto de 2020, verificou o NJ.

Luanda produz, diariamente, cerca de 6.800 toneladas de resíduos sólidos, que eram recolhidas, até final de 2020, por seis operadoras de limpeza, designadamente: Queiroz Galvão, Vista Waste, Rota Ambiental, Nova Ambiente, Sã Ambiente e a Elisal.

O Governo de Luanda vai lançar novos concursos públicos para a concessão do serviço público de limpeza, após suspender contratos com os operadoras do lixo por dívida de 246 mil milhões Kz. Segundo a governadora de Luanda, Joana Lina, o seu pelouro está a cumprir todos os procedimentos legais para o lançamento de concursos públicos, com base num modelo aprovado, em Dezembro de 2018, pela Comissão Económica do Conselho de Ministros.

Para efeitos de pagamento, explicou Joana Lina, a modalidade vai restringir-se à área efectivamente limpa e não ao peso do resíduo depositado no aterro sanitário, como vinha sendo realizada.

Luanda, com mais de oito milhões de habitantes, foi tomada pelo lixo depois de o GPL ter rescindido contratos com as operadoras. Uma campanha de recolha de lixo, liderada por Joana Lina, foi realizada segunda-feira, tendo sido acolhida, sobretudo, por militantes do partido que sustenta o Governo, o MPLA.

NOVO JORNAL

## 8.16 Operadoras acusam Governo Provincial de Luanda de fuga ao diálogo

*Jornal O PAÍS*

19 De Fevereiro de 2021

Ao reagirem às declarações de Joana Una, governadora de Luanda, que na semana passada informou que desde Abril de 2020 começou a sentir-se pressionada pelas empresas de recolha de lixo, devido a atrasos nos pagamentos, gestores das operadoras revelaram ao NJ que sempre tentaram dialogar com o GPL, no sentido de se encontrarem soluções para os pagamentos, sendo que constantemente o GPL se remeteu ao silêncio.

"Desde que a governadora Joana Una tornou posse, só houve duas reuniões com as operadoras. Uma foi a que nos apresentámos à governadora, enquanto a segunda foi aquela em que ela chamou as empresas para dizer que iria rescindir os contratos. Nunca houve diálogo", manifestou um dos interlocutores.

Outro responsável disse, entretanto, que, depois da comunicação da rescisão de contrato, as empresas contactaram o GPL para informar que iriam retirar os seus equipamentos das ruas, porém não foram bem-sucedidas. -Nunca houve um

planeamento da paragem da nossa actividade. Procurámos cumprir o que está estabelecido na carta do GPL de 23 de Dezembro de 2020, segundo a qual o contrato firmado deixará de produzir os seus efeitos jurídicos no final do exercício económico do presente ano [2020r. Nesta senda, deixámos de recolher o lixo em Janeiro e, no final do mesmo mês, começámos a retirar os contentores".

## 8.17 Valores dos contractos publicados em diário da república

*Jornal Expansão*

19 De Fevereiro de 2021

VALOR DOS CONTRATOS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA				
Com a indexação ao USD o valor em Kz quase quadruplicou				
	VALOR DO CONTRATO, MILHÕES USD	VALOR EM KZ EM 2016	VALOR EM KZ EM 2020	VARIAÇÃO
Vista Waste	63,7	10,4	36,9	253
Queiróz Galvão	141,3	23,1	81,7	253
Nova Ambiental	68,4	11,2	39,5	253
Rota Ambiental	37,3	6,1	21,6	253
Elisal	54,8	9,0	31,7	253
Sambiente	?	?	?	?
<b>TOTAL</b>	<b>365,5</b>	<b>59,8</b>	<b>211,4</b>	<b>253,34</b>

## 8.18 Violação da lei e falta de liquidez puseram fim aos contratos

*Novo Jornal*

19 De Fevereiro de 2021

Texto: Teresa Fukiady

O Governo provincial de Luanda (GPL) tem uma dívida de 246 mil milhões Kz com cinco operadoras de limpeza e saneamento de Luanda, nomeadamente Queiroz Galvão, Vista Waste, Rota Ambiental, Nova Ambiental e Sã Ambiente. Os altos valores e a incapacidade de honrar com os pagamentos forçaram-no a suspender; em Dezembro, contratos com as referidas empresas, por considerar "onerosos" para os cofres públicos, diz a instituição pública.

A governadora da província de Luanda, Joana Lina, manifestou que, neste momento, a sua entidade não está em condições de liquidar a dívida com as operadoras, razão pela qual está em curso um processo administrativo, tendo em vista a certificação da dívida com as empresas, que deverá ser paga durante o ano de 2021 pelo Ministério das Finanças.

Para além de o GPL considerar o valor da dívida oneroso, em carta enviada às operadoras, a administração de Joana Lina diz que, por força da resolução judicial do Tribunal de Contas, os contratos firmados entre as partes deixaram de produzir efeitos jurídicos no final de 2020, tendo em conta que os contratos públicos, legalmente, não podem ter prazo superior a quatro anos.

Fonte ligada ao processo explica que, após chegada de Joana Lina, em Maio, ao Palácio da Mutamba, a governante exigiu a revisão dos contratos com as seis empresas de limpeza citadas acima, autorizadas entre Junho e Junho de 2016 pelo Ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, quando o actual deputado Higinio Carneiro era governador de Luanda.

Os contratos tinham duração de sete anos e foram celebrados em dólares, sendo pagos em kwanzas ao câmbio do dia, numa altura em que a economia do País já ressentia da crise financeira iniciada em meados de 2014, que disparou a taxa de câmbio. Na altura, o GPL justificou a contratação das operadoras com a necessidade de se colocar em execução o novo sistema de limpeza, saneamento e gestão dos resíduos sólidos.

Segundo o Diário da República, num despacho de 22 de Junho de 2016, JES orientou Higinio Carneiro a celebrar contratos com as empresas Queiroz Galvão Construções, no valor anual de 141,2 milhões de dólares; Consórcio Vista Waste/Suma, 63,7 milhões de dólares anuais, e com a Elisal, num valor perto de 55 milhões de dólares por ano.

No mês a seguir, em Julho, noutro despacho, o antigo Presidente da República autorizou a celebração de contratos com as empresas Nova Ambiental, num valor global em kwanzas, equivalente a 68,3 milhões de dólares, e com a Rota Ambiental, em 37,3 milhões de dólares anuais.

COM MAURICIO VIEIRA DIAS

## 8.19 A politização e os sujeitos do lixo

*Jornal de Angola*

*20 De Fevereiro de 2021*

*Texto. Carlos Calongo*

Qualquer abordagem da problemática do lixo em Luanda passa, necessariamente, pelo estágio de mercantilização em que foi transformado o “produto”, que, segundo especialistas na matéria, não tem sido explorado no limite das vantagens possíveis, dentre as quais a de ser fonte produtora de energia

A nulidade do seu lado positivo permite-nos compreender a razão da mera apetência mercantilistas dos operadores do negócio, que em muitas ocasiões consentem que, durante largos períodos de tempo, o lixo discute o mesmo espaço físico com os transeuntes e viaturas, deixando a cidade exibir uma imagem nada condizente com a “jinga” característica dos seus cidadãos. O mais recente postal de Luanda é o de uma cidade que brada por socorro, espargindo deslustre de alguns dos seus encantos, que (des) inspiram o artista nas diversas sensibilidades criativas, das quais sobressai as canções “Luanda já foste Linda”, “Xiami” e outras composições relevantes do património colectivo dos seus naturais, habitantes e visitantes. Uma das formas tentadas para a reversão do quadro, depois da suspensão do contrato de limpeza então existente entre o Governo Provincial e as operadoras, passou pela promoção da campanha de limpeza realizada no início da semana e aderida por vários cidadãos, exercício que preferimos qualificar como um acto de cidadania, ou de quem se sente, efectivamente, sujeito do lixo, pelo que sugerimos uma interpretação amplamente positiva do termo. No quadro das liberdades, apesar de muitas vezes não bem interpretadas, outros vários cidadãos optaram em não participar da referida campanha de limpeza, o que é normal na base do que cada um tem como fundamento, sendo que o mesmo não pode ser dito em relação à politização do assunto, ou seja do lixo. Deste quesito, ocorreu-nos reflectir sobre esta problemática, sugerindo que, em primeira instância, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de aposta numa comunicação para a educação e saúde preventiva, que incuta ao cidadão a adopção de uma postura participativa na gestão da cidade, enquanto esfera comum. Para tal, defendemos como objecto de estudo, a elaboração de um projecto profundamente estruturado, com pendor inclusivo e, se possível, afastado ao máximo de quaisquer tendências, cargas emocionais e simpatias político-partidárias, que para reforçar o sentido do título do texto, dispensa a politização do lixo. Com isso, pretendemos dizer que os sujeitos do lixo são, acima de tudo, os cidadãos, e não os políticos, sendo certo que os dois beneficiam da sua ausência, no caso resultante de campanhas de limpeza, como a realizada no dia seguinte ao dia de São Valentim, comemorado a 14 de Fevereiro. No demais, e só mesmo por deturpação do conceito de activista social, transformado na profissão de “contrário”, é possível entender a desinteligência da politização do lixo, quando em verdade e pela verdade, o conforto promovido pela ausência do lixo, feitas as contas, devolve alguma salubridade aos seus sujeitos. Na compreensão que se requer, a condição obriga-nos a proceder como verdadeiros cidadãos, em todas as circunstâncias que ele - o lixo - for o nosso “interlocutor”, e a não nos coibirmos de

colocar acima dos nossos, os interesses dos outros, sem os quais para nada serve qualquer acto de vozear, que não passa de politização do lixo. E porque em política todos os tempos (passado, presente e futuro) têm valor e produzem efeitos à dimensão do plantio, os que se identificam com o lixo, enquanto fenómeno social ligado à aspectos de cidadania, dão os melhores exemplos de que nada se ganha com a adopção de medidas contrárias ao desejo e bem comuns. À margem do lixo, convenhamos, são inúmeros os problemas da nossa Luanda, que a tornam uma cidade maltratada, salvaguardando, pois claro, as raras excepções, que não têm força para anular o sentido de institucionalização do mal que em grande parte, procede do comportamento dos seus habitantes, sobretudo os que preferem a politização do lixo.

## 8.20 Viana transfere lixo para os Mulenvos

*Jornal de Angola*  
22 De Fevereiro de 2021

Os amontoados de resíduos sólidos existentes nos pontos de transferência do Campo Olímpico, Rádio Viana e Mercado da Sanzala, município de Viana, em Luanda, começaram a ser retirados sábado e levados para o aterro sanitário dos Mulenvos

Julietta Ngueve, administradora do Distrito de Viana Sede, disse à Angop que o trabalho está a ser efectuado com o apoio de várias em-presas privadas, que disponibilizaram camiões basculantes e uma máquina retro-escavadora.

A administradora do Distrito de Viana Sede fez saber que, no sábado, foi realizada uma campanha de limpeza em todos os bairros, com o apoio da Associação de Ajuda e Apoio às Famílias Desfavorecidas de Angola (AAFDA), o Núcleo da Juventude Universitária de Viana e jovens de diversas organizações da sociedade civil.

Por sua vez, o presidente da AAFDA, Ernesto Chongolola, apelou aos munícipes a participarem nas campanhas. Segundo o secretário executivo do Núcleo da Juventude Universitária de Viana, Manuel Muati, no próximo fim-de-semana será realizada outra campanha.

### CACUACO

Recenseamento agro-pecuário domina formação

Cento e seis técnicos, entre agentes de campo, informáticos e cartógrafos das províncias de Luanda, Bengo e Zaire, participam, desde sábado, em

Cacuaco, numa acção formativa, destinada a melhorar o Recenseamento Agro-Pecuário e Pescas (RAPP).

A formação vai durar 11 dias, contando com a participação de 42 agentes de Luanda, 27 do Bengo e 37 da província do Zaire.

Durante a formação vão ser aperfeiçoados os métodos de obtenção de dados sobre o número de agentes agro-pecuários e pescadores.

## 8.21 Operadoras retomam a recolha de resíduos

*Jornal de Angola*  
24 De Fevereiro de 2021  
Texto: Andre Sibi

A governadora de Luanda, Joana Lina, garantiu, ontem, que as operadoras vão retomar, em breve, o processo de recolha de lixo na capital.

"Nos últimos dias estamos a receber apoio extraordinário de várias empresas públicas e privadas, que estão a contribuir na recolha do lixo um pouco por toda a cidade capital", disse Joana Lina, à margem da visita à subestação de energia de Viana, com o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

Joana Lina, que pede calma aos munícipes, referiu que "há equipas a trabalhar durante a noite na recolha de lixo".

Em relação aos espaços para implantação das torres de transportação de energia eléctrica, disse que o Governo vai engajar-se para ultrapassar os constrangimentos. "Podemos assegurar um engajamento das administradores municipais, comissões de moradores e coordenadores de bairros"

## 8.22 Lixo e dinheiro

*Jornal O PAÍS*  
25 De Fevereiro de 2021

Com a aprovação das verbas que permitirão contratar as empresas para efectuar os serviços de limpeza na província de Luanda, uma nova página se poderá abrir nesta problemática que se arrasta há vários anos.

Embora se saiba da vinda do dinheiro, segundo o Despacho Presidencial assinado pelo Presidente da República, João Lourenço, o ideal será que a governadora de Luanda, Joana Lina, e seus

coadjutores tenham o esperado plano que consiga reverter os labirintos nebulosos que este apetecível negócio enfrenta.

O que se questiona hoje é se estaremos perante a continuidade do mesmo modelo criticado e que levou ao cancelamento de alguns contratos, o que enfureceu determinadas empreiteiras que deixaram a cidade capital num autêntico caos.

É imperioso que se mude e se dê a Luanda e aos seus moradores um projecto que faça esquecer os dias penosos que se vive. E, para tal, as empresas que concorrerem devem mostrar novas formas de actuação e não o mesmo show off a que nos habituaram.



## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Cidadãos detidos por exploração ilegal de madeira no Cuando Cubango

*Jornal de Angola*

*07 Fevereiro de 2021*

*Texto: Carlos Paulino*

Onze cidadãos nacionais foram detidos na quinta-feira, na localidade de Chambinga, município do Cuito Cuanavale, província do Cuando Cubango, por exploração ilegal de madeira mussivi, cujo corte está suspenso, há dois anos, à luz do Decreto Presidencial número 278/18 de 7 de Agosto.

No local da exploração ilegal, foram também apreendidos 61 pranchas e 19 toros de madeira da espécie mussivi, um tractor, três motos serras e 200 litros de gasóleo.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, superintendente António Maria Feleciano, explicou que os onze cidadãos foram detidos em flagrante delito pelos efectivos da corporação, no dia 4 deste mês, nas matas de Chambinga a cortar madeira da espécie mussivi, graças à denúncia da população.

Neste momento, disse que os efectivos da Polícia Nacional trabalham para deter o mandante deste crime ambiental, identificado apenas por Papa Dik, residente na cidade de Menongue. António Maria lamentou o facto de existir ainda muitos cidadãos nas matas do Cuando Cubango a cortar ilegalmente grandes quantidades de árvores mussivi, situação que preocupa a corporação e o Governo da Província.

O oficial lembrou que na campanha florestal de 2020, as empresas na província foram autorizadas a recolher das matas a madeira mussivi, cortada em 2017 e 2019, para não se estragar, mas, infelizmente, muitos madeireiros aproveitaram-se da situação para fazer novos cortes.

Por sua vez, o chefe do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Cuito Cuanavale, Domingos Jeremias, disse que, no ano passado, foram detidos oito cidadãos e apreendidos, na sua área de jurisdição, mais de mil pranchas e 270 toros de madeira da espécie mussivi.

Recordou que há mais de dois anos que o corte da madeira mussivi está suspenso a nível do país e que, desde 2018, as empresas licenciadas estão apenas autorizadas a explorar o girasonde, mucussi, entre outras espécies em abundância na região.

Domingos Jeremias disse que os garimpeiros têm como os principais focos o abate ilegal de mussivi nas matas das localidades do Chambinga, Lupiri e Baixo Longa, devido o grande potencial de recursos florestais e também da ausência de fiscalização do IDF e da Polícia Nacional.

No município do Cuito Cuanavale são controladas cinco empresas licenciadas para a exploração de madeira. O gerente da empresa Dik, que explorava ilegalmente a madeira, Adolfo Jaime, disse que foram induzidos em erro, uma vez que estavam a cortar madeira mussivi desde o dia 4 de Janeiro e desconhecia que se tratava de uma actividade ilícita.

Adolfo Jaime explicou que um operador de máquina pagavam-lhe mil kwanzas por abate de cada árvore de madeira mussivi e os ajudantes receberiam 30 mil por mês.

Entre Janeiro e Outubro do corrente ano, o Serviço de Investigação Criminal (SI C) registou, em todo o País, um total de 55.873 crimes de natureza diversa. Ambiente.

### 9.2 Cuanza-Norte: OMA quer integração da comerciante na Segurança Social

*Jornal O PAÍS*

*01 De Fevereiro de 2021*

Segundo a responsável, que falava ontem (domingo) à imprensa, depois da sua eleição, na X Assembleia

Provincial de Balanço e Renovação de Mandatos, concretizada, esta pretensão vai contribuir para a emancipação e protecção da mulher, assim como para a sua independência económica.

Nari Aguiar predispõe-se em trabalhar também na sensibilização das jovens para evitar a gravidez precoce, para o engrandecimento da militância partidária e a mobilização das mulheres para a candidatura às autarquias locais. Na ocasião, o 1º secretário do MPLA (partido no poder) na província, Adriano Mendes de Carvalho, apontou a humildade, capacidade de trabalho e dedicação partidária, como qualidades que estiveram na base da eleição de Nari Aguiar.

Adriano Mendes de Carvalho apelou outras militantes a seguir o exemplo da nova secretária, para ajudar a engrandecer o partido e o país, no geral.

O responsável solicitou o apoio de todas as mulheres dessa força feminina do MPLA e membros da referida agremiação política à nova secretária provincial.

Nari Cajica Aguiar, actualmente administradora-adjunta do município de Cazengo para o Sector Político, Social e das Comunidades, já ocupou várias funções na organização, sendo a mais sonante a de secretária provincial para a Informação e Documentação.

A nova secretária substituiu no cargo Santa Simão Pedro, que dirigiu a OMA durante 10 anos, de 2011-2021, tendo sob controlo, a nível da província do Cuanza-Norte, 56 mil 938 membros, distribuídas em 973 secções.

### 9.3 Empoderamento da mulher

*Jornal O PAÍS*

*01 De Fevereiro de 2021*

O empoderamento da mulher, através da capacitação para o desenvolvimento sustentável da sociedade, constitui aposta da nova secretária executiva da OMA na Huíla, Fernanda dos Santos.

Falando no final da assembleia que a elegeu ao cargo, sustentou que o empoderamento da mulher é cada vez mais urgente para a construção de uma sociedade mais sólida e melhor gestão.

“As zungueiras, camponesas, domésticas, adolescentes, crianças e idosas vão ter uma atenção especial. Vamos fazer das suas as preocupações da organização”, continuou.

Para além do empoderamento, destacou igualmente a mobilização, organização e união como as outras bases em foco no seu mandato.

Observou que vai igualmente trabalhar no fortalecimento de acções dos comités municipais, comunais e de bairros. Fernanda dos Santos, 40 anos de idade, foi eleita com 332 votos a favor (97,65 por cento da população votante), dois contra, três nulos e três brancos, substituindo Júlia Celeste, que exerceu as mesmas funções durante 15 anos. É licenciada em Linguística/ Português e mestre em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) da Huíla.

Ingressou no MPLA há 22 anos. Já exerceu funções de segunda secretária do Lubango da JMPLA e a de secretária para o associativismo e projectos multidisciplinares do secretariado provincial da JMPLA da Huíla.

Recentemente exerceu o cargo de secretária da Comissão Executiva do departamento de Administração e Finanças do MPLA na Huíla.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Detidos sete indivíduos por exploração ilegal de madeira

*Jornal de Angola*  
03 De Fevereiro de 2021

Sete cidadãos nacionais que efectuavam corte ilegal de árvores, da espécie mussivi, na comuna do Savate, no município do Cuangar, província do Cuando Cubango, foram detidos em flagrante, ontem, pelo Serviço de Investigação Criminal.

O porta-voz do SIC, Paulo de Novais, em declarações à imprensa, disse que a detenção dos referidos infractores resultou na apreensão de 113 toros de madeira das espécies mussivi, abatidos recentemente, e tractores de vários tipos e uma motosserra. A exploração dessa espécie está proibida, desde 2018, com base no Decreto Presidencial número 278 de 7 de Agosto.

Paulo de Novais explicou que o SIC, no Cuando Cubango, está a trabalhar para deter os mandantes dos indivíduos que foram encontrados a cortar ilegalmente madeira, no município do Cuangar, para que todos os implicados sejam apresentados ao Ministério Público e responsabilizados criminalmente.

Acrescentou que as forças de defesa e segurança nacional estão a trabalhar em coordenação com os efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA) no sentido de se desencorajar os garimpeiros de madeira que proliferam nas florestas da província do Cuando Cubango. "A detenção dos referidos cidadãos, que foram apanhados em flagrante delito a cortar madeira da espécie mussivi, é uma prova inequívoca que os madeireiros sempre se recusaram assumir", disse. Acrescentou que é a segunda apreensão de exploração ilegal no ano em curso.

Outros crimes

O Serviço de Investigação Criminal (SIC), no Cuando Cubango, em estreita coordenação com a Polícia Nacional (PN), realizou várias actividades que culminaram com o esclarecimento de 10 crimes, ocorridos em Menongue e na província da Huíla, no período de 24 de Janeiro a 16 do mês de Fevereiro do ano em curso.

O porta-voz do SIC informou que, no período referenciado, foi detido o mandante de roubos de motorizadas na cidade de Menongue, também, acusado de prática de homicídio voluntário, com

recurso à arma de fogo, ocorrido no dia 10 de Janeiro do ano em curso.

Durante o período referenciado, foi também possível dismantelar um grupo de oito indivíduos que assaltaram um armazém de venda de materiais de construção civil e detidos 15 elementos com idades compreendidas entre os 16 e 57 anos de idade, implicados no roubo e furto de motorizadas na via pública, bem como porte ilegal de arma de fogo e diversos documentos de compra e venda falsos de veículos motorizados.

### 10.2 Cidadãos detidos por exploração ilegal de madeira no Cuando Cubango

*Jornal de Angola*  
07 Fevereiro de 2021  
Texto: Carlos Paulino

Onze cidadãos nacionais foram detidos na quinta-feira, na localidade de Chaminga, município do Cuito Cuanavale, província do Cuando Cubango, por exploração ilegal de madeira mussivi, cujo corte está suspenso, há dois anos, à luz do Decreto Presidencial número 278/18 de 7 de Agosto.

No local da exploração ilegal, foram também apreendidos 61 pranchas e 19 toros de madeira da espécie mussivi, um tractor, três motos serras e 200 litros de gasóleo.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, superintendente António Maria Feleciano, explicou que os onze cidadãos foram detidos em flagrante delito pelos efectivos da corporação, no dia 4 deste mês, nas matas de Chaminga a cortar madeira da espécie mussivi, graças à denúncia da população.

Neste momento, disse que os efectivos da Polícia Nacional trabalham para deter o mandante deste crime ambiental, identificado apenas por Papa Dik, residente na cidade de Menongue. António Maria lamentou o facto de existir ainda muitos cidadãos nas matas do Cuando Cubango a cortar ilegalmente grandes quantidades de árvores mussivi, situação que preocupa a corporação e o Governo da Província.

O oficial lembrou que na campanha florestal de 2020, as empresas na província foram autorizadas a recolher das matas a madeira mussivi, cortada em 2017 e 2019, para não se estragar, mas, infelizmente, muitos madeireiros aproveitaram-se da situação para fazer novos cortes.

Por sua vez, o chefe do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Cuito Cuanavale, Domingos Jeremias, disse que, no ano passado, foram detidos oito cidadãos e apreendidos, na sua área de jurisdição, mais de mil pranchas e 270 toros de madeira da espécie mussivi.

Recordou que há mais de dois anos que o corte da madeira mussivi está suspenso a nível do país e que, desde 2018, as empresas licenciadas estão apenas autorizadas a explorar o girasonde, mucussi, entre outras espécies em abundância na região.

Domingos Jeremias disse que os garimpeiros têm como os principais focos o abate ilegal de mussivi nas matas das localidades do Chaminga, Lupiri e Baixo Longa, devido o grande potencial de recursos florestais e também da ausência de fiscalização do IDF e da Polícia Nacional.

No município do Cuito Cuanavale são controladas cinco empresas licenciadas para a exploração de madeira. O gerente da empresa Dik, que explorava ilegalmente a madeira, Adolfo Jaime, disse que foram induzidos em erro, uma vez que estavam a cortar madeira mussivi desde o dia 4 de Janeiro e desconhecia que se tratava de uma actividade ilícita.

Adolfo Jaime explicou que um operador de máquina pagavam-lhe mil kwanzas por abate de cada árvore de madeira mussivi e os ajudantes receberiam 30 mil por mês.

### 10.3 Seca compromete colheita de cereais e hortícolas no Huambo

*Jornal O PAÍS*

*08 De Fevereiro de 2021*

Segundo o director do Gabinete local da Agricultura, Tony Camuti, as 256 mil famílias camponesas podem ter baixas entre 50 a 100 por cento da produção do milho, assim como 90 a 100 por cento na do feijão.

O responsável disse que a falta de chuva que se regista desde Dezembro de 2020, numa altura em que o milho se encontrava na fase vegetativa e o feijão na fonológica da floração, provocou o chamado “stress híbrido” nestas culturas, daí a pouca esperança na sua recuperação.

Perante tal realidade, Tony Camuti, citado pela Angop, fez saber que como alternativa da segunda época agrícola, com início em Fevereiro próximo, as autoridades irão engajar-se na abertura das valas de irrigação, além de incentivar os camponeses no

sentido de apostarem na produção de culturas mais resistentes à seca.

Segundo o director do Gabinete Provincial da Agricultura, o Governo vai adquirir equipamentos de irrigação de baixos custos e distribuir aos camponeses, para melhorarem os níveis de produção.

Encorajou os camponeses e os agricultores para apostarem nos terrenos localizados nas zonas baixas e próximos dos rios, para mitigar os efeitos negativos da ausência prolongada de chuva, embora, nos últimos dias, vai-se registando algum sinal.

Para época agrícola 2020/2021, foram cultivados mais de 700 hectares de terras aráveis, com um envolvimento de 256 famílias camponesas, distribuídas pelos 11 municípios, contra as 247 mil e 181 anteriores. Foram disponibilizadas 31 toneladas de adubo, outras 12 de ureia e 15 toneladas de amónio, numa altura em que a região necessita de 102 mil e 103 toneladas de fertilizantes.

Tida no passado como “Rainha do Milho de Angola”, a província do Huambo, planalto central de Angola, possui uma população de dois milhões, 519 mil e 309 habitantes, na sua maioria camponeses, que dependem essencialmente da agro-pecuária.

### 10.4 Previstas para hoje fortes chuvas no Sul

*Jornal de Angola*

*09 De Fevereiro de 2021*

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) prevê, para até as 18 horas de hoje, fortes chuvas para as províncias do Cunene e Cuando Cubango.

A probabilidade é de ocorrência de chuva forte em alguns municípios das duas províncias do Sul de Angola, mantendo-se uma previsão mais moderada para o resto do país.

Segundo o boletim meteorológico de ontem da instituição, recomenda-se a tomada de medidas de precaução e segurança face ao risco de ocorrência de descargas eléctricas.

Para o director do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), Domingos Nascimento, depois das chuvas de Setembro, que permitiram algum plantio de milho, na maioria das produções agrícolas pelo país, os meses de Dezembro e Janeiro estiveram abaixo do normal.

Afirmou que as províncias do Cunene, Cuando Cubango e parte sul da Huíla vão registar, daqui em diante, maior regularidade de chuvas, depois da escassez verificada no período de Dezembro.

Cenário diferente está em vista na Região Centro e Norte do país, que continuará a observar irregularidades nas chuvas, com eventuais consequências na produção agrícola das famílias.

Ainda assim, Domingos Nascimento admite certa escassez causada pela estiagem, um pouco por todo o país, mas afasta cenário de seca e garante maior presença da chuva e, conseqüentemente, a retoma mais acelerada da produção agrícola.

A província do Bengo vai ser a parte mais quente do país, seguida por Luanda, sendo estas, a par de Cabinda, Cuanza Norte e Sul, Benguela e Namibe as localidades em que não se preveem chuvas.

Já Moxico, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Uíge e Zaire podem observar ligeiras chuvas neste período.

## 10.5 Chuva anima camponeses no Andulo e na Nharêa

*Jornal de Angola*

*09 De Fevereiro de 2021*

*Texto: José Chaves*

Camponeses dos municípios do Andulo e da Nharêa, na província do Bié, estão satisfeitos com o retorno das chuvas nos últimos dias e mantêm esperanças em boas colheitas, apesar de lamentarem os prejuízos causados pela estiagem.

A ausência prolongada das chuvas provocou grandes constrangimentos à população, que pede apoio às autoridades. Para o agricultor António Chipunda, 54 anos, residente no município do Andulo, com o retorno das chuvas vai ser possível recuperar alguns produtos, como milho e feijão. "Esperamos que as chuvas continuem e que seja em todo o território da província, para que possamos ter boas colheitas".

Domingos Gomes, agricultor da aldeia de Tarala, no município da Nharêa, disse que as chuvas que se abatem nos últimos dias sobre a região vão permitir o aumento da produção de milho e feijão. Margarida Chilombo, de 37 anos, camponesa do município da Nharêa, garante que, apesar de ter perdido parte significativa do cultivo de feijão, vai ser possível recuperar algumas plantações, como as de milho. "Apesar dos constrangimentos que surgiram nos últimos meses continuamos com a expectativa de que será um bom ano agrícola". A província do Bié conta,

para a campanha agrícola 2020/2021, com 477.340 hectares de terras aráveis. A previsão de colheitas é de 435.485 toneladas.

Meios de trabalho

Ao todo 30 ex-militares do município da Nharêa beneficiaram de instrumentos agrícolas e juntas de tracção animal, no âmbito do Programa de Reintegração Social em curso no país. Os meios foram entregues pela administradora municipal da Nharêa, Maria Lúcia Chicapa, no quadro do Programa de Desenvolvimento Local e de Combate à Fome e à Pobreza. Aos ex-militares da associação do bairro Ndunduma foram entregues nove cabeças de gado bovino para tracção animal e fomento da agricultura familiar, ao passo que os desmobilizados da aldeia Waleka beneficiaram de uma moagem semi-industrial, com capacidade para moer 600 quilos de cereais por dia.

A administradora municipal fez igualmente a entrega de 12 tanques de criação de peixe tilápia na aldeia de Caiombo. Maria Lúcia Chicapa disse, na ocasião, que a entrega dos meios visa melhorar a qualidade de vida dos desmobilizados de guerra e suas famílias.

Sublinhou ainda que pretende-se montar pequenas empresas geradoras de rendimento familiar e de prestação de serviço nas comunidades, bem como incrementar a produção agropecuária. A distribuição dos referidos meios abrangeu grupos de desmobilizados organizados em cooperativas e associações de mulheres viúvas e órfãos.

## 10.6 Chuva deixa rasto de destruição na província do Cuando Cubango

*Jornal de Angola*

*10 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Carlos Paulino*

Segundo o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Júlio Muliata, dados preliminares dão conta da destruição de seis residências e o desalojamento de 30 pessoas nos bairros Popular, Castilho e Camungamba, arredores da cidade de Menongue.

Acrescentou que há também o registo da destruição parcial de duas residências no bairro Castilho e 36 estão em risco de desabar no bairro Cavaco, em Menongue, caso volte a chover com intensidade nas próximas horas. Nas últimas 24 horas, referiu, nos municípios do interior da província registaram-se inundações de dezenas de campos agrícolas e lavras,

principalmente nos municípios do Rivungo, Mavinga, Nancova, Calai e Dirico.

Júlio Muliata garantiu que as equipas do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros estão a fazer o levantamento dos danos causados pelas chuvas a nível dos nove municípios da província do Cuando Cubango, para posteriormente se mobilizar os apoios necessários. Segundo Júlio Muliata, dados do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) prevêem intensas chuvas no Cuando Cubango, que podem provocar a destruição de várias residências e infra-estruturas sociais, assim como inundações de campos agrícolas.

O meteorologista José Cachimbanduque diz que as previsões apontam para mais chuvas nas próximas horas. "O Inamet prevê para Região Sul, na província d Cuando Cubango, céu nublado, chuva moderada ou forte, acompanhada com trovoadas. Para o dia 11 prevê-se céu nublado, com chuva fraca, chuveiro e trovoadas. Para o dia 12 prevê-se céu nublado, com chuva fraca". Efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros estão a sensibilizar a população no sentido de abandonar as zonas de risco, segundo o porta-voz da instituição, que fez saber que as fortes chuvas que se abateram sobre a província, no passado dia 5, provocaram a destruição total de oito residências, ao passo que 26 ficaram parcialmente destruídas, nos municípios do Calai e Dirico.

## 10.7 Mais de 200 mil pessoas afectadas pela estiagem

*Jornal de Angola*

*11 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Adão Faustino*

Nos dez municípios que compõem a província de Benguela, pelo menos 278 mil e 875 pessoas enfrentam dificuldades alimentares decorrentes dos efeitos da estiagem, que eclodiu, em Outubro do ano passado, logo após o arranque da campanha agrícola 2020/2021, disse ao *Jornal de Angola* o presidente da União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA) - Federação de Benguela.

Simão Januário, que falava no final da visita que efectuou aos vários campos agrícolas de um total de 13 das 33 comunas que a província possui, disse que "a situação é lastimável" porque os números podem aumentar se neste mês de Fevereiro não chover.

"Nesta altura, pelo menos 25 mil e 735 hectares de terra encontram-se irrigados e os camponeses esperam colher algumas quantidades de alimentos. Mas se não chover, os camponeses locais vão ficar

sem água, e os aquíferos vão baixar, consideravelmente.

Segundo o responsável da UNACA em Benguela, neste momento, apenas a bacia hidrográfica da Catumbela assegura a agricultura por regadio sem sobressaltos na bacia do Coporolo, com dez mil hectares de terras cultiváveis, e nas localidades da Bandeira e do Cuio, onde as motobombas já não conseguem sugar a água, porque o nível freático baixou muito.

"Na bacia do Cavaco, a situação não é diferente, praticamente já não há água. As bombas de sucção apenas puxam a água no período que vai das cinco da manhã às 12 horas, e depois já não se consegue mais nada", explicou. Simão Januário referiu que, nesta Campanha Agrícola 2020/2021 somente o sector cooperativo, que congrega 620 organizações, com um total de 54 mil e 775 membros inscritos, perspectivou colher pelo menos 77 milhões e 431 toneladas, entre cereais e produtos diversos.

Referiu que os filiados da UNACA prepararam cerca de 103 mil e 166 hectares de terra, com diversas culturas, e que as perdas poderão ultrapassar os três mil milhões de kwanzas, que incluem os investimentos imputados na preparação de terras, custos com a mão-de-obra e sementes na proporção de 25 quilogramas implantados em cada hectare cultivado.

### Desassoreamento do rio Catumbela

O Governo Provincial de Benguela, em parceria com as Empresas de Águas e Saneamento do Lobito e Benguela e a DTAGRO, lançaram mãos aos trabalhos de desassoreamento do rio Catumbela, para facilitar o aumento da quantidade de água no canal que alimenta os campos agrícolas, e a sua distribuição às populações do litoral da província de Benguela. A acção incide sobre o levantamento das barreiras, para maior acumulação das águas na albufeira, e o desassoreamento de sete quilómetros e meio de valas, que beneficiam mais de seis mil famílias camponesas.

Uma nota do Gabinete de Comunicação e Institucional e Imprensa do Governo Provincial indica que, a primeira fase decorreu no princípio do mês em curso, sob a égide da Administração Municipal da Catumbela, e contou com a participação de 1.500 camponeses da localidade, tendo os trabalhos incidido na reposição do dique de retenção da represa do rio Catumbela, assim como a remoção da vegetação ao longo do canal de adução da água. O desassoreamento do rio vai permitir que haja maior fluidez da água, uma vez que as fortes chuvas que se registaram no ano passado causaram a erosão do

dique de contenção, o que implicou a diminuição da quantidade de água, prejudicando tanto a agricultura como o seu fornecimento à população.

Dados elaborados e apresentados recentemente, pelo Gabinete Provincial da Agricultura, Pecuária e Pescas sobre os efeitos da estiagem na província, indicam que o fenómeno afecta cerca de 85 por cento de toda a produção realizada na primeira fase da Campanha Agrícola 2020/2021. De acordo com o director do Gabinete Provincial da Agricultura, Pecuária e Pescas, José Gomes da Silva, o plano visa salvar a segunda fase da campanha agrícola em curso. "Vamos apostar em culturas de pequenos ciclos, com espécies como a massambala, massango, batata-doce e milho, por serem culturas que levam apenas três a quatro meses de produção", explicou.

José Gomes da Silva admite que, agricultores e camponeses que cultivam nas bermas dos rios terão alguma possibilidade de colheitas no final do primeiro ciclo da campanha agrícola. "Visitamos os campos agrícolas e verificamos que as culturas continuam a secar, principalmente do milho, e o diagnóstico mostra que ainda que a chuva caia nos próximos dias, não conseguiremos salvar nenhuma cultura, porque já perderam o seu ciclo vegetativo de crescimento", lamentou.

Além da escassez alimentar decorrente da estiagem, o responsável do sector agro-pecuário da província de Benguela disse que o fenómeno já afectou a qualidade do pasto e da água para o abeberamento dos animais, por isso acredita que se a situação prevalecer o gado vai começar a morrer em grande escala, na região, e haverá perdas de valores financeiros avultados por parte dos criadores e, conseqüentemente, provocar a subida do preço da carne.

Sobre a seca, o director do Gabinete Provincial da Agricultura, Pecuária e Pescas, José da Silva, lembra que a província possui um histórico negativo. Em 2014, por exemplo, houve um período de estiagem severa que culminou com a morte de centenas de cabeças de gado bovino, no município do Caimbambo. "Por esse motivo, o plano de mitigação que apresentamos ao governador provincial passa, também, pela abertura de chimpacas", assegurou o responsável. Para evitar a dependência das chuvas, José da Silva referiu que o governo deverá optar por uma agricultura de regadio, com uso de motobombas e outros meios e equipamentos mais apropriados.

#### Bocoio e Balombo

Mais de 50 mil famílias camponesas dos municípios do Bocoio e Balombo correm o risco de enfrentar uma crise alimentar devido à estiagem. Falando, há

dias, à Rádio Lobito, o responsável da Agricultura e Pecuária no Bocoio, Evaristo Félix, revelou que pelo menos 24 mil famílias camponesas poderão perder as suas culturas. "Para este ano agrícola, foram preparados 85 mil hectares para cultivo de produtos diversos e cerca de 80 por cento da produção já estragou, devido à falta de chuvas", informou.

Segundo Evaristo Félix, os camponeses que aproveitaram as primeiras chuvas ainda poderão colher alguns produtos para o seu auto-sustento, mas esses são uma minoria. Sobre o potencial agrícola do Bocoio, destaca-se a produção de milho, batata-doce, feijão e ananás em grande escala. Já no Balombo, mais de 43 mil hectares de culturas diversas foram preparadas para esta campanha agrícola e os camponeses estão igualmente desesperados, clamando por apoios. De acordo com Celestino Huambo, que na altura interinava a direcção municipal da agricultura, "a situação é grave, na medida em que a maior parte da população deste município vive da agricultura".

O Balombo produz maioritariamente feijão, batata-doce e rena, amendoim e hortícolas. A campanha agrícola 2020/21 foi lançada em Outubro deste ano, pelo governador provincial Rui Pinto de Andrade, na comuna de Makamombolo, que dista 28 quilómetros da sede do município de Balombo.

## 10.8 CARTA AO DIRECTOR Mortes em Cafunfo e a nossa insensibilidade

*Novo Jornal*

*12 De Fevereiro de 2021*

Há situações que, por serem tão óbvias, não deveriam dar lugar a discussões, como é, por exemplo, a situação de Cafunfo, cuja actuação das forças da defesa e ordem esteve criminalmente à margem dos princípios universais que consagram a vida humana como o bem mais valioso.

Devíamos, sim, ter vergonha de ouvir, de viva voz, um comandante da Polícia Nacional, que dirige um órgão cuja vocação passa, igualmente, pelo garante da legalidade, afirmar que a Polícia angolana usa meios desproporcionais na sua actuação.

Que declaração inconsequente e criminosa! Esta declaração é de uma gravidade que só a ignora uma governação com problemas sérios de se adaptar ao mínimo de sensibilidade humana, já que, como nos tem parecido, não há, até agora, demonstração de familiaridade com um País que se diz demo-crático e de directo.

Devíamos, igualmente, ter vergonha de minimizar um facto que está estampado nas imagens feitas pelos próprios efectivos da Polícia Nacional, que provam que a dignidade da pessoa humana, entre nós, está ainda muito distante de ser respeitada, não obstante estar consagrada na Constituição da República de Angola.

Como podem as autoridades, diante de cidadãos indefesos, mortos, espezinhar e arrastar corpos humanos como se de instrumentos quaisquer se tratassem?

Meus camaradas, onde está a nossa mínima consciência? Onde está a nossa sensibilidade para com a vida humana? Onde está o respeito pelo defunto? Não é de se admitir que, diante de tanta arbitrariedade e insensibilidade, ainda surjam pessoas a tentar defender o indefensável!

Ao que chegámos!

•ZÉ MA TATEU (MILITANTE).

Na Ilha do Cabo

A seca no Sul do País

Li, no vosso jornal, uma matéria que ilustra a grave situação de seca, que persiste na zona Sul do País, mormente na província da Huíla. É muito triste saber que, em função da estiagem, há gente a abandonar as suas terras, à procura de comida; camponeses que, por verem os campos secos, estão a decidir submeter-se a trabalhos forçados, humilhantes. A seca é um problema antigo, que, volvidos anos, não conseguimos vencer. Apesar de ser um fenómeno que afecta muitos países em África, não nos podemos conformar quando, olhando para as nossas riquezas naturais, não conseguimos alcançar soluções para combater as consequências provocadas pela falta de chuvas. Angola, como sabemos, é um país banhado pelo Oceano Atlântico, com uma vasta zona coberta por recursos fluviais. Não é, por isso, de se admitir que, com todas estas riquezas hídricas, ainda padeçamos por falta de água. Algo está, claramente, a falhar, e não é a natureza, pois esta nos deu quase tudo. Faltam políticas bem estudadas, aprofundadas, que possam dar respostas concretas e duradoras ao período de estagiam, à falta de água nos campos trabalhados pelos agricultores, à falta de água para os animais. O pior é que, volta e meia, temos ouvido o desembolso, a partir de fundos públicos, de somas avultadas de dinheiro que são destinadas alegadamente para combater os efeitos da seca. A realidade tem-nos provado que este dinheiro não tem sido bem carializado. Algo não tem batido certo. É preciso um maior comprometimento com as causas

que colocam, em risco as vidas de populações, a sobrevivência de famílias que (sobre)vivem da agricultura e da pastorícia. A seca é um fenómeno que devemos combater com rapidez, inteligência e muita audácia. A natureza colocou nas nossas mãos as soluções. Só precisamos de reagir, mas reagir com seriedade e sentido de Estado.

ANA GONÇALVES.

Docente

## 10.9 Famílias afectadas pela estiagem no Cuando Cubango recebem ajuda do Executivo

*Jornal O PAÍS*

*13 De Fevereiro de 2021*

Na actual campanha agrícola, no Cuando Cubango, estão envolvidas 68 mil 558 famílias camponesas que trabalharam uma área de 141 mil 300 hectares.

As famílias beneficiaram de 116 toneladas de sementes diversas, 3.500 enxadas, mil catanas, 107 toneladas de fertilizantes compostos, 17 toneladas de sulfato de amónio, 15 toneladas de sulfato de ureia e 25 toneladas de calcário dolomítico.

O director da agricultura e pescas no Cuando Cubango, António Pereira Vicente, precisou que, depois de lançadas as sementes, na primeira quinzena de Outubro de 2020, se registou um intervalo de chuva de 30 dias. Durante este período, foram afectados os municípios do Cuito Cuanavale, Mavinga, Dirico, Calai, Cuangar e Nankova, sendo as municipalidades de Menongue e do Cuchi tiveram um interregno de 60 dias, fases que aconteceram com o crescimento das culturas plantadas em que o impacto foi enorme, em função do período da afectação.

A título de exemplo, apontou a perda de vários campos de feijão no município do Cuchi, devido a estiagem registada no período da colocação, na terra, das sementes.

O responsável esclareceu que as famílias camponesas mais afectadas, neste período, são as que lançaram as sementeiras na primeira quinzena de Outubro, sendo as restantes não tanto, uma vez que, depois da primeira quinzena de Janeiro do ano em curso, as chuvas têm caído com regularidade, até provocando estragos em algumas culturas, sobretudo as das baixas.



Em respostas dos transtornos, conforme o director, o governo já iniciou, mesmo na decorrência do levantamento do impacto da estiagem nos nove municípios, com a distribuição, às famílias camponesas, de sementes de milho e massango, numa primeira fase, para a reposição do cultivo nas áreas afectadas, uma vez que a chuva está a cair com normalidade.

Para o efeito, a direcção da agricultura está a trabalhar em coordenação com os técnicos do sector para a colocação das sementes nas encostas, em função do tempo curto que a província terá de precipitações pluviométricas, aproximadamente mais dois meses de fortificação, para que no terceiro e último mês sirva de crescimento e maturação das culturas e produção normal. Na ocasião, António Pereira Vicente solicitou dos administradores municipais a aquisição de sementes hortícolas para o período que se avizinha.

No Cuando Cubango existem 14 pólos agrícolas institucionalizados, distribuídos nos municípios de Menongue, Cuchi, Mavinga, Cuangar, Dirico, Cuito

Cuanavale, Rivungo, que mereceram uma agricultura mecanizada, a par de algumas famílias camponesas, no âmbito do fomento da actividade agrícola para o combate à fome, numa primeira fase e posterior comercialização do excedente.

Para a presente campanha agrícola, o Cuando Cubango prevê uma colheita de 170 mil toneladas de cereais, tubérculos, hortícolas e leguminosas, uma cifra que pode não estar muito fora das estimativas, em função da regularidade da chuva que se faz sentir nos nove municípios, bem como da colaboração que as famílias camponesas devem ter no cumprimento das orientações do governo, com a reposição das sementes perdidas no período da estiagem.

## 10.10 Seca afecta mais de 90 mil pessoas nos Gambos

*Jornal de Angola*

*21 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Arão Martins*

Mais de 90 mil pessoas estão afectadas pela seca no município dos Gambos, 150 quilómetros a Sul da cidade do Lubango, província da Huíla, informou o administrador municipal local.

Elias Sova, que prestou a informação no final da visita do governador da Huíla, Luís Nunes, aos projectos do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), disse que não chove nos Gambos

e as consequências da fome já são visíveis, afectando 92.464 habitantes.

Segundo o administrador, para inverter a situação a nível do município é preciso dar comida, alertando para a necessidade de se fazer algum esforço para minimizar o problema, numa altura em que são reabilitados na região 23 pontos de água, no âmbito do PIIM.

Nos Gambos, está em curso a construção do sistema de água, e um tanque de 500 metros cúbicos, para irrigação de 460 hectares na localidade da Tunda do Chianje, avaliados em 380.870.388,94 Akz, bem como a implantação do sistema de abastecimento de água à sede municipal do município dos Gambos (Chianje).

Com 200 furos de água, na região está a ser instalado um reservatório metálico de 500 m<sup>3</sup> elevado a 10 metros, construção de uma casa de comandos e vários fontenários. O governador Luís Nunes lamentou da seca que se regista na província, num ano em que se apostou "forte" na agricultura familiar, com a introdução da agricultura mecanizada, muitos campos lavrados, gradeados e semeados, tendo reconhecido as acções feitas no âmbito do programa emergencial da Presidência da República, face à seca nos Gambos.

## 10.11 Estiagem vai provocar prejuízos e fome a muitas famílias

*Jornal de Angola*

*03 De Fevereiro de 2021*

*Texto: António Eugénio*

O empresário Adérito Costa advertiu, ontem, que a estiagem vai provocar prejuízos e fome em muitas famílias.

Adérito Costa, que investiu este ano cerca de 85 milhões de kwanzas para implementar um projecto agro-pecuário, acautelou o fenómeno social com a prática da produção em zonas húmidas e ribeirinhas numa área de 87 hectares, onde foram cultivadas pitaya, hortícolas, frutas com colheitas estimadas em 115 toneladas e assegurada por cerca de 230 trabalhadores.

Para implementar o projecto, o empresário preveniu-se da estiagem, praticando agricultura em zonas onde a actividade não depende da chuva. Consta da implementação do programa a criação de suínos, e a produção de peixe. "Não se faz agricultura com chuva, mas sim com água, no entanto, nós não devemos pôr as nossas produções em zonas com

dificuldade ou escassez de água, devemos procurar produzir em poucas distâncias de rios afluentes. E também em zonas com lençóis freáticos. Eu terei alguns prejuízos por causa da baixa do caudal do rio, mas não por causa da estiagem”. O engenheiro agrônomo Adérito Costa realça que vai haver uma redução acentuada de colheita devido à estiagem que afecta todos os produtores. Para ele, existem zonas em que a produtividade não depende de chuva.

Em relação às medidas de prevenção para os próximos tempos, passam pela abertura de furos de água, principalmente em zonas em que a capacidade produtiva na fase de escassez de água seja satisfatória. Para as medidas de prevenção para os próximos tempos, principalmente à beira dos rios, Adérito Costa defende a criação de canais de ramificação para se levar a água até onde for preciso, para produzir e dar resposta às culturas lançadas à terra. O agrônomo exige que sejam aplicadas políticas e estratégias que permitam o armazenamento, escoamento, e o funcionamento da indústria transformadora, que consigam dar resposta às necessidades dos produtores. Soluções complementares.

Ainda em relação à estiagem, outros especialistas do ramo agropecuário defenderam a criação e implementação de tecnologias avançadas de sistemas de rega no processo produtivo, para se evitar que a agricultura seja praticada na generalidade apenas em tempo chuvoso, numa altura em que a estiagem atinge todo país.

A engenheira agrónoma Helena Nangol, com domínio e experiência acumulada, aponta que a estiagem que se regista no país pode causar muitos prejuízos aos produtores como resultados mais baixos na colheita e corre-se o risco de muitas famílias padecerem de fome durante longo tempo. Para reduzir o efeito da estiagem nos próximos tempos, a especialista incentiva mais investimentos nas escolas agrícolas, ou seja, mais aposta na extensão rural, equipamento de rega adequado e suficiente para os agricultores, implementar políticas e práticas que respeitem o meio ambiente, por forma a cautelar menos desastres.

Por sua vez, o representante da empresa Afroplant, Clemes Fernandes, defende a criação de pontos estratégicos de conservação de produtos agrícolas, colocando câmaras de refrigeração para evitar a deterioração dos alimentos. De igual modo a melhoria das estradas constitui um grande aporte para o escoamento. A reserva de alimentos em grande quantidade, para suprir a fome na fase crítica, munir a cadeia produtiva com tecnologias de regadio que

respondam aos problemas climatéricos são outras soluções apontadas pelo especialista.

## 11. MINEIRA

## 12. MIGRAÇÃO

## 13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

### 13.1 Lições da China

*Jornal de Angola*

*12 De Fevereiro de 2021*

*Texto: Souza Jamba*

Recentemente, no Cuito Bie, estive numa fábrica do empresário Gonçalves Cassoma, que irá produzir industrialmente vários tipos de sacos

A sofisticada linha de produção, desta fábrica, impressionou-me e perguntei se havia angolanos capazes de operar e manter as máquinas. Imaginei as várias fábricas que já vi no continente africano, cheias de ferrugem e sonhos que nunca foram realizados. Gonçalves Cassoma disse-me que quando a fábrica foi montada tudo foi feito para que os técnicos angolanos acompanhassem todos os passos. Parte do contrato com os chineses, ele adiantou, era garantir a formação sólida de uma equipa local de angolanos que iria manter a fábrica.

Gonçalves Cassoma, notei, era um empresário que não estava lá apenas para fazer lucro, ele acredita genuinamente na importância de criar quadros locais capazes de manter as suas fábricas a funcionar. Uma das acusações que é feita contra os chineses é que eles dão importância à sua mão de obra. Já vi chineses na República Centro Africana, Zâmbia e Tanzânia a fazerem tarefas que poderiam ser feitas por africanos. Naquele outro meu país, Zâmbia, tem havido confrontos armados entre os nativos e os chineses, há quem insista que os chineses estão a usurpar as oportunidades dos locais.

Em termos económicos, faz muito sentido o senhor Cassoma ter uma mão de obra local que poderá sustentar a sua fábrica. Soube também que o senhor Cassoma é proprietário do Instituto Superior Politécnico Ndunduma, onde há vários cursos que vão produzir jovens capazes de lidar com as novas tecnologias. Os empresários, que estão no terreno e sabem exactamente o que precisam em termos de recursos humanos devem trabalhar proximamente com as instituições académicas.

No relacionamento com a China, tenho notado que os africanos sabem muito pouco da própria China, há muita coisa que os africanos poderiam aprender da China, mas que raramente o fazem. No Zimbabwe, quando o falecido Presidente Robert Mugabe zangou-se profundamente com o Ocidente e proclamou o dito programa "Look East" ou "Olhem para o Oriente" todos passaram a louvar o milagre asiático, ou chinês havia, porém, uma falta gritante de uma análise séria sobre o que o que estava por trás do sucesso dos Tigres Asiáticos.

Notei com muito agrado que o próximo presidente da Câmara de Comércio Angola-China será o empresário Luís Cupenala, um empresário patriota, com vários empreendimentos, bem sucedidos, em várias partes do mundo. Cupenala é um empresário de origens altamente humildes, mas que brilhou no mundo empresarial especialmente graças ao seu desejo incansável de sempre aumentar os seus conhecimentos académicos. O Curriculum Vitae do Luís Cupenala é impressionante, além de um Mestrado em Gestão de Negócios obtido na África do Sul, ele possui vários diplomas de pós graduação de universidades internacionais, incluindo do Reino Unido. Cupenala, como presidente da Câmara de Comércio Angola-China, irá insistir na necessidade do relacionamento económico entre os dois países resultar no fortalecimento dos recursos humanos angolanos.

Gostaria muito, ao longo dos próximos meses, ter várias conversas com Luís Cupenala, já que gostaria de saber o que ele pensa ser sobre as outras lições valiosas que Angola tem a aprender da China, ou da Ásia em geral.

A China tornou-se no gigante mundial que é hoje depois de uma estratégia bem traçada e uma capacidade e disciplina inigualáveis. Uma delas é a aplicação apropriada dos recursos. Cá está uma grande lição para o continente africano. Três décadas atrás, quando se ria da China, os líderes de lá não investiram em arranha-céus vistosos para darem nas vistas, eles mandaram os seus melhores alunos para as melhores universidades do mundo. Os chineses investiram também agressivamente no seu sistema educacional — priorizando muito o domínio da tecnologia.

Na China, como na Ásia em geral, existe uma cultura marcada de poupança. Só ultimamente na China, soube, é que se vê membros da classe média com aquelas mansões e viaturas matulonas que vemos na nossa classe média aqui na África. Muitas famílias na China ou investiam na formação dos seus filhos ou então poupavam para começarem com pequenas indústrias. Quando os chineses olham para a

tecnologia do Ocidente, pensam logo de como podem fazer versões locais. No interior da China, os agricultores fazem tudo para terem máquinas manejáveis para aumentar a sua produtividade. Aqui na Camela Amões onde vivo há um chinês que tem vindo comprar muito pão na nossa padaria. Com a sua "kaleluya" ou moto de três rodas, ele vai de aldeia em aldeia para trocar o pão com outros produtos que depois vende aos clientes no Katchiungo. O nosso povo, sendo altamente generoso e convidativo, vê o chinês, casado com uma mana da terra, como um genro. Muita gente tem louvado a sua imensa capacidade de trabalhar e inovação. O outro dia vi o senhor chinês com os seus cunhados angolanos a encherem sacos de batatas para enviarem para Luanda-

No evento, que decorreu de 1 a 4 deste mês, além das intervenções do embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos Neto, e do cônsul-geral em Macau, Galiano Velasco, foi exibido um vídeo no qual a Agência de Investimento Privado e Exportações (AIPEX) apresenta o novo ambiente de negócios e as oportunidades disponíveis no país.

### 13.2 A vacina chinesa beneficia África e Angola

*Jornal de Angola*

*13 De Fevereiro de 2021*

Temos apenas um planeta, Terra, e apenas um único futuro compartilhado. Quer para enfrentar a crise actual, quer para construir dias melhores, precisamos de permanecer unidos e trabalhar em conjunto.

O Presidente da China, Xi Jinping, prometeu solenemente que a China continuará a participar activamente na cooperação internacional no combate contra a Covid-19. A China está disposta a dar o seu melhor para oferecer a maior acessibilidade e disponibilidade das vacinas de Covid-19 nos países em desenvolvimento. A pedido da Organização Mundial da Saúde, a China decidiu fornecer 10 milhões de doses da vacina de Covid-19 para o "Plano COVAX", principalmente para as necessidades urgentes dos países em desenvolvimento, incluindo a África. Tendo em conta a profunda amizade entre a China e a África, a China faz a doação de vacinas de Covid-19 para os países africanos inclusive a Angola. A China apoia empresas nacionais e parceiros estrangeiros a proceder pesquisa e desenvolvimento de vacinas e produção cooperativa, e apoia as empresas relevantes na exportação de vacinas para os países que precisam urgentemente de vacinas, reconhecem as vacinas chinesas e autorizam o uso emergencial dessas

vacinas. A China continuará a realizar a cooperação em vacinas com países relevantes de diferentes maneiras, fornecerá apoio e assistência dentro da sua capacidade, conforme necessário, e fará contribuições tangíveis para a vitória precoce sobre a pandemia e a construção da Comunidade de Saúde para a Humanidade!

A vacina de Covid-19 tornou-se uma necessidade urgente e uma escassez na luta actual contra a pandemia. Embora várias vacinas tenham sido lançadas, elas estão longe de serem suficientes para atender a demanda, especialmente nos países africanos. A situação actual de prevenção e controlo da pandemia ainda é grave. Aconteceu alguns casos isolados da Covid-19 na China, e o desenvolvimento económico também enfrenta riscos e desafios. A China tem uma população de 1400 milhões, com 14,65 milhões e 10,3 milhões de recém-nascidos em 2019 e 2020, respectivamente. O nosso próprio povo também enfrenta uma grande demanda por vacinas. Apesar disso, sendo um sincero parceiro dos amigos africanos, a China está disposta a fazer o seu melhor para ajudá-los.

O combate contra a Covid-19 é a tarefa mais urgente para a comunidade internacional, a exigência para priorizar a importância das pessoas e as vidas, e o pré-requisito para a estabilização e reanimação da economia. Vamos aprofundar a solidariedade e a cooperação, e fortalecer o compartilhamento de informações e prevenção e controlo de Covid-19, obtendo a vitória final nesta luta global contra a Covid-19. Até agora, a China tem fornecido assistência a mais de 160 países e organizações internacionais, enviando 36 equipas de especialistas médicos a países necessitados e mantido um forte apoio e um envolvimento activo na cooperação internacional de vacinas. A China continuará a compartilhar a sua experiência com os outros países, fazer o seu melhor para ajudar os países e regiões, contribuindo para uma vitória iminente e completa sobre a pandemia em todo o mundo. A China sempre honra as suas palavras com acções concretas. De Luanda a Moxico, uniformes de protecção e máscaras cirúrgicas doadas pela China chegam frequentemente a vários lugares, e as doações anti-epidémicas da China têm sido alvo de aplausos. A equipa médica chinesa viajou pela África para visitar as clínicas de isolamento da Covid-19. A doação de vacinas é mais uma medida importante que a China promove a distribuição justa de vacinas, estreita a cooperação internacional anti-epidémica e implementa o conceito de Comunidade de Saúde para a Humanidade.

A China e Angola são parceiros e irmãos sinceros e confiáveis. Os dois países aderem à boa tradição de solidariedade e ajuda mútua. A amizade tem se

fortalecido com o tempo. Diante a Covid-19, os dois países assistiram e ajudaram-se mutuamente no mesmo barco. Angola tem sempre tomado conta dos chineses que residem aqui e abrangem-nos no plano de vacinar a população. A China está disposta a fornecer apoio e assistência dentro da sua capacidade para derrotar conjuntamente a pandemia, promover o desenvolvimento comum e beneficiar o povo da China e de Angola. Esperamos que os países capacitados da comunidade internacional possam tomar acções activas para apoiar o "plano COVAX" com acções práticas, ajudar os países em desenvolvimento a obter vacinas em tempo hábil e fazer contribuições positivas para a comunidade internacional derrotar a pandemia. Caros amigos, 12 de Fevereiro é o primeiro dia do tradicional Ano Novo Chinês, e saudamos o início do Ano do Búfalo. O Búfalo simboliza trabalho árduo, perseverança, pioneirismo e benefício ao povo. Desejo a todos boa sorte no Ano Novo e vitória sobre a Covid-19.\*  
Embaixada